

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Banco e FNE

Em R\$ MIL

Posição: 30.06.2017



Demonstrações Financeiras

B A N C O

Em R\$ MIL

POSIÇÃO: 30.06.2017

**BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. Sede: Av. Dr. Silas Munguba, 5.700
Fortaleza – Ceará – Capital Aberto – CNPJ nº 07.237.373/0001-20**

1. PALAVRA DO PRESIDENTE

O Banco do Nordeste responde de forma robusta aos desafios de um cenário econômico ainda adverso. No primeiro semestre de 2017, contratou 2,4 milhões de operações, injetando R\$ 11,2 bilhões na economia nordestina, o que corresponde a crescimento de 3,6% em relação ao primeiro semestre de 2016. Esse montante atendeu, prioritariamente, investimentos rurais industriais, agroindustriais, infraestrutura, comércio e serviços, no valor de R\$ 6,7 bilhões referentes a operações de longo prazo, representando cerca de 60% do valor total das operações contratadas.

No primeiro semestre de 2017, R\$ 4,85 bilhões financiaram o microempreendedor urbano e rural com créditos de curto e longo prazo, por meio dos maiores programas de microcrédito da América Latina - o Crediamigo e o Agroamigo. Trata-se de instrumentos importantes para redução de desigualdades e constituem porta de saída da pobreza, na medida em que alocam na região Nordeste cerca de 67% do que é investido no Programa Bolsa Família, propiciam inclusão, desenvolvimento social e fazem diferença na vida das pessoas.

Nos seis primeiros meses do exercício, o Banco recuperou R\$ 2,6 bilhões de créditos inadimplidos, valor 237,88% superior ao recuperado no primeiro semestre de 2016. Foram mais de 100 mil operações regularizadas, a maioria decorrente dos benefícios da Lei 13.340/16, que permite a renegociação de dívidas rurais.

O Banco realizou o I Fórum BNB de Infraestrutura, evento que reuniu agentes do mercado e gestores públicos de todo Nordeste para mapear projetos financiáveis pelo FNE Infraestrutura. A iniciativa atende ao Plano de Aplicações do FNE para 2017, que prevê a aplicação de R\$ 11,4 bilhões em programação específica para financiamento a projetos de infraestrutura econômica.

Como primeira instituição pública federal a criar um Hub de inovação, o Hubine, o BNB firmou parceria com a Coca-Cola Brasil, por meio da qual destina R\$ 20 milhões para projetos de inovação que viabilizem o acesso à água potável em comunidades urbanas e rurais de baixa renda. Também realizou intercâmbio em Israel, país referência mundial em inovação, visando discutir projetos de convivência com o semiárido, com participação de *startups* nordestinas.

Com objetivo de construir uma plataforma de governança das quarenta principais cidades médias localizadas em sua área de atuação, o BNB lançou o Fórum Banco do Nordeste de Médias Cidades. O G20+20 pretende criar sinergia para viabilizar capacitações técnicas, tecnológicas e gerenciais, trocar experiências e compartilhar práticas bem sucedidas, gerando um ambiente de estruturação de negócios nesses municípios.

O Banco também lançou dois editais de inovação tecnológica com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (Fundeci), no valor de R\$ 7 milhões, voltados para instituições de pesquisas e entidades privadas. Com o Edital Fundeci de Subvenção Econômica para Inovação nas Empresas da região Nordeste, no valor de R\$ 4

milhões, o Banco selecionará pela primeira vez empresas privadas para receberem esses recursos.

Em resumo, o Banco do Nordeste prioriza programas e projetos de investimentos que proporcionam retornos sociais e privados que geram externalidades positivas para sociedade e que atendem aos objetivos de redução das desigualdades regionais e do desenvolvimento sustentável para a Região.

É assim que, preparando-se para os desafios do amanhã, o BNB completa 65 anos de muito trabalho, cujo resultado reflete o esforço de seus funcionários e colaboradores, entusiasmados em fazer a diferença nos 65 anos que estão por vir.

Marcos Costa Holanda
Presidente

2. MODELO DE NEGÓCIOS

O Banco do Nordeste (BNB) aplica recursos na Região por meio de operações de financiamento e oferece diversos outros produtos e serviços financeiros aos agentes econômicos, visando produzir resultados que promovam a sua sustentabilidade empresarial e o desenvolvimento da sua área básica de atuação. O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) é a principal fonte de recursos utilizada pelo Banco, recurso público destinado ao financiamento de longo prazo das atividades produtivas da região Nordeste e do norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Identificado como o banco de desenvolvimento da Região, o BNB tem como desafio maior e alvo principal de suas ações a participação mais efetiva do Nordeste no cenário socioeconômico nacional, que direciona seu modelo de negócios para a assistência creditícia diversificada e adaptada às necessidades dos diferentes estratos produtivos, por meio de canais de atendimento sintonizados com o competitivo mercado bancário nacional.

Assim, são apoiados com crédito, desde empreendedores informais urbanos e rurais, contando com metodologia de microcrédito produtivo orientado, até operações de financiamento de longo prazo a grandes projetos empresariais, inclusive de infraestrutura. São ainda trabalhadas pelo Banco do Nordeste estratégias não reembolsáveis de apoio e promoção de desenvolvimento científico e tecnológico, de inovação e de desenvolvimento territorial. Estes são mecanismos que oportunizam condições para a modernização, ampliação e sustentabilidade da capacidade produtiva regional.

Diante do cenário atual do segmento bancário, que impõe às instituições financeiras a urgente otimização de recursos humanos e financeiros para o alcance de resultados sustentáveis, o Banco do Nordeste realizou estudo de avaliação de suas unidades de negócios. Este estudo indicou a necessidade de adequação na rede de agências, buscando manter a eficiência operacional, preservando a presença do Banco na sua área de atuação e compatibilizando o melhor aproveitamento de seu capital humano às demandas dos seus clientes e da sociedade.

O resultado desse ajuste foi o encerramento de atividades de 19 agências, localizadas em 17 municípios. A desmobilização dessas unidades aconteceu em praças que contavam com mais de uma agência, evitando a descontinuidade da assistência creditícia e da prestação de serviços para aquelas comunidades. Atualmente, a rede de agências conta com 292 unidades, localizadas na região Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo.

O Banco viabiliza os seguintes canais de atendimento presencial, à distância e digital, além da rede de agências, para consolidar presença na sua área de atuação, intensificando e aprofundando o relacionamento com os clientes, potencializando a realização da missão, visão e a ampliação de seus negócios:

- Agência Itinerante;
- Posto de Atendimento (PA);
- FNE Itinerante;
- Unidade de Atendimento do Agroamigo e do Crediamigo;
- Autoatendimento com Rede Própria ou Compartilhada com a Tecnologia Bancária (Tecban) e o Banco do Brasil;
- *Internet Banking e Mobile Banking*;
- Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão (CRCIC);
- Ouvidoria.

2.1 Desenvolvimento Regional

Para subsidiar as ações de promoção do desenvolvimento regional sustentável, o Banco dispõe do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), com atuação destacada na elaboração, promoção e difusão de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas, bem como na avaliação de políticas e programas, produzindo e publicando, também, obras técnicas e outros trabalhos de interesse do Banco, em parceria com instituições ligadas ao desenvolvimento regional.

No primeiro semestre de 2017, além da continuidade dos informativos periódicos do Etene – Diário Econômico, Caderno Setorial, Boletim Setorial, Cenário Bancário e Conjuntura Econômica - o Etene lançou mais uma publicação, intitulada Conjuntura em Números e Gráficos, que apresenta o cenário macroeconômico internacional e o desempenho da atividade econômica no Brasil e no Nordeste, por meio da apresentação de tabelas e gráficos sobre o nível de atividade, agropecuária, indústria, comércio varejista, serviços, turismo, comércio exterior, mercado de trabalho, finanças públicas e intermediação financeira, inclusive com recortes por Estado.

Destaca-se ainda durante o primeiro semestre, a estruturação pelo Etene da proposta do Fórum Banco do Nordeste de Médias Cidades, o chamado G20+20, iniciativa lançada com o objetivo de construir uma plataforma de governança das 40 cidades médias localizadas na área de atuação do Banco, que permita criar sinergia para viabilizar capacitações técnicas, tecnológicas e gerenciais, trocar experiências e compartilhar práticas bem sucedidas e criar um ambiente de estruturação de negócios, identificando fontes de recursos para investimentos, principalmente ligados à infraestrutura urbana.

No tocante a novas modelagens econométricas, destacam-se, durante o primeiro semestre deste ano, os modelos de previsão de *default* para a carteira de Micro e Pequenas Empresas do Banco, com a finalidade de melhorar a eficiência das ações da administração e recuperação de crédito.

Em estudos e pesquisas setoriais foram realizadas 11 análises sobre atividades econômicas de interesse do Banco com destaque para as de infraestrutura (energias solar e eólica) e construção civil.

Destacam-se, ainda, os seguintes trabalhos do Etene durante o primeiro semestre de 2017:

- Avaliação de impacto do FNE sobre o crescimento econômico dos municípios em sua área de atuação, identificando-se que o FNE tem correlação positiva com o PIB *per capita*, a geração de emprego e a massa salarial;
- Construção da Linha de Base para a bovinocultura de leite nos territórios de Sobral-CE, Limoeiro do Norte-CE e Seridó-RN, dentro do Programa de Desenvolvimento Territorial;
- Desenvolvimento do projeto para determinar os fatores responsáveis pela concentração dos financiamentos do Agroamigo (Pronaf B) em atividades pecuárias.

2.2 Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento

Como parte de seu papel indutor do desenvolvimento regional, o Banco do Nordeste apoia estudos técnicos, projetos de pesquisa, difusão tecnológica e de inovação por meio da concessão de recursos não reembolsáveis do Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (Fundeci) e do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR).

No 1º Semestre de 2017, o Banco do Nordeste apoiou com recursos do Fundeci 8 (oito) convênios, totalizando R\$ 1,0 milhão, destacando-se as seguintes pesquisas: a) Apoio a

Incubadoras do Parque de Desenvolvimento Tecnológico (Padetec) e ao Desenvolvimento de Produtos Inovadores Passíveis de Patenteamento; b) Monitoramento de Resíduos Agrotóxicos em Municípios da Serra da Ibiapaba e Disseminação de Métodos de Produção Agroecológica; c) Avaliação de Tecnologias para Tratamento da Fração Orgânica do Resíduo Sólido Urbano (Forsu); e d) Validação e Difusão de Tecnologia para Tratamento de Água no Semiárido.

Além disso, objetivando fomentar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) na região Nordeste, o Banco do Nordeste disponibilizou R\$ 7,0 milhões por meio dos seguintes editais:

Edital Fundeci 01/2017 – SUBVENÇÃO ECONÔMICA: Subvenção Econômica para Inovação nas Empresas da Região Nordeste – Valor: R\$ 4,0 milhões;

Edital Fundeci 02/2017 – PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE: Inovações Tecnológicas e Organizacionais para Incremento da Produtividade e Competitividade nos Setores Produtivos - Valor: R\$ 3,0 milhões.

Referidos editais selecionarão projetos de valores entre R\$ 50 mil e R\$ 500 mil.

Com o Edital Fundeci de Subvenção Econômica para Inovação nas Empresas da região Nordeste, no valor de R\$ 4 milhões, o Banco selecionará pela primeira vez empresas privadas para receberem esses recursos, que devem associar-se a Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT). Essa estratégia do Banco busca estimular parceria entre empresas e instituições de pesquisa para o desenvolvimento de projetos inovadores. A Subvenção Econômica consiste na concessão de recursos financeiros, humanos, materiais ou de infraestrutura a empresas brasileiras, visando incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, serviços e/ou processos inovadores, para atender às prioridades das políticas industrial e tecnológica nacionais, bem como incrementar a competitividade das empresas e da economia do País.

2.3 Sustentabilidade

Desde 2010, o Banco do Nordeste publica anualmente o Relatório de Sustentabilidade, que tem por objetivo o compartilhamento de informações relevantes sobre a nossa atuação e a preocupação com o desenvolvimento sustentável e com a Responsabilidade Socioambiental, com todos os nossos públicos de relacionamento (clientes, colaboradores, fornecedores, governo, indústria bancária, instituições de desenvolvimento, investidores, sociedade e comunidade). A elaboração desse relatório é realizada de acordo com a versão G4 das diretrizes para relatórios de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative (GRI)*.

No primeiro semestre de 2017, o Banco do Nordeste desenvolveu diversas ações de responsabilidade socioambiental relacionadas tanto à sua atividade de Banco de Desenvolvimento, ou seja, tanto à concessão de financiamentos para o desenvolvimento sustentável da Região onde atua, quanto às atividades relacionadas ao funcionamento da empresa em si. As principais ações são destacadas a seguir:

- Continuidade do processo de Implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Banco do Nordeste, por meio do desenvolvimento de ações constantes em projeto específico que compõe o planejamento estratégico da Instituição e em seu respectivo Plano de Ação e, em cumprimento à Resolução BACEN nº 4.327, de 25.04.2014 e ao Normativo FEBRABAN SARB nº 14, de 28/08/2014. A PRSA, do Banco do Nordeste, encontra-se disponível na página eletrônica do BNB na Internet, no endereço: <http://www.bnb.gov.br/politica-de-responsabilidade-socioambiental>;
- Contratação de 5.678 operações de financiamento relacionadas ao meio ambiente e à inovação, alcançando o montante de R\$ 129,7 milhões por meio dos programas

ambientais FNE Verde, Pronaf Semiárido, Pronaf Floresta, Pronaf Eco e Pronaf Agroecologia, além de R\$ 36,5 milhões aplicados com recursos do programa FNE Inovação, no primeiro semestre de 2017, conforme mostrado na Tabela 1.

Tabela 1 - FNE – Programas Ambientais e de Inovação

(Em R\$ milhões)

Programa	*2016		*2017		Variação Valor
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	
FNE Verde	37	67,3	148	33,5	-50,2%
PRONAF	4.917	80,5	5.511	96,2	19,5%
FNE Inovação	8	97,9	19	36,5	-62,7%
Total	4.962	245,7	5.678	166,2	-32,4%

Fonte: Diretoria de Controle e Risco - Superintendência de Controle Financeiro.

* Os dados referem-se ao primeiro semestre de cada ano.

- Um ano de lançamento do Programa FNE Sol, que é uma linha de financiamento destinada à aquisição de sistemas de micro e minigeração distribuída de energia, a partir de fontes renováveis, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.
- Contratação de 104 operações de financiamento à micro e minigeração distribuída de energia elétrica, por meio do FNE Sol, alcançando o montante de R\$ 15,7 milhões destinados ao setor no primeiro semestre de 2017, contribuindo para a formação de uma matriz energética mais limpa em sua área de atuação. (Fonte: Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito).

2.4 Política de Desenvolvimento Territorial

A estratégia do Programa de Desenvolvimento Territorial (BNB Prodeter) para promover o desenvolvimento local e territorial da Região é elevar a competitividade das atividades econômicas da Região. Os objetivos do Prodeter são fortalecer as cadeias produtivas e incorporar inovações tecnológicas em atividades produtivas, potencializando a participação dos agentes econômicos locais na elaboração de Planos de Desenvolvimento das atividades produtivas. Esses objetivos permitem o financiamento estruturado das atividades agropecuárias, o que possibilita a minimização dos riscos de inadimplência e a melhoria das condições de vida da população regional.

A primeira etapa do Prodeter foi iniciada em 2016 com a elaboração de Planos de Ação de atividades produtivas em 21 territórios em todos os estados da área de atuação do BNB. Em cada território foram constituídos Comitês Gestores das atividades escolhidas que fazem a coordenação dos atores institucionais e participantes da cadeia produtiva, elaboram o Plano de Ação Territorial (PAT) e colocam em prática as ações, por meio dos parceiros locais, para resolver problemas dessa cadeia. Nos nove estados do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo cerca de 2.000 produtores fazem parte dos Planos de Ação desenvolvidos.

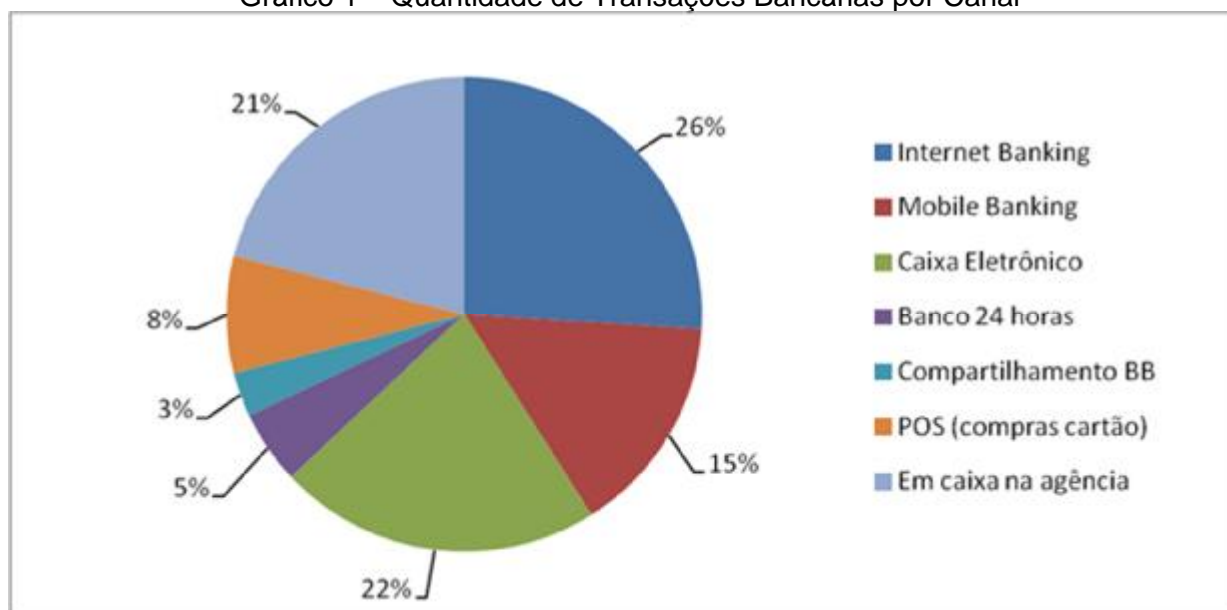
No primeiro semestre de 2017 foram incluídos 50 novos territórios no Prodeter. Essa expansão significativa foi aprovada como um Projeto do Plano Estratégico do Banco para 2017. Outra atividade realizada no âmbito da Política de Desenvolvimento Territorial é o Programa Cisternas Rurais. O Programa foi operacionalizado pelo Banco do Nordeste a partir de 2013 por meio de contrato de prestação de serviços com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para a construção de 30.133 cisternas sendo 28.483 para o consumo humano

(primeira água) e 1.650 de produção (segunda água) – em 37 municípios dos estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais e Paraíba. O Programa teve seu encerramento no ano de 2016, com um total de 24.680 famílias capacitadas e 20.996 cisternas construídas, sendo 19.647 de primeira água e 1.349 de segunda água.

2.5 Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) tem importante papel no modelo de negócio do Banco do Nordeste, sendo o elo entre a estratégia corporativa e os produtos e serviços disponibilizados aos clientes. O montante aplicado no primeiro semestre de 2017, em TIC, totalizou R\$ 125,6 milhões. A modernização realizada, por meio de investimento em TIC tem levado o Banco a constante melhoria e expansão de seu atendimento aos clientes, com a implantação de novos e mais modernos canais de relacionamento digital. Assim sendo, no primeiro semestre de 2017, do volume total de transações do Banco, aproximadamente 80% foram realizadas via canais alternativos, como se pode observar no Gráfico 1. Trata-se de uma evolução, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, no qual 76,5% das transações foram efetivadas via canais alternativos.

Gráfico 1 – Quantidade de Transações Bancárias por Canal



Fonte: Diretoria de Administração – Superintendência de Tecnologia da Informação

Também houve elevação de 8,18% no volume de transações, considerando os canais alternativos à utilização dos caixas nas agências, quando comparamos com o mesmo período do ano anterior, que corresponde ao acréscimo de 1,4 milhão de transações.

Por fim, outras ações e projetos executados pela Superintendência de TI no primeiro semestre de 2017 podem ser destacadas: a modernização da infraestrutura de suporte a aplicações críticas, a implantação de plataforma de integração contínua de *software*, nos perímetros de desenvolvimento e testes de sistemas e a implementação de novas soluções tecnológicas (análise do perfil do investidor, crediamigo 3.0, agroamigo, automatização de Propostas de Regularização de Dívidas - PRDs, central de retaguarda, dentre outras).

3. ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

3.1 Planejamento Empresarial

O planejamento no Banco do Nordeste é norteado pelas premissas de visão corporativa, clareza de rumo, gestão para resultados, participação, continuidade e flexibilidade.

O Banco adota o modelo de Gestão para Resultados (GpR) em seu planejamento empresarial. Um dos principais pressupostos da metodologia é a necessidade de escutar a sociedade para a construção da realidade e da estratégia a ser adotada pela empresa, bem como o envolvimento de todos da organização para o seu alcance.

Com isto, a atuação da empresa prioriza os resultados em todas as suas ações, que se encontram intimamente relacionados com o desenvolvimento da sua área de atuação, também refletidos na sua missão e visão:

Missão: “Atuar como o banco de desenvolvimento da região Nordeste”.

Visão: “Ser o Banco preferido do Nordeste, reconhecido pela sua capacidade de promover o bem estar das famílias e a competitividade das empresas da Região”.

A implementação e o êxito da estratégia empresarial são sustentados na empresa pelos princípios do seu planejamento, que são: Meritocracia, Foco nos Clientes e Resultados, Inovação e Integridade.

Em atendimento a Lei 13.303, de 26/06/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública e da sociedade de economia mista, o período considerado para a proposta do planejamento do BNB passou de quadrienal para quinquenal (2017-2021).

Assim, a construção do planejamento empresarial de 2017-2021 contemplou: a análise reflexiva dos resultados alcançados no exercício anterior, identificando oportunidades para melhoria; a análise de aspectos legais e regulamentares a que está sujeito; pesquisas com públicos externo e interno; estudos e desenhos de cenários, com definição e análise dos perfis de riscos das estratégias.

As estratégias de negócios foram definidas a partir da análise dos riscos vislumbrados nos cenários possíveis desenhados para o Brasil e para a área de atuação do Banco do Nordeste.

Os resultados das pesquisas realizadas sinalizaram as principais problemáticas da Região, bem como as exigências para a atuação do Banco, frente aos desafios dos cenários analisados.

Validados pela pesquisa externa, foram considerados os seguintes aspectos no direcionamento estratégico: apoio à modernização da infraestrutura, promoção da inclusão financeira e do empreendedorismo, estímulo à inovação e à competitividade nas empresas, promoção da inovação para o desenvolvimento sustentável, fortalecimento da gestão pública para resultados de desenvolvimento e difusão da inteligência econômica.

Também validadas em pesquisa com o público interno, foram consideradas as seguintes exigências, como características do BNB: ser atuante no desenvolvimento de cadeias produtivas, indutor de melhoria do bem estar da população, sustentável, eficiente na realização das suas operações, inovador, ágil na concessão de crédito, disseminador de novas técnicas de produção.

O Banco do Nordeste também considerou no seu planejamento estratégico a agenda formulada pela Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, alinhando seus resultados e impactos almejados com seis Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

Quadro 1 - Alinhamento dos Resultados e Impactos aos ODS

Resultado / Impacto	Objetivos ODS
Inclusão Financeira	Erradicação da pobreza
Solidez e Sustentabilidade	Parcerias em prol das metas
Crédito Especialmente e Setorialmente Distribuído	Emprego digno e crescimento econômico
Geração de Emprego e Renda	Emprego digno e crescimento econômico
Redução de Desigualdades	Redução das desigualdades
Competitividade das Empresas Nordestinas	Indústria, Inovação e Infraestrutura
Sustentabilidade Ambiental	Cidades e comunidades sustentáveis

Fonte: Diretoria de Planejamento - Superintendência de Estratégia e Organização

Para a comunicação da estratégia com o envolvimento de todos, o Banco adota o Mapa Estratégico, uma representação gráfica de sua estratégia, que considera as dimensões do resultado de eficiência, eficácia e efetividade, os elementos estratégicos de insumos, atividades, produtos, resultados e impactos e os embasamentos na ética, integridade, monitoramento e avaliação.

Figura 1 – Mapa Estratégico



Fonte: Diretoria de Planejamento – Superintendência de Estratégia e Organização

A estratégia é traduzida para a empresa em indicadores de desempenho e em projetos, que são monitorados e avaliados sistematicamente, reportando-se para a superior administração da empresa os seus resultados e avaliação.

Cabe destacar, dentre os 17 (dezessete) projetos em desenvolvimento os seguintes: Novo Processo de Concessão de Crédito, MPE Digital, Crediamigo 3.0, Academia Banco do Nordeste e Implantação do Modelo de Agências.

No intuito de propiciar que cada Unidade do Banco identifique de modo claro a sua efetiva contribuição para os resultados e impactos almejados foi implementada a sistemática de pactuação de resultados, por meio do qual os gestores se comprometem com os resultados e os meios para o seu alcance. O Banco exerce ainda o trabalho de atração de investimentos, apoia a realização de estudos e pesquisas com recursos não reembolsáveis e estrutura o desenvolvimento por meio de projetos de grande impacto. Mais que um agente de intermediação financeira, o Banco se propõe a prestar atendimento integrado a quem decide investir em sua área de atuação, disponibilizando uma base de conhecimentos sobre o Nordeste e as melhores oportunidades de investimento na Região.

3.2 Resultados - 1º Semestre de 2017

Em 2017, conforme estabelecido no planejamento empresarial, foram alcançados resultados de efetividade medidos pelos seguintes aspectos:

- Inclusão Financeira: promoveu a inclusão financeira com 1,73 milhão de operações realizadas com clientes pelo Pronaf; 1,15 milhão de clientes ativos no Programa Agroamigo e 1,96 milhão de clientes atendidos pelo Crediamigo.
- Crédito espacialmente e setorialmente distribuído:
 - i. Grau de Concentração Espacial do Crédito: o indicador apresentou resultado de 14,6% no semestre, demonstrando um baixo nível de concentração dos recursos entre os Estados de atuação do Banco;
 - ii. Grau de Concentração Setorial do Crédito: o indicador apresentou resultado de 29,9% no semestre, demonstrando que há razoável concentração dos recursos aplicados em três setores preponderantemente (comércio, pecuária e serviços).
- Solidez e Sustentabilidade: direcionou os esforços para ganhos de eficiência e retorno sobre seu patrimônio líquido, monitorando como está seu posicionamento em relação a outros bancos públicos.
 - i. Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido Médio (IRPL): 18,3%. O IRPL fechou o ano de 2016 em 24,3%.
 - ii. Índice de Eficiência (IEF): 76,6%. Desempenho 5,5 pontos percentuais menor que o alcançado na mesma posição de 2016 (71,1%), visto ser indicador de “quanto menor, melhor”.¹
 - iii. Índice de Eficiência em relação ao Índice de Eficiência dos Bancos Públicos: 82,6%, desempenho 3,1 pontos percentuais melhor que o percentual de 85,7% alcançado na mesma posição de 2016, visto ser um indicador de “quanto menor, melhor”.

¹ Na apuração do índice de eficiência não são mais consideradas as despesas com PIS/COFINS na composição da Margem Financeira, nem o ISS na composição das Despesas Administrativas, por conta de reenquadramento das Despesas Tributárias em item específico, compatível com a DRE societária.

3.3 Desafios 2017

Para 2017, o Plano de Aplicações do FNE aprovado pelo Conselho Deliberativo da Sudene (Condel/Sudene) prevê recursos da ordem de R\$ 26,1 bilhões, sendo R\$ 11,4 bilhões em programação específica para financiamento a projetos de infraestrutura econômica e R\$ 14,7 bilhões em programação padrão setorial, com a projeção de financiamento por estado e setor de atividade apresentada na Tabela 2.

Tabela 2 - FNE 2017: Projeção de Financiamento por Estado e Setor de Atividade (R\$ milhões)

UF/ SETOR	Agricultur a (1) (2)	Pecuária (2) (3)	Indústria (1)	Agroin- dústria (2) (4)	Turismo	Com. & Serv. (1)	Infraestr utura (4)	TOTAL	[%] UF
AL	130,0	120,0	190,0	20,0	100,0	140,0	-	700,0	4,8
BA	1.180,0	525,0	600,0	30,0	140,0	850,0	-	3.325,0	22,6
CE	200,0	365,0	770,0	15,0	110,0	760,0	-	2.220,0	15,1
ES	65,0	50,0	170,0	15,0	10,0	60,0	-	370,0	2,5
MA	440,0	435,0	245,0	20,0	25,0	290,0	-	1.455,0	9,9
MG	200,0	250,0	100,0	5,0	5,0	230,0	-	790,0	5,4
PB	50,0	190,0	200,0	20,0	95,0	275,0	-	830,0	5,7
PE	255,0	300,0	450,0	100,0	170,0	505,0	310,0	2.090,0	14,2
PI	590,0	205,0	30,0	15,0	115,0	325,0	-	1.280,0	8,7
RN	75,0	170,0	140,0	15,0	55,0	300,0	220,0	975,0	6,6
SE	110,0	125,0	130,0	20,0	30,0	200,0	50,0	665,0	4,5
SUB TOTAL	3.295,0	2.735,0	3.025,0	275,0	855,0	3.935,0	580,0	14.700,0	100,0
[%] Setor	22,4	18,6	20,6	1,9	5,8	26,8	3,9	100,0	
SUB TOTAL PROGRAMAÇÃO ESPECÍFICA DE INFRA ESTRUTURA								11.400,0	
TOTAL DA PROGRAMAÇÃO FNE								26.100,0	

Fonte: Diretoria de Planejamento - Superintendência de Políticas de Desenvolvimento (Programação do FNE para 2017 - Banco do Nordeste).

Observa-se que o cenário econômico e político de 2017 se mantém desafiador, renovando a necessidade de ampliar ações do próprio BNB quanto a, por exemplo, divulgação e proximidade com o público potencial, fomentando a demanda por crédito, assim como atualizações nos programas de financiamento e produtos de crédito, ajustando-os às condições do contexto econômico.

A demanda por crédito, entretanto, é condicionada pela confiança e disposição dos produtores e empresas para investir no setor produtivo o que, por sua vez, se insere na esfera de impactos da conjuntura e perspectivas do ambiente econômico, político e social, em especial.

Mostra-se, então, fundamental a ação de um conjunto de entidades públicas e privadas que promovam condições favoráveis à atividade produtiva em temas como promoção de investimentos, programas de governo, compras governamentais, concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs), apoio e capacitação para gestão, desenvolvimento de novos mercados e modernização tecnológica.

4 GOVERNANÇA CORPORATIVA

4.1 Estrutura Estatutária

Na estrutura de governança corporativa do Banco do Nordeste (Figura 2) estão presentes a Assembleia Geral, o Conselho de Administração - composto por seis membros, assessorado pelos Comitês de Auditoria e pela Auditoria Interna - e a Diretoria Executiva, composta pelo Presidente e por seis diretores estatutários. O Banco do Nordeste mantém, ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal.

Compõe, também, a estrutura de governança corporativa do BNB a Superintendência de Auditoria, que tem como propósito a avaliação dos processos de gerenciamento de riscos, controles e governança, visando adicionar valor à organização e reportando à alta administração a eficácia do sistema de controle interno. Utiliza a metodologia de auditoria de processos com foco em riscos, por meio da qual vem aprofundando o conhecimento dos processos do Banco e, consequentemente, aumentando a sua capacidade de avaliar os riscos desses processos e sua respectiva estrutura de controles de forma independente e objetiva.

Figura 2 – Estrutura de Governança Corporativa do Banco do Nordeste



Fonte: Diretoria de Planejamento – Superintendência de Estratégia e Organização

Além do próprio Estatuto Social, o Banco dispõe dos Regimentos Internos da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, como balizadores das ações e práticas de seus Colegiados Estatutários. Esses documentos estão em harmonia com os demais normativos e leis vigentes e são importantes instrumentos da Governança Corporativa, na medida em que fortalecem o processo decisório e a dinâmica administrativa e operacional do Banco.

Nas relações institucionais estabelecidas pelo Banco, é observado o Código de Conduta Ética do Banco do Nordeste, disponibilizado na Internet para todos os interessados. Esse código se destaca como sendo o principal instrumento orientador da ética empresarial na Instituição. Em consonância com dois valores básicos da Instituição, acesso e transparência das informações, também está normalizada a arquitetura organizacional do Banco, compreendendo suas unidades organizacionais, subordinação, atribuições, organograma e distribuição do quantitativo de vagas. O Banco possui mecanismos de gestão que adotam as melhores práticas de Governança Corporativa, garantindo efetividade e independência na gestão dos riscos e controles internos.

Por demonstrar ter os elementos de um processo de gestão de risco e controles em bom grau de maturidade e responsabilidades bem definidas e manter um plano de continuidade em implementação, o Banco do Nordeste recebeu o Prêmio Mérito Brasil de Governança e Gestão Públicas, concedido pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O prêmio é um incentivo para que os gestores públicos possam adotar as melhores práticas e devolver os impostos pagos pela sociedade em bons serviços públicos.

4.2 Comitês e Comissões

Em alinhamento às práticas adotadas no mercado e com o propósito de envolver todos os gestores na definição de estratégias e na aprovação de propostas para os diferentes negócios, o Banco do Nordeste tem normalizadas as definições relativas às alçadas administrativas e às atribuições, assim como a composição e as regras de funcionamento de todos os seus colegiados não estatutários, responsáveis por decisões administrativas, mantendo as seguintes instâncias decisórias colegiadas:

- a) Comitês Corporativos: colegiados multidisciplinares responsáveis pela deliberação de assuntos estratégicos;
- b) Comissões Estratégicas: colegiados criados com finalidade específica e com prazo de funcionamento definido, com encerramento após a consecução do objetivo que motivou sua criação;
- c) Subcomitês: colegiados com composição multidisciplinar, criados para fornecer suporte e acompanhar a implementação das diretrizes estabelecidas pelos Comitês Corporativos a que são vinculados;
- d) Comitês Gestores de Unidades: colegiados existentes em todas as unidades do Banco, compostos por administradores (presidente e diretores) e por gestores dos eixos de gestão principal e de gestão intermediária, conforme normativo em vigor, responsáveis pela administração das unidades e pelo exercício das atribuições e decisões relacionadas à sua área de atuação.

Como empresa estatal federal, o Banco do Nordeste planeja, implementa e mantém práticas de governança de tecnologia da informação incluindo colegiados de nível estratégico e de nível tático de TI, atendendo às determinações da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR).

Em consonância com a Lei 12.846, de 01 de agosto de 2013, regulamentada pelo Decreto 8.420 de 18 de março de 2015, foi aprovada, pela Diretoria Executiva, a criação do Comitê de Processo Administrativo de Responsabilização (Compar) – Comitê Não Estatutário, por delegação do Presidente do Banco, com o objetivo de emanar decisões acerca da instauração e julgamento de processos administrativos de responsabilização de pessoa jurídica, de que trata a lei e o decreto em evidência.

4.3 Controles Internos

A Estrutura de Controles Internos do Banco do Nordeste tem como pilares as boas práticas de governança corporativa; a integridade das pessoas e seus valores éticos; compromisso de seus empregados em atuar com competência e com ampla transparência; estrutura organizacional que garante a segregação de funções e que possibilita a adequada delegação de autoridade e atribuições; além das políticas e práticas de gestão de riscos de controles internos.

A Estrutura de Controles Internos do BNB atua orientada em um modelo de três camadas de defesa segregadas e claramente identificadas, de forma a oferecer à alta governança, com razoável segurança, de que os objetivos empresariais estão sendo perseguidos na melhor performance possível. As três linhas de defesa têm como principais objetivos: (1) salvaguardar os ativos da organização; (2) atestar a confiabilidade e a integridade do processo e das informações produzidas; e (3) supervisionar / avaliar a conformidade com leis, regulamentos, políticas, procedimentos e contratos.

1ª Linha de Defesa - executa funções operacionais: Os gerentes operacionais são os responsáveis por gerenciar os riscos e são os “proprietários” de seus processos; têm a obrigação de implementar ações corretivas em processos e em controles; e têm também a responsabilidade de garantir que as atividades (de seus coordenados) estão sendo executadas de acordo com objetivos e metas.

2ª Linha de Defesa - atua nas funções de gestão: Aplica técnicas para gerenciamento de riscos; auxilia os “proprietários” de riscos a definir mecanismos para mitigar os riscos; ajuda a alta governança (AG) a definir a meta de exposição a riscos; reporta à AG informações relacionadas a riscos expostos; auxilia na conformidade com relação a leis, regulamentos e procedimentos. E o mais importante: pode intervir de modo a modificar ou a desenvolver controle interno.

3ª Linha de Defesa - atua nas funções de avaliação independente: Avalia todos os elementos da Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Controles da organização, inclusive sobre como estão atuando as 1ª e 2ª linhas de defesa. Faz ainda avaliações sobre a eficácia da governança com relação ao gerenciamento de riscos e dos controles internos existentes.

A Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho de Administração, auxiliado pelo Comitê de Auditoria e pela Auditoria Interna, juntamente com o Conselho Fiscal, constituem a esfera superior da Governança do Banco do Nordeste. No plano diretivo, a Diretoria Colegiada é o órgão gestor da Estrutura de Controles Internos, tendo o Diretor de Controle e Risco, como responsável perante a autoridade monetária nacional e demais órgãos de controle externo (Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - Anbima, etc.), pela coordenação da gestão de riscos e de controles internos. Os comitês de decisão e ou avaliação são também componentes essenciais da estrutura de gestão de controles e riscos, especializados que são para diversas naturezas de assuntos.

Acrescenta-se aos diversos comitês especializados, a Comissão de Ética do Banco do Nordeste, que tem como atribuição promover o Código de Conduta Ética e de representar o cidadão (cliente) dentro do ambiente empresarial, inclusive mediando conflitos e atuando para a melhoria dos processos internos da empresa.

A segregação de funções também é aplicada com o intuito de atender aos princípios de boas práticas de governança corporativa e às exigências da regulação, sem prejuízo da integração dos processos, cabendo, nesse sentido, destacar que: a) a gestão dos recursos de terceiros encontra-se totalmente apartada das ações de gerenciamento dos recursos do Banco; b) as atividades de controle de operações de crédito são desenvolvidas em ambiente distinto e independente da área de negócios; c) as funções de avaliação de risco são segregadas daquelas afetas à concessão do crédito; d) a elaboração/renovação dos cadastros dos clientes, instrução das propostas de concessão e de renegociação de créditos são apartadas da área de negócios; e) as atividades de tesouraria do Banco estão separadas das atividades de gestão de Fundos de Investimento; e f) as atividades de criação de modelos e métodos para gestão dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional estão separadas das atividades de gestão dos negócios.

As atividades de controladoria e de contabilidade também estão segregadas, possibilitando melhor definição quanto ao exercício das funções de controladoria, planejamento tributário e orçamento, bem como melhor adequação das atividades referentes à gestão contábil-financeira dos recursos do FNE.

Integra, ainda, a Estrutura de Controles Internos do Banco do Nordeste, o conjunto de políticas, normas e procedimentos que servem à formalização de decisões e atos administrativos, como também de orientação para a execução das atividades nos diferentes níveis da organização e que estão disponíveis ao amplo acesso dos empregados da Instituição.

O Banco do Nordeste também se diferencia das demais instituições financeiras do País pela missão que tem a cumprir: "atuar como o banco de desenvolvimento da região Nordeste". Para isso, entende ser fundamental difundir seus princípios de integridade, ética e de transparência entre nossos clientes, fornecedores, parceiros e partes relacionadas.

Como entidade gestora de recursos públicos, o Banco do Nordeste tem também o compromisso com a sociedade de pautar a sua atuação no mercado de forma social e ambientalmente responsável, evitando a ocorrência de fraude e corrupção. Para isso, o Banco desenvolve ações de Integridade e Ética, que funcionam como instrumentos da boa governança, envolvendo: postura ética, prática vigilante dos controles internos, sustentabilidade, transparência e integridade da organização, de seus colaboradores e parceiros.

O conjunto de todas as políticas e diretrizes orientam, portanto, a empresa Banco do Nordeste pela busca da transparência com os acionistas, o mercado e a sociedade, pelo cumprimento das leis, normas e regulamentos do sistema financeiro nacional e pela gestão institucional efetivada em modelos que garantam o cumprimento da missão, a continuidade da organização e a geração de resultados favoráveis e sustentáveis.

4.4 Relacionamentos

Relacionamento com cliente

O Banco do Nordeste prima pela qualidade do relacionamento com seus clientes, disponibilizando diversos canais de relacionamento como informado a seguir:

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), criado pela Lei de Acesso à Informação, presta atendimento por transparência ativa, disponível em <http://www.bnb.gov.br/aceso-a-informacao>, e por transparência passiva, disponível em <http://www.bnb.gov.br/aceso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic>.

O Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão - realizou 1.442.434 atendimentos no primeiro semestre de 2017, referentes a todos os canais de atendimentos e serviços, sendo: a) 167.322 demandas de atendimentos prestadas aos cidadãos e clientes por telefone (SAC e CAC) e 47.369 por canais multimeios (Serviço de Informação ao Cidadão-SIC, e-mail, redes sociais, consumidor.gov, sítios de reclamações); b) 49.802 boletos emitidos atendendo solicitação de emissão de boletos aos clientes com e c) realizou 1.177.941 atendimentos ativos juntos aos clientes prestando os seguintes serviços: orientação empresarial voltada para negócios, cobranças de administração de crédito e seguros, monitoramento de oportunidades de relacionamentos e negócios, monitoramento da segurança bancária, renovação de seguros e gestão do atendimento eletrônico.

Ouvidoria - atua como última instância de atendimento às demandas dos clientes e usuários de seus produtos e serviços, assim como dos cidadãos. É o canal de comunicação entre esse público e a Instituição, mediando conflitos e emitindo Recomendações de Ouvidoria às demais áreas do Banco, objetivando a melhoria ou a correção de deficiências em processos, produtos e serviços, com base na análise das manifestações recebidas, em conformidade com o disposto na Resolução nº 4433, do Banco Central do Brasil.

De acordo com o Banco Central, o Banco do Nordeste é a empresa com menor número de reclamações entre os bancos com mais de 4 milhões de clientes. O *ranking* é formado a partir das demandas registradas pelo público e considera bancos comerciais, múltiplos, cooperativos, de investimento, filiais dos bancos estrangeiros, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento (SCFI) e administradoras de consórcio.

Relacionamento com sociedade

Patrocínios- As ações de patrocínio do Banco, pautadas pela transparência e boas práticas de gestão, conciliaram diretrizes do Governo Federal com interesses institucionais e mercadológicos, visando a ampliar relacionamentos, divulgar produtos, ampliar negócios e fortalecer sua marca. Do total de recursos pagos aos projetos patrocinados no 1º semestre de 2017 perfizeram um total de 57,6% para ações culturais e 42,4% para ações

institucionais/mercadológicos. Foi apoiado um total de 34 projetos culturais no valor de R\$ 1.272.497,00, sendo 31 projetos com base na Lei Rouanet, e 64 projetos institucional-mercadológicos no valor total pago no primeiro semestre de 2017 de R\$ 936.914,88, conforme apresentado na Tabela 3, a seguir.

Tabela 3 – Patrocínio – 1º Semestre de 2017

Modalidade	Fonte	Projetos	Patrocínio (R\$)	%
Cultura e Audiovisual		34	1.272.497,00	57,6
Edital Cultural	Lei Rouanet	25	884.305,00	40,0
Escolha Direta	Lei Rouanet	6	338.192,00	15,3
Escolha Direta	Rec. Orçamentários	3	50.000,00	2,3
Institucional-mercadológico		64	936.914,88	42,4
Edital Mercadológico	Rec. Orçamentários	23	355.000,00	16,1
Escolha Direta	Rec. Orçamentários	41	581.914,88	26,3
Total geral		98	2.209.411,88	

Fonte: Presidência – Superintendência de Marketing e Comunicação

Cultura - A Cultura, para o Banco do Nordeste é parte integrante do desenvolvimento, e acontece por meio do apoio as atividades artístico-culturais, a produção, fruição, circulação e formação artístico-cultural e a concessão de crédito as atividades econômicas da cadeia produtiva da cultura. Os seus três Centros Culturais localizados em Fortaleza e Cariri, no Ceará, e em Sousa, na Paraíba, ofertam às comunidades onde estão inseridos, espaços democráticos para apreciação das diversas áreas das artes, mediante realização de programação gratuita, além de promover a formação de plateias e o incentivo ao desenvolvimento de profissional de agentes culturais locais e regionais. No 1º semestre de 2017, as ações culturais nas áreas de artes cênicas (teatro), artes visuais, cinema, literatura, música, oficina de formação, atividades infantis e tradição cultural, alcançaram público estimado de 177 mil pessoas.

Relacionamento com empregados

O Banco do Nordeste encerrou o primeiro semestre de 2017 com 7.187 empregados, 376 Bolsistas de Nível Médio, 731 Bolsistas de Nível Superior e 431 Jovens Aprendizizes em seu quadro. Foram ofertadas 16.288 oportunidades de capacitação, sendo 13.674 referentes à Comunidade Virtual de Aprendizagem (educação à distância), 2.502 em cursos presenciais e 112 oportunidades de educação formal.

Além disso, houve a implantação do ponto eletrônico, ferramenta que permite, tanto ao Banco quanto aos seus empregados, a automatização e controle da jornada de trabalho. Tal iniciativa decorre de acordo coletivo específico assinado com as entidades representativas dos empregados (Contraf e Contec). Por fim, no mês de março/2017, o Banco promoveu a movimentação (rodízio) de 103 gestores principais observando as competências e qualidades dos empregados frente aos desafios apresentados. Esse processo de rodízio, pautado no princípio da meritocracia, permite a vivência de novas experiências que em muito agrega na construção da carreira profissional e formação pessoal dos empregados.

5. GESTÃO DE RISCOS

A Política Corporativa de Gestão de Riscos do Banco do Nordeste incorpora, como princípio essencial, a manutenção de sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais da instituição. Nesse sentido, disponibiliza informações que subsidiam as diversas instâncias decisórias do Banco a avaliar os riscos envolvidos e destina-se a orientar a gestão dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais. Para isso, estabeleceu-se regras baseadas em princípios e boas práticas de governança corporativa, implantadas sob a orientação da superior administração do Banco e dos órgãos supervisores.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos, controles internos e segurança corporativa apresenta-se unificada no nível estratégico e específica quanto às suas unidades negociais e de suporte, observando o princípio da segregação das atividades. As unidades e suas responsabilidades básicas referentes à gestão de riscos, controles internos e segurança corporativa encontram-se descritas a seguir:

- Conselho de Administração - Aprovar políticas de riscos, controles internos e segurança corporativa;
- Diretoria Executiva - Deliberar sobre políticas de gestão de riscos e submetê-las ao Conselho de Administração; aprovar limites operacionais e aprovar metodologias de gestão de riscos;
- Diretoria de Controle e Risco - Coordenar a implementação das políticas de risco, controles internos e segurança corporativa; monitorar o desempenho das áreas gestoras de riscos, controles internos e segurança corporativa;
- Comitê de Gestão de Riscos - Apreciar e encaminhar à instâncias superiores matérias relacionadas à gestão de riscos;
- Subcomitê Tático-Operacional de Gestão de Riscos - Tomar decisões de caráter tático-operacional que ofereça subsídios para o Comitê de Gestão de Riscos;
- Superintendência de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos - Coordenar a gestão operacional dos riscos, controles internos e segurança corporativa e monitorar os seus resultados;
- Ambiente de Gestão de Riscos - Gerenciar, em nível corporativo, os riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional; propor a definição de metodologias e modelos de gestão de riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional; promover a disseminação da cultura de gestão de riscos no Banco;
- Unidades gestoras dos produtos, serviços, sistemas e processos expostos aos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional - Gerenciar os riscos relacionados aos produtos, serviços, sistemas e processos que administram, e respectivos controles, de acordo com as metodologias e modelos definidos.

Na gestão do risco de crédito, destacam-se os seguintes procedimentos: a) Utilização de modelo próprio de gestão de risco de crédito; b) Estabelecimento e monitoramento de limites máximos de exposição por cliente/grupo econômico; c) Monitoramento do risco de concentração da Carteira de Crédito; d) Realização de teste de estresse da carteira de crédito; e) Aplicação do modelo de mensuração de perdas em conformidade com o *International Financial Reporting Standards (IFRS)*; f) Atualização do Índice de Reajuste para Bens Imóveis (IRBI); g)

Monitoramento das operações aprovadas pelos Comitês Estaduais especificamente quanto ao objetivo de manter no mínimo 80% da carteira de crédito nos níveis de risco de “AA” até “C”; h) Monitoramento da movimentação entre classes de *rating* da carteira de crédito (índices de mobilidade e estabilidade); e i) Monitoramento do risco de crédito da carteira dos fundos de investimentos sob gestão do Banco.

No tocante à gestão do risco operacional, destacam-se as seguintes atividades: a) Identificação de riscos operacionais nos processos da instituição e solicitação de implementação de ações mitigadoras; b) Aplicação da Autoavaliação de Riscos e Controles nos Processos de negócios e de suporte da Instituição; c) Qualificação de eventos de perdas operacionais observando a Arquitetura Organizacional vigente; d) Realização do cálculo da Parcela de Alocação de Capital – Modelo Básico BIA; e e) Acompanhamento da Implementação do Plano de Providências - Ações Mitigadoras de riscos operacionais nos processos da Instituição.

Na gestão do risco de mercado e de liquidez, destacam-se as seguintes ações:

- a) Controle diário das exposições e limites dos recursos gerenciados pela tesouraria;
- b) Elaboração dos ajustes prudenciais ao apreçamento de ativos do BNB, conforme regulamentação do Banco Central; e
- c) Monitoramento dos riscos de mercado e liquidez das carteiras de fundos de investimentos sob a gestão do Banco do Nordeste.

A área de gestão de riscos também realiza o cálculo de indicadores periódicos e elabora relatórios para a Alta Administração do Banco do Nordeste e para o Banco Central, que abordam os seguintes aspectos: a) Valor das exposições ao risco de mercado no Banco; b) Parcelas de risco de mercado referentes aos ativos ponderados pelo risco (RWA) e do risco das taxas de juros da carteira bancária (RBAN), utilizadas no cálculo do requerimento mínimo de capital; c) Indicadores de liquidez do Banco; e d) Testes de estresse, análises de sensibilidade e testes de aderência dos modelos utilizados na gestão de riscos de mercado e liquidez.

O processo de gestão de riscos do Banco do Nordeste fundamenta-se, portanto, na observação da legislação vigente, na adoção das boas práticas de mercado e no uso de modelos metodológicos definidos e documentados, passíveis de serem testados quanto à consistência, confiabilidade e transparência dos resultados.

6. DESEMPENHO

6.1 Desempenho econômico-financeiro

Ativos Totais

Ao final do primeiro semestre de 2017, os ativos globais do Banco do Nordeste apresentaram um acréscimo de 18,6%, em relação ao final do primeiro semestre de 2016, atingindo o volume de R\$ 50,6 bilhões. Nos ativos da Instituição também estão os recursos disponíveis do FNE (R\$ 14,5 bilhões) e os recursos comprometidos com operações de crédito desse Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação de recursos (R\$ 6,4 bilhões). O crescimento dos saldos de ativos do Banco de junho de 2016 para junho de 2017 está representado, preponderantemente, pelo acréscimo observado no conjunto dos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários, oriundos, em sua maior parte, por elevação nos ingressos de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e por acréscimo nas captações de depósitos a prazo.

De acordo com a Tabela 4, os saldos totais de ativos do FNE, na posição de 30/06/2017 apresentaram crescimento de 12,0%, comparativamente ao final do primeiro semestre de 2016. Durante o primeiro semestre de 2017, ingressou no patrimônio do FNE um total de R\$ 3,8

bilhões, contra R\$ 3,5 bilhões ingressados no mesmo período de 2016. Ao serem comparadas as posições de 30/06/2016 e 30/06/2017, percebe-se um acréscimo de 1,7% nos saldos de aplicações em operações de crédito do FNE e de 46,7% no conjunto das disponibilidades e recursos comprometidos.

Tabela 4 – Ativos Globais (R\$ milhões)

Especificação	BNB		FNE	
	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017
Disponibilidades, (*) Aplicações Interfinanceiras e TVM	27.135,4	35.584,5	8.749,8	14.451,3
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito	0,0	0,0	5.457,7	6.398,2
Relações Interfinanceiras	316,0	575,1	2.104,6	2.317,9
Operações de Crédito	11.413,7	10.154,4	47.149,1	47.941,4
Outros Créditos	3.550,2	4.073,0	8,8	8,9
Outros Valores e Bens	35,1	22,8	1,0	0,8
Permanente	230,3	204,9	0,0	0,0
Total	42.680,7	50.614,7	63.471,0	71.118,5

(*) Nas disponibilidades do BNB estão incluídos os recursos disponíveis e os comprometidos com op. de crédito do FNE

Fonte: Diretoria de Controle e Risco - Superintendência de Controle Financeiro

Títulos e Valores Mobiliários

O saldo da carteira de Títulos e Valores Mobiliários, na posição 30/06/2017, corresponde a R\$ 25,1 bilhões.

Em atendimento à Circular nº 3.068, de 08/11/2002, editada pelo Banco Central, o Banco do Nordeste elaborou fluxo de caixa projetado para fins de classificação da carteira de Títulos e Valores Mobiliários. Esse fluxo de caixa demonstra que há disponibilidade de recursos suficientes para o cumprimento de todas as obrigações e políticas de concessão de créditos sem a necessidade de alienação dos títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos Até o Vencimento”. Dessa forma, a Alta Administração do Banco declara que a instituição tem a capacidade financeira e a intenção de manter os títulos classificados nessa categoria até o vencimento.

Disponibilidades do FNE

O saldo das disponibilidades do FNE cresceu de R\$ 8,8 bilhões em junho de 2016 para R\$ 14,5 bilhões em junho de 2017. O saldo dos recursos comprometidos com operações de crédito teve

elevação de 16,4%, saindo de R\$ 5,5 bilhões em junho de 2016 para R\$ 6,4 bilhões em junho de 2017. O aumento das disponibilidades decorre do fato de o ritmo das aplicações, por conta da redução da atividade econômica, ser menor que o dos novos ingressos e reembolsos. Estes últimos somados, no primeiro semestre de 2017, alcançaram a cifra de R\$ 9,1 bilhões e foram superiores em 3,4% ao volume de ingressos e reembolsos do primeiro semestre de 2016, que foram de R\$ 8,8 bilhões.

Captação de recursos

O Banco do Nordeste apresentou, em 30/06/2017, um saldo de captação de recursos de R\$ 8,9 bilhões, registrando crescimento nominal de 0,8% (R\$ 68,5 milhões) em relação ao saldo apresentado em dezembro/2016. Destaque para o produto Depósitos a Prazo, com saldo de R\$ 6,3 bilhões e evolução de 3,6% nos seis primeiros meses de 2017.

Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) - No primeiro semestre de 2017, o saldo das letras relacionadas ao agronegócio apresentou um decréscimo de 30,8%, decorrente principalmente da redução das captações no período.

Os valores de depósitos e LCA de junho/2017 e dezembro/2016 são detalhados na Tabela 5, a seguir:

Tabela 5 – Captações de Recursos (R\$ milhões)

Captações	Jun/17	Dez/16	Variação
Depósitos a Vista	288,9	346,0	(16,5%)
Depósitos de Poupança	2.117,4	2.113,3	0,2%
Depósitos a Prazo	6.252,6	6.038,0	3,6%
Letra de Crédito do Agronegócio	209,6	302,7	(30,8%)
Total	8.868,5	8.800,0	0,8%

Fonte: Diretoria de Controle e Risco - Superintendência de Controle Financeiro (Sistema de Demonstrações Financeiras/Ambiente de Operações Financeiras)

Gestão de Fundos de Investimento

No primeiro semestre de 2017, o patrimônio líquido dos fundos de investimento alcançou o saldo de R\$ 5.755,85 milhões, um crescimento de 6,16% em relação ao final de 2016. Na mesma posição, o Banco do Nordeste realizou a gestão de 22 fundos de investimento, com 66.206 cotistas, uma evolução de 0,67% em relação ao final do ano anterior. A receita com taxa de administração dos fundos de investimento totalizou R\$ 16,28 milhões, um incremento de 6,76% em relação a 2016.

Patrimônio Líquido e Resultados

O Banco do Nordeste apresentou, em 30/06/2017, um Patrimônio Líquido de R\$ 3,3 bilhões. O Capital Social importava em R\$ 2,8 bilhões representado por 86.371.464 ações escriturais ordinárias, sem valor nominal, integralizadas. A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio, no primeiro semestre de 2017, foi de 18,3% a.a.

O Lucro Líquido do primeiro semestre de 2017, no valor de R\$ 298,0 milhões, foi 32,1% superior ao do mesmo período de 2016, representando um resultado de R\$ 3,451 por ação. Destaca-se na melhoria do desempenho o crescimento de R\$ 86,9 milhões nas receitas de prestação de serviços. O FNE apresentou um Patrimônio Líquido de R\$ 71,1 bilhões em junho de 2017.

Índice de Adequação Patrimonial

Destaca-se no final do exercício de 2016 que o Banco Central do Brasil autorizou o Banco do Nordeste a considerar que o Contrato de Novação e Confissão de Dívida, no valor de R\$ 1 bilhão, firmado entre o Banco e a União, seja classificado no Nível I do Patrimônio de Referência, na qualidade de Capital Principal. Com isso, o houve uma melhora significativa com relação ao cumprimento dos requerimentos mínimos de capital estipulados no Basileia III, o que vem garantindo ao Banco uma boa margem para continuar expandindo os seus negócios. A situação do Banco frente a esses requerimentos, na posição de 30/06/2017, pode ser apreciada na Tabela 6, a seguir:

Tabela 6 – Requerimentos Mínimos de Capital (R\$ milhões)

Especificação	30.06.2016	30.06.2017
Patrimônio de Referência (PR)	4.648	5.958
. Nível I	2.802	3.861
. Nível II	1.846	2.097
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	36.973	38.731
Valor do RBAN	2.396	2.996
Margem sobre o ACP Requerido	353	1.053
Índices de Basileia:		
. Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	7,58%	9,97%
. Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	7,58%	9,97%
. Índice de Basileia (Requerimento mínimo de 9,25%) (*)	12,57%	15,38%
. Índice de Basileia incluindo RBAN	11,81%	14,28%

(*) O requerimento mínimo do Índice de Basileia era de 9,875% em junho/2016.

Fonte: Diretoria de Controle e Risco – Superintendência de Controle Financeiro

6.2 Desempenho Operacional

Volume de Contratações

No primeiro semestre de 2017, o Banco do Nordeste contratou aproximadamente 2,4 milhões de operações de financiamentos de longo prazo e empréstimos de curto prazo. Essa quantidade correspondeu ao montante de R\$ 11,2 bilhões, apresentando crescimento de 3,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Desse valor, R\$ 6,7 bilhões (59,8%) referem-se às operações de longo prazo e englobam investimentos rurais, industriais, agroindustriais, infraestrutura, comércio e serviços. Os valores e quantidades de contratações de longo prazo e curto prazo são detalhados na Tabela 7, a seguir:

Tabela 7 - Contratações de Operações de Crédito (R\$ milhões)

Tipo	1º semestre de 2016		1º semestre de 2017		Variação Valor
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	
Longo Prazo	280.028	5.790,6	296.082	6.748,4	16,5%
Curto Prazo	2.240.950	5.035,7	2.063.693	4.469,6	-11,2%
Total	2.520.978	10.826,3	2.359.775	11.218,0	3,6%

Fonte: Diretoria de Controle e Risco – Superintendência de Controle Financeiro

As contratações com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) representaram 94,6% das contratações de Longo Prazo e atingiram o montante de R\$ 6,4 bilhões, com crescimento de 19,2% em relação ao primeiro semestre de 2016. (Tabela 8)

Tabela 8 - Contratações de Longo Prazo (R\$ milhões)

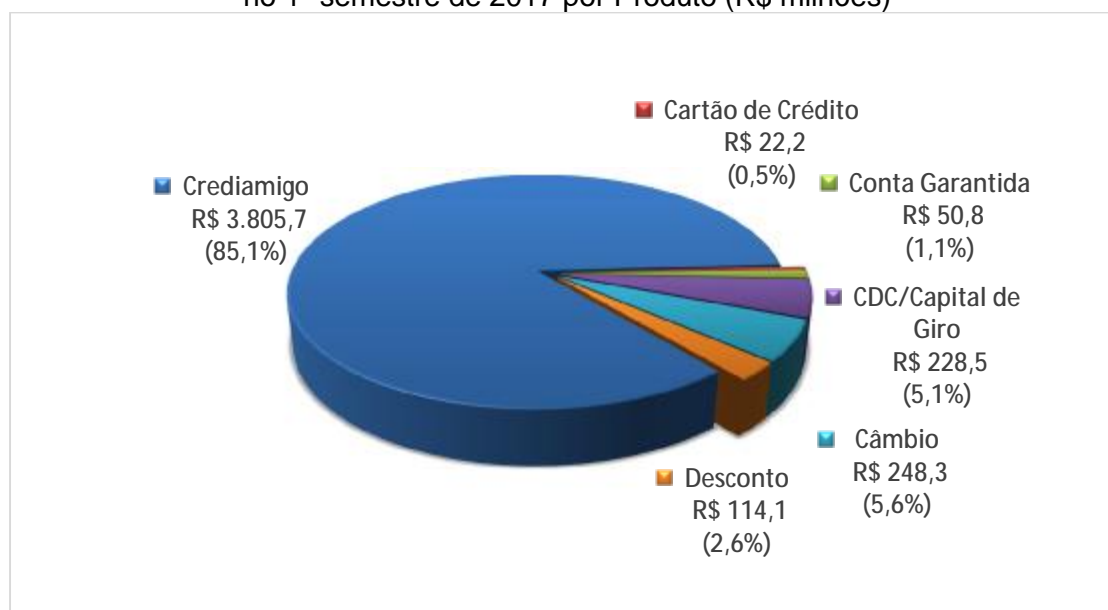
Fonte	1º semestre de 2016		1º semestre de 2017		Variação Valor
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	
FNE	270.902	5.358,7	286.294	6.387,0	19,2%
Demais	9.126	431,9	9.788	361,4	-16,3%
Total	280.028	5.790,6	296.082	6.748,4	16,5%

Fonte: Diretoria de Controle e Risco – Superintendência de Controle Financeiro

Os empréstimos de Curto Prazo somaram R\$ 4,5 bilhões (39,8% do total de operações de crédito), abrangendo os produtos: Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Capital de Giro, Cartão de Crédito, Conta Garantida, Câmbio e Desconto, bem como o programa Crediamigo, que foi responsável por 85,1% do valor contratado, com volume de R\$ 3,8 bilhões. Destaca-se ainda as operações de Câmbio (R\$ 248,3 milhões) e Crédito Direto ao Consumidor/Capital de Giro (R\$ 228,5 milhões).

As contratações de empréstimos de curto prazo por produto são apresentadas no Gráfico 2, a seguir:

Gráfico 2 – Contratações de Empréstimos de Curto Prazo no 1º semestre de 2017 por Produto (R\$ milhões)



Fonte: Diretoria de Controle e Risco – Superintendência de Controle Financeiro

Em relação às contratações por porte, os clientes de pequeno porte corresponderam ao percentual de 99,2% da quantidade de contratações do primeiro semestre de 2017, atingindo o valor de R\$ 7,8 bilhões. Já os clientes de grande porte totalizaram R\$ 2,4 bilhões, crescimento

de 23,8% em relação ao mesmo período de 2016, e os de médio porte somaram R\$ 1,1 bilhão, com acréscimo de 10,2%, conforme Tabela 9, a seguir:

Tabela 9 - Contratações de operações de crédito por porte (R\$ milhões)

Porte	1º semestre de 2016		1º semestre de 2017		Variação Valor
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	
Pequeno	2.500.336	7.941,9	2.340.393	7.778,8	-2,1%
Médio	15.303	972,8	14.605	1.072,5	10,2%
Grande	5.339	1.911,6	4.777	2.366,7	23,8%
Total	2.520.978	10.826,3	2.359.775	11.218,0	3,6%

Fonte: Diretoria de Controle e Risco – Superintendência de Controle Financeiro

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) é a principal fonte de recursos financeiros do BNB, previsto na Constituição Federal e regulamentado pela Lei nº 7.827/1989.

Formado por 1,8% da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre a Renda (IR), o FNE se destina ao financiamento de empreendimentos dos setores produtivos e tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Nordeste e do Norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, área básica de atuação do Banco do Nordeste.

Como instituição financeira administradora do FNE, o Banco do Nordeste consolida o seu papel de banco de desenvolvimento regional, apoiando empreendimentos produtivos e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável.

A aplicação dos recursos do FNE é norteada por regulamentação específica, direcionando o apoio a prioridades para o desenvolvimento regional e constitui política pública de financiamento, com programação anual de aplicação elaborada pelo Banco do Nordeste em processo que envolve a participação dos setores produtivos, órgãos de apoio e entidades governamentais nos estados. Assim, a alocação dos recursos em termos de público, área e setor econômico vincula-se ao alcance dos objetivos do Fundo, às demandas dos estados e aos resultados esperados da ação do Banco enquanto operador e administrador dessa fonte de recursos.

A concretização dos financiamentos é também condicionada pela conjuntura econômica, que se mantém restritiva em 2017 e impacta negativamente a demanda por crédito, somando-se aos efeitos do prolongado período de estiagem na região Nordeste, com postergação de investimentos se refletindo nas diversas abordagens de resultados de contratação de financiamentos.

O Banco do Nordeste trabalha a Programação do FNE para 2017 por meio de uma programação específica para projetos de Infraestrutura e a programação padrão, que abrange os demais setores, tendo no primeiro semestre de 2017 contratado financiamentos totais de R\$ 6,3 bilhões.

Pelas características dos projetos de Infraestrutura, marcadamente de grande porte, forte regulamentação governamental e complexidade técnica, é relativamente maior o período de elaboração e análise de projeto, bem como tramitação até a contratação.

Nesse contexto, no âmbito da programação específica para Infraestrutura, os financiamentos atingiram no primeiro semestre de 2017 o montante de R\$ 1,1 bilhão, relativos a projetos do segmento Energia. O volume de propostas de crédito em negociação e tramitação interna, porém, projetam para o final do exercício um volume inédito no histórico de financiamentos do FNE ao setor.

Na programação para os demais setores, por sua vez, foram contratados R\$ 5,2 bilhões em financiamentos, no primeiro semestre de 2017, resultado que, apesar de representar involução de 1,5% em relação ao mesmo período de 2016, contempla um crescimento em quantidade de operações de 5,7%, com 286.288 financiamentos contratados, demonstrado maior pulverização do crédito pelo BNB na Região.

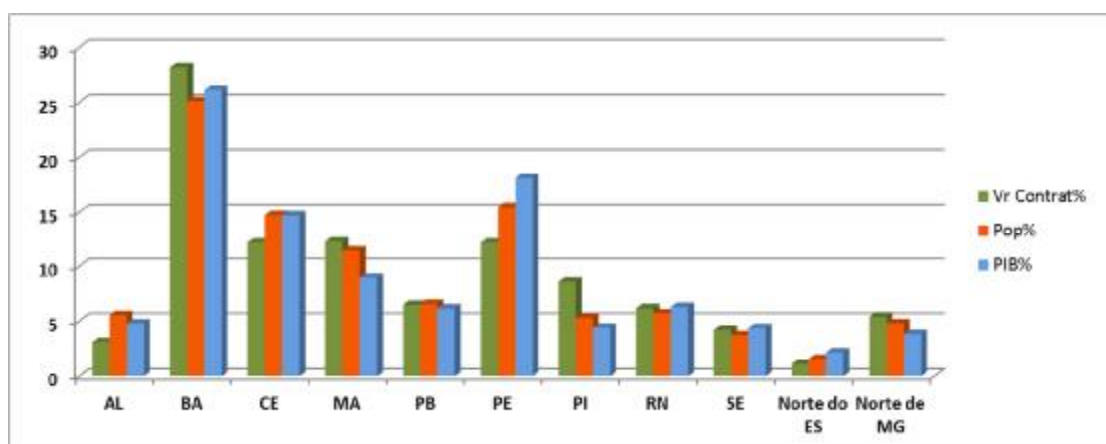
As contratações contemplaram financiamentos a produtores rurais, empreendedores individuais e empresas de 1.983 municípios da área financiável pelo FNE, uma cobertura de 99,6% da área regional de atuação, com valor médio por operação de R\$ 18,4 mil e distribuição por estado, conforme apresentado na Tabela 10 e Gráfico 3 a seguir.

Tabela 10 - BNB/FNE 2017: Financiamentos*, Total e por Estado (R\$ milhões) Jan a Jun

UF	Valor Contratado (R\$ mil)	Vr Contrat %	Estimativa Populacional 2016	Pop%	PIB (R\$ mil) 2014	PIB%
AL	164.360,5	3,1	3.358.963	5,5	40.974.994	4,8
BA	1.485.594,2	28,2	15.276.566	25,1	223.929.966	26,2
CE	642.468,5	12,2	8.963.663	14,7	126.054.472	14,7
MA	651.435,7	12,3	6.954.036	11,4	76.842.028	9,0
PB	342.204,6	6,5	3.999.415	6,6	52.936.483	6,2
PE	646.130,2	12,2	9.410.336	15,5	155.142.648	18,1
PI	453.514,9	8,6	3.212.180	5,3	37.723.497	4,4
RN	326.524,3	6,2	3.474.998	5,7	54.022.584	6,3
SE	219.048,7	4,2	2.265.779	3,7	37.472.432	4,4
Norte do ES	59.808,1	1,1	941.404	1,5	18.298.397	2,1
Norte de MG	285.239,9	5,4	2.925.653	4,8	32.765.542	3,8
Total geral	5.276.329,6	100,0	60.782.993	100,0	856.163.043	100,0

Fontes: Diretoria de Controle e Risco - Superintendência de Controle Financeiro / Diretoria de Planejamento – Superintendência de Políticas de Desenvolvimento. (*) Exceto Setor de Infraestrutura

Gráfico 3 - BNB/FNE 2017: Financiamentos por Estado (R\$ milhões) – Jan a Jun



Fontes: Diretoria de Controle e Risco - Superintendência de Controle Financeiro / Diretoria de Planejamento – Superintendência de Políticas de Desenvolvimento. (*) Exceto Setor de Infraestrutura

Os empreendimentos dos portes mini, micro, pequeno e pequeno-médio, rurais e urbanos, mobilizaram 68% do valor total dos financiamentos contratados no semestre, conforme Gráfico 4. Nesse grupamento, destaca-se com maior volume de recursos a participação de agricultores familiares (pronafricanos) e micro e pequenas empresas (MPEs), expressando a dinâmica desses segmentos na economia regional. Merece destaque crescimento nominal em todos os segmentos de menor porte, em comparação ao mesmo período do ano anterior, superior a 50%, em especial o porte Pequeno-Médio, com crescimento de 198,1% do valor total contratado.

Gráfico 4 - BNB/FNE 2017: Financiamentos por Porte de Beneficiário (R\$ milhões) – Jan a Jun



Fonte: Diretoria de Planejamento – Superintendência de Políticas de Desenvolvimento

A distribuição setorial do FNE no primeiro semestre de 2017 destaca o volume de recursos contratados no setor Rural (soma de agricultura e pecuária, inclusive agricultura familiar) e Comércio e Serviços, que mobilizaram 88,8% do volume de financiamentos.

Em termos comparativos com o primeiro semestre de 2016, se verifica os severos efeitos efeitos restritores do contexto econômico, com reduções nos setores Rural, Indústria e Turismo, que

registraram em relação àquele período redução de 23,7, 24,5% e 43,6%, respectivamente. Por outro lado, os empreendimentos de Comércio e Serviços registraram expressiva elevação de volume contratado, da ordem de 73,3%. (Tabela 11)

Tabela 11 – FNE 2017: Contratações por Setor Econômico (exceto Infraestrutura)

Setor	2016 (jan-jun)		2017 (jan-jun)		Variação Valor [%] 2017/2016
	Quant.	Valor (R\$ mil)	Quant.	Valor (R\$ mil)	
Rural	257.342	3.324,5	270.807	2.537,6	-23,7
Comércio e Serviços	11.799	1.279,3	13.670	2.217,1	73,3
Industrial	1.465	500,9	1.551	378,4	-24,5
Turismo	296	254,1	260	143,3	-43,6
Total	270.902	5.358,7	286.288	5.276,4	- 1,5

Fonte: Diretoria de Controle e Risco - Superintendência Controle Financeiro

Elaboração: Diretoria de Planejamento/Superintendência de Políticas de Desenvolvimento

Dentre os segmentos rurais se destaca o volume contratado com agricultores familiares do programa Pronaf (R\$ 1,3 bilhão), público atendido com a metodologia de microcrédito produtivo orientado; e as contratações relativas à Agricultura, que registraram aumento de mais de 100% ao igual período anterior em 2016, resultado especialmente de financiamentos à pecuária, com destaque para a recomposição dos rebanhos afetados pelo período de estiagem, com a expectativa de melhora climática a partir de 2017.

Em termos de desconcentração dos financiamentos do FNE neste primeiro semestre, pelo Banco do Nordeste, destacam-se não apenas os resultados expressivos no apoio aos menores portes e o crédito na quase totalidade dos municípios da área de abrangência do Fundo, mas também a abordagem de espaços prioritários, o apoio a espaços sub-regionais, definidos na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), objetivando a redução das desigualdades regionais e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento.

Nesse sentido, se destaca a contratação no montante de R\$ 2,0 bilhões para empreendimentos do Semiárido, o que representa 51,1% da meta anual definida para essa sub-região, montante 1,52% superior ao realizado em igual período de 2016, crescimento gerado principalmente por elevação nos financiamentos a agricultores familiares, produtores rurais empresariais e MPes, nessa ordem.

O volume de financiamentos nas microrregiões prioritárias (Baixa Renda, Estagnada, Dinâmica) da PNDR atingiu um total de R\$ 4.058,5 milhões, 76,9% dos financiamentos totais do FNE no ano. As Regiões Integradas de Desenvolvimento (Rides) são também espaços de atenção especial na PNDR, com contratações de financiamentos de R\$ 198,7 milhões, ou 52,7% da meta anual.

Para facilitação do acesso ao crédito pelas empresas de menor porte, o Banco do Nordeste realiza o FNE Itinerante, série de encontros de divulgação, promoção e atendimento negocial às micro e pequenas empresas (MPes) e aos microempreendedores individuais (MEIs) priorizando municípios interioranos alinhados aos critérios da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Participam também desses encontros, o Ministério da Integração Nacional (MI) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), como parceiros institucionais, além do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae), as Prefeituras e, conforme a realidade de cada localidade, outras entidades, tais como a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), o Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

Desde a sua primeira edição, em 2010, foram realizados mais de 800 eventos FNE Itinerante nos onze estados financiáveis, sendo que no período de janeiro a junho de 2017 foram realizados 54 eventos em municípios marcadamente interioranos e de deficiente atendimento creditício ao setor produtivo.

Eficiência Operacional

Em relação à eficiência operacional no primeiro semestre de 2017, quando se compara a gestão conjunta da margem da intermediação financeira e das receitas prestação de serviços, em contraponto à gestão das despesas administrativas, registra-se desempenho de 5,5% aquém do obtido no mesmo período do ano anterior (76,6% em 2017, contra 71,1% em 2016)

A despeito do cenário macroeconômico adverso, o Banco apresentou resultado positivo em receitas de prestação de serviços, as quais atingiram o montante de R\$ 1.194,6 milhões no primeiro semestre de 2017, com um acréscimo de R\$ 87,0 milhões em relação ao mesmo período de 2016.

Ao mesmo tempo, as despesas administrativas no período apresentaram um acréscimo de 9,0% em relação ao mesmo período de 2016. Tal crescimento se deu em decorrência do reajuste anual de salários, dos incrementos marginais decorrentes da concessão de anuênios e de promoções por tempo de serviços e por merecimento, nas rubricas relativas a pessoal; e pela correção inflacionária dos contratos de prestação de serviços nas demais despesas administrativas. Esta combinação de fatores resultou em um índice de eficiência abaixo do alcançado no primeiro semestre de 2016.

6.3 Desempenho por Segmento

Agricultura Familiar

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é o programa do Governo Federal que apoia o segmento econômico da agricultura familiar. O Banco do Nordeste é o principal agente financeiro do Pronaf no Nordeste, contando com uma carteira ativa no valor de R\$ 8,37 bilhões, o que corresponde a 1,73 milhão de operações.

No primeiro semestre de 2017, o Banco contratou 267,2 mil financiamentos com agricultores familiares, envolvendo recursos da ordem de R\$ 1,31 bilhão, alcançando 105,2% da meta estabelecida para o período. Do total dos recursos, 68% foram destinados a financiamentos na região semiárida. Estão incluídas nessas informações as operações realizadas pela metodologia Agroamigo (Programa de Microcrédito Rural - Agroamigo). Comparando o resultado obtido em 2017 com o mesmo período de 2016, houve aumento de 9,1% no volume de recursos aplicados no segmento e 5,5% na quantidade de operações contratadas

Programa de Crédito Fundiário

O Banco do Nordeste atua como agente financeiro da União no financiamento da aquisição de imóveis rurais para agricultores familiares não proprietários ou com acesso precário à terra por meio dos programas Combate à Pobreza Rural (CPR) e Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), ambos integrantes do Programa Nacional de Crédito Fundiário, gerido pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), ligada à Casa Civil da Presidência da República.

O programa Combate à Pobreza Rural é composto de dois subprojetos: Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT), que financia a aquisição de imóvel rural, e o Subprojeto de Investimentos Comunitários (SIC), que financia, de forma não reembolsável, os investimentos comunitários complementares à associação de agricultores contemplados com o SAT. Por sua vez, o

programa Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) financia aquisição de imóvel rural com as benfeitorias existentes, assim como a realização de investimentos de infraestrutura básica e produtiva.

No primeiro semestre de 2017, pelo programa Combate à Pobreza Rural, foram contratadas 156 operações, envolvendo recursos da ordem de R\$ 5,6 milhões do SAT e R\$ 2,4 milhões, correspondente a 15 financiamentos do SIC. Já no programa de Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), foram contratadas 7 operações, no valor total de R\$ 408,8 mil (Tabela 12).

Registramos que esses programas de crédito estão com contratação suspensa desde abril/2017, por orientação da Sead, gestora do Programa, considerando que estão em estudos alterações nesses programas de créditos.

Tabela 12 - Crédito Fundiário (R\$ milhões)

Subprojeto/Programa	Operações	Valor (R\$ milhões)
CPR-Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT)	156	5,6
Subprojeto de Investimentos Comunitários (SIC)	15	2,4
Programa Consolidação da Agricultura Familiar (CAF)	7	0,4
Total	167	8,4

Fonte: Diretoria de Negócios - Superintendência de Microfinança e Agricultura Familiar

Pequeno e Miniprodutor Rural

No primeiro semestre de 2017, o Banco do Nordeste contratou 3.140 operações de crédito com os clientes do segmento Pequeno e Mini Produtor Rural, pessoa física.

Os recursos aplicados, oriundos do FNE, correspondem a R\$ 538,1 milhões, o que representa 103,5% da meta estabelecida para o período. Esse resultado foi fruto do esforço negocial, do acompanhamento diário das contratações junto às agências e Centrais de Crédito, bem como das diversas melhorias de simplificação do processo de crédito.

A distribuição de financiamentos por estado é apresentada na Tabela 13, a seguir, com realce para os estados da Bahia e do Maranhão com participações de 26% e 21% do total dos recursos aplicados no primeiro semestre de 2017.

Tabela 13 – Distribuição dos recursos aplicados FNE PMPR por estado (R\$ Milhões)

ESTADO	QTD OPER	META PARCIAL (JAN A JUN/2017)	VALORES CONTRATADOS	% REALIZADO	% PARTICIPAÇÃO
AL	185	20.000	20.470	102,35%	4%
BA	522	127.500	139.328	109,28%	26%
CE	371	55.000	36.856	67,01%	7%
MA	510	95.000	114.729	120,77%	21%
MG/ES	221	60.000	64.087	106,81%	12%
PB	153	17.500	17.894	102,25%	3%
PE	256	42.500	37.020	87,11%	7%
PI	255	40.000	31.092	77,73%	6%
RN	138	17.500	13.938	79,64%	3%
SE	529	45.000	62.687	139,30%	12%
TOTAL	3140	520.000	538.100	103,48%	100%

Fonte: Diretoria de Controle e Risco - Superintendência de Controle Financeiro

Microempreendedor Rural - Agroamigo

O Agroamigo, microcrédito rural do Banco do Nordeste, lançado em 2005, tem como premissa a concessão de crédito orientado e acompanhado aos agricultores familiares, utilizando metodologia própria, específica às condições do meio rural, por meio do Pronaf.

No primeiro semestre de 2017, o Banco do Nordeste financiou pelo Agroamigo R\$ 1,05 bilhão, o que representa um crescimento de 5,56% em relação aos valores contratados no primeiro semestre de 2016. O Programa contratou 255,5 mil operações, atingindo uma carteira ativa de R\$ 3,79 bilhões e mais de 1,3 milhão de operações. Do universo de 1,15 milhão de clientes, aproximadamente 94% possuem conta-corrente no Banco. O Agroamigo atende os agricultores familiares por meio de duas modalidades: o Agroamigo Crescer, voltado aos clientes do Pronaf Grupo B e o Agroamigo Mais, para atendimento aos demais grupos do Pronaf, em operações de até R\$ 15 mil, exceto Grupos A e A/C. Aproximadamente, 60% dos clientes atendidos pelo Agroamigo são beneficiários do Programa Bolsa Família.

Os valores e quantitativos realizados pelo Agroamigo estão contidos nas informações relacionadas ao segmento Agricultura Familiar.

Microempreendedor Urbano - Crediamigo

O Banco do Nordeste atua no segmento de microfinança urbana por meio do Programa Crediamigo que oferece serviços financeiros integrado com assessoria empresarial. Para operacionalizar o programa utiliza-se de metodologia de concessão do crédito baseada no aval solidário, contribuindo para o desenvolvimento do setor microempresarial, assegurando novas oportunidades de ocupação e renda, de forma sustentável, oportuna, adequada e de fácil acesso.

O programa está presente em 1.989 municípios da região Nordeste, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo e possui 460 unidades e postos de atendimento. Até o mês de junho 2017 foram desembolsados o montante de R\$ 3,8 bilhões beneficiando cerca de dois milhões de clientes com empréstimos ativos. Desse universo, 67%, ou seja, cerca de 1,3 milhão são mulheres empreendedoras da área de atuação do programa. Além disso, 49% dos beneficiários têm renda familiar até R\$ 1 mil, e 43% são também beneficiários do Bolsa Família. Nesse período foram efetivadas 4,2 milhões de operações. A capacidade operacional do Crediamigo atingiu a média de 15,6 mil desembolsos ao dia. A inadimplência, representada pelos empréstimos em atraso superiores a 90 dias em relação à carteira ativa, situou-se em 1,89%. Em relação aos setores das atividades produtivas, 90% são do segmento comércio, 9% do segmento de serviço e 1% da indústria.

Micro e Pequena Empresa

O Banco do Nordeste, no 1º Semestre de 2017, contratou 13.232 operações com micro e pequenas empresas (segmento com faturamento de até R\$3,6 milhões), representando o montante de R\$ 1.072,3 milhões financiados com recursos do FNE, correspondendo a um crescimento de 12,5% com relação ao mesmo período do ano passado. Aplicando-se recursos do FNE e Recin, foram contratados R\$ 1.217,3 milhões, nos 6 primeiros meses do ano, atendendo 11.746 micro e pequenas empresas em 27.376 operações de crédito.

O setor de comércio foi o principal beneficiado, sendo atendido com R\$ 646,6 milhões em contratações, correspondendo a 60,3% dos recursos do FNE aplicados pelo Banco do Nordeste neste segmento. Na região do Semiárido, que é um dos subespaços prioritários da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), foram contratadas, somente com recursos do FNE, 6.347 operações, o que representa 47,8% do total de operações efetivadas.

Com o desafio de ser reconhecido como o “*Banco parceiro das Micro e Pequenas Empresas nordestinas*” e se tornar líder no atendimento a este importante segmento da nossa economia,

em 2017, o Banco do Nordeste continua buscando oferecer soluções inovadoras às MPE's, através de iniciativas que buscam trazer mais comodidade e celeridade no atendimento dos empreendedores. Dentre as várias iniciativas, foi lançado o GIRO BNB DIGITAL - crédito rotativo, pré-aprovado e automatizado, viabilizado via parceria com atacadistas, os quais oferecerão garantia pelos varejistas nas operações de crédito, facilitando, assim, a reposição de seus estoques. O produto está entre as iniciativas do Projeto MPE Digital, que visa a oferecer diversos instrumentos digitais até o final de 2017, para apoiar os pequenos negócios.

No primeiro semestre, o Projeto MPE Digital já disponibilizou simuladores dos diversos produtos de crédito via internet; o aplicativo MPE na Mão e o Consultor Virtual foram outras ferramentas disponibilizadas, estas para o apoio a gestão das carteiras pelos gerentes de negócios; e foi ampliada a gama de serviços prestados pela Central de Relacionamento com o Cliente, reduzindo, assim, a necessidade de o cliente se deslocar até as agências em diversos casos.

Empresarial

O segmento Empresarial é composto por empresas de pequeno-médio, médio e grande portes, abrangendo as pessoas jurídicas com faturamento anual superior a R\$ 3,6 milhões até R\$ 200,0 milhões. Ao final do primeiro semestre de 2017, com relação aos clientes inseridos nas carteiras Empresariais e Atendimento Clientes Empresariais, o Banco alcançou o quantitativo de 8.297 clientes, apresentando um incremento de 8% em relação à base de clientes existentes ao final de 2016.

Até Junho de 2017, as carteiras do segmento Empresarial apresentaram os seguintes resultados: contratações de crédito de curto prazo e comércio exterior no montante de R\$ 510,0 milhões; contratações de crédito especializado, incluindo operações com recursos do FNE e FNE Infraestrutura no valor de R\$ 2,35 bilhões. No âmbito das operações passivas, até a posição de maio/17 o segmento alcançou saldo médio de R\$ 2,76 bilhões.

Corporate

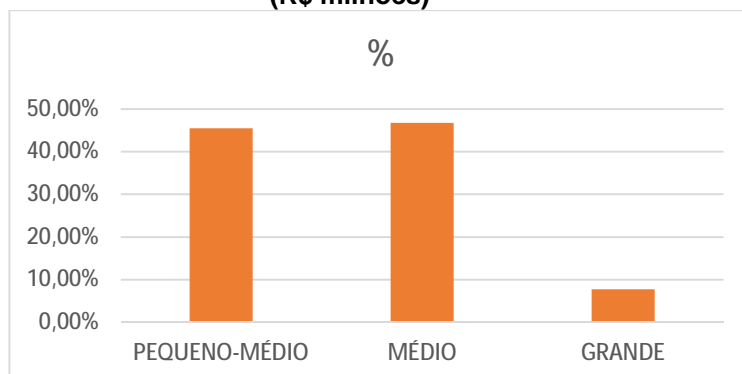
O segmento Corporate é composto por empresas com faturamento anual superior a R\$ 200 milhões e fechou o semestre com 656 clientes. O segmento encerrou o 1º semestre/2017 com aplicações da ordem de R\$ 671,8 milhões. No âmbito das operações de crédito de longo prazo foram contratados R\$ 436,1 milhões com recursos oriundos do FNE. Já as operações de crédito de curto prazo (Recursos Internos e Externos) totalizaram contratações no montante de R\$ 235,7 milhões. No âmbito das operações passivas, manteve-se captações médias de R\$ 3,4 bilhões (saldo médio), até a posição de maio/2017. Comparando-se as contratações com recursos do FNE no 1º semestre/2017 com o mesmo período do ano de 2016, observamos um aumento de 43% no volume total de operações contratadas, ocasionado, em grande parte, pela redução da taxa do FNE para clientes de grande porte, os quais são bastante sensíveis às mudanças na economia.

Agronegócio Pessoa Física

O Banco do Nordeste tem atuação destacada no apoio ao Agronegócio, contribuindo fortemente para o crescimento e consolidação do setor. A modalidade de financiamento do programa Planta Nordeste (custeio rotativo) é o grande diferencial em termos de ferramenta operacional, pois além de figurar como mitigador de risco, proporciona agilidade na contratação das operações de custeio, inclusive recria e engorda.

No primeiro semestre de 2017, o BNB contratou R\$ 399,6 milhões em operações de crédito com recursos do FNE no segmento Agronegócio Pessoa Física. Mais de 92,2% dos recursos aplicados foram destinados aos clientes com portes pequeno-médio e médio produtores rurais, conforme apresentado no Gráfico 5, demonstrando o compromisso com a missão de banco de desenvolvimento da região Nordeste.

Gráfico 5 – Distribuição dos recursos aplicados FNE Agronegócio por tipo de cliente (R\$ milhões)



Fonte: Diretoria de Controle e Risco - Superintendência de Controle Financeiro

Considerando a sazonalidade do segmento Agronegócio na região Nordeste e as diversas parcerias firmadas, espera-se um maior incremento no volume das contratações no segundo semestre deste ano.

Pessoa Física

O Segmento Pessoa Física, destinado a atender as demandas de pessoas físicas assalariadas e sócios e empregados de empresas clientes do Banco, finalizou o primeiro semestre de 2017 com saldo médio de R\$ 248 milhões em operações de Crédito Comercial e alcançou a marca de R\$ 1,6 bilhão em saldo médio de aplicações financeiras.

Nesse primeiro semestre, houve melhorias no processo de crédito e foram disponibilizadas ferramentas para a rede de agências, tais como o Consultor Virtual e a Análise Evolutiva das carteiras, os quais auxiliam o gerenciamento das carteiras em busca de maiores resultados.

Governo

O Banco do Nordeste, na qualidade de Agente do Governo Federal, atua como depositário de recursos de convênios e como mandatário da União nos contratos de repasse provenientes de transferências voluntárias do Orçamento Geral da União (OGU) para estados, municípios e entidades não governamentais. Assim, os clientes do segmento Governo estão representados pelos entes integrantes da administração pública, direta e indiretas, com todos os seus respectivos órgãos, com exceção das empresas pertencentes à administração pública indireta, as ditas “não dependentes”, conforme legislação vigente.

Ao final do primeiro semestre de 2017, a carteira de governo, composta por 1.941 clientes, atingiu R\$ 1,32 bilhão em saldo devedor de operações de crédito e saldo médio de R\$ 1,01 bilhão em aplicações financeiras.

6.4 Recuperação de Crédito

No semestre 2017.1 foram recuperados mais que R\$ 2,6 bilhões de créditos inadimplidos, dentre os quais R\$ 352,9 milhões foram recebidos em espécie. Este montante importou na regularização de 92.106 operações cuja fonte de recursos é o FNE e 12.976 operações com outras fontes.

O valor total recuperado foi 237,88% superior ao recuperado no primeiro semestre de 2016. O crescimento expressivo no volume de recuperação decorreu em significativa parte da Lei 13.340/16, que possibilita a produtores rurais a liquidação ou renegociação de operações contratadas até 2011. Do valor total recuperado, mais que R\$ 1,3 bilhão foram efetivados por meio deste dispositivo legal.

7. ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA DOS EMPREGADOS

7.1 Camed

A Caixa de Assistência Médica dos Funcionários do Banco do Nordeste (Camed Saude), criada em 1979, é integrante do Grupo Camed, em conjunto com a Camed Administradora e Corretora de Seguros Ltda. e a Creche Paulo VI. A Camed Saúde dispõe de uma carteira de 38.525 beneficiários e está presente nas regiões Nordeste e Sudeste, norte de Minas, além do Distrito Federal. A receita operacional acumulada estimada da Camed Saúde para o primeiro semestre de 2017 é de R\$ 99 milhões, ficando superior em 6% quando comparada com o mesmo período do ano de 2016, representando um incremento de R\$ 5,6 milhões.

Já a Camed Corretora, está presente em todo o Brasil, por intermédio das Agências do Banco, encerra o primeiro semestre de 2017 com expectativa de cifra de R\$ 18 milhões em receitas de comissões de seguros representando um crescimento de 9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

7.2 Capef

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Capef) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), criada em 1967, que administra um patrimônio de investimento de R\$ 4,19 bilhões na posição de 30/06/2017.

A Capef possui 12.053 participantes e beneficiários assistidos. Estes participantes estão agrupados em dois planos previdenciários: um de benefício definido – Plano BD, plano fechado para ingresso de novos participantes e outro de contribuição variável – Plano CV I, criado em 2010.

O Plano BD encerrou o 1º semestre de 2017 com 1.729 participantes ativos, 3.643 aposentados e 1.213 pensionistas e uma rentabilidade de 4,83% equivalente a 126,44% da sua meta atuarial de 3,82% (INPC + 5,50% ao ano).

O Plano CV I é um plano que está em fase de acumulação de reservas. Até junho de 2017, esse plano obteve uma rentabilidade de 4,88% equivalente a 125,45% de sua meta atuarial de 3,89% (IPCA + 5,50% ao ano). Este plano encerrou o semestre com 5.343 participantes ativos, 95 aposentados e 30 pensionistas.

8. INFORMAÇÕES LEGAIS

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 381/03, de 14/01/2003, o Banco do Nordeste informa que a *Ernst & Young* Auditores Independentes S/S, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no primeiro semestre de 2017, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Semestres findos em 30 de Junho de 2017 e de 2016
Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

A T I V O

		30.06.2017	30.06.2016
CIRCULANTE		20.926.941	19.129.631
DISPONIBILIDADES	(Nota 5)	154.448	233.478
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(Nota 6.a)	10.355.437	8.477.049
Aplicações no Mercado Aberto		10.136.676	8.477.049
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		218.761	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7)	3.805.816	2.464.678
Carteira Própria		2.876.787	1.091.224
Vinculados a Compromissos de Recompra		929.029	1.083.347
Vinculados à Prestação de Garantias		-	290.107
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		518.520	254.110
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		98.106	71.716
Créditos Vinculados:			
Depósitos no Banco Central	(Nota 8.a)	419.101	179.888
Repasse Interfinanceiros		-	1.552
Correspondentes		1.313	954
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		-	150
Transferências Internas de Recursos		-	150
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		4.253.908	4.891.572
Operações de Crédito	(Nota 9.a)	4.847.785	5.378.613
Setor Público		247.750	227.438
Setor Privado		4.600.035	5.151.175
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(Nota 9.a)	(593.877)	(487.041)
OUTROS CRÉDITOS		1.815.953	2.773.463
Carteira de Câmbio	(Nota 10.a)	389.452	604.342
Rendas a Receber	(Nota 10.b)	19.127	13.640
Negociação e Intermediação de Valores	(Nota 10.c)	12	12
Diversos	(Nota 10.d)	1.680.747	2.348.463
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(Nota 10.e)	(273.385)	(192.994)
OUTROS VALORES E BENS		22.859	35.131
Outros Valores e Bens		14.785	14.363
(Provisões para Desvalorizações)		(624)	(615)
Despesas Antecipadas		8.698	21.383
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		29.482.876	23.320.715
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7)	21.268.755	15.960.204
Carteira Própria		20.537.326	15.513.625
Vinculados a Compromissos de Recompra		2.968	48.554
Instrumentos Financeiros Derivativos		430.233	374.454
Vinculados à Prestação de Garantias		298.228	23.571
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		56.586	61.673
Créditos Vinculados:			
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	(Nota 8.a)	56.586	61.673
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		5.900.521	6.522.087
Operações de Crédito	(Nota 9.a)	6.401.171	7.045.634
Setor Público		1.072.368	1.190.372
Setor Privado		5.328.803	5.855.262
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(Nota 9.a)	(500.650)	(523.547)
OUTROS CRÉDITOS		2.257.014	776.751
Rendas a Receber	(Nota 10.b)	-	18.048
Diversos	(Nota 10.d)	2.285.502	805.662
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(Nota 10.e)	(28.488)	(46.959)
PERMANENTE	(Nota 12)	204.886	230.330
INVESTIMENTOS		1.912	1.898
Outros Investimentos		7.215	7.201
(Provisão para Perdas)		(5.303)	(5.303)
IMOBILIZADO DE USO		183.071	211.373
Imóveis de Uso		169.752	170.087
Reavaliações de Imóveis de Uso		107.131	107.628
Outras Imobilizações de Uso		289.236	280.289
(Depreciações Acumuladas)		(383.048)	(346.631)
INTANGÍVEL		19.903	17.056
Ativos Intangíveis		19.903	17.056
DIFERIDO		-	3
Gastos de Organização e Expansão		-	284
(Amortização Acumulada)		-	(281)
TOTAL DO ATIVO		50.614.703	42.680.676

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Semestres findos em 30 de Junho de 2017 e de 2016
Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

P A S S I V O

		30.06.2017	30.06.2016
CIRCULANTE.....		18.979.256	14.272.806
DEPOSITOS	(Nota 13.b)	5.882.463	5.556.136
Depósitos à Vista.....		288.938	328.953
Depósitos de Poupança.....		2.117.379	1.866.819
Depósitos Interfinanceiros.....		1.479.247	1.086.619
Depósitos a Prazo.....		1.996.899	2.273.745
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	(Nota 13.c)	989.906	1.156.103
Carteira Própria.....		928.451	1.082.848
Carteira de Terceiros.....		61.455	73.255
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	(Nota 15)	217.641	271.844
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....		209.646	264.087
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....		7.995	7.757
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS.....		45.011	55.105
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar.....		45.011	55.105
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS.....		21.388	5.619
Recursos em Trânsito de Terceiros.....		21.271	5.561
Transferências Internas de Recursos.....		117	58
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	(Nota 14.b)	493.379	606.818
Empréstimos no Exterior.....		493.379	606.818
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAIS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS	(Nota 14.c)	160.759	152.824
Tesouro Nacional.....		186	250
BNDES.....		136.221	126.332
FINAME.....		24.352	26.242
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	(Nota 14.d)	143.349	139.111
Repasse do Exterior.....		143.349	139.111
OUTRAS OBRIGAÇÕES.....		11.025.360	6.329.246
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	(Nota 16.a)	21.481	43.894
Carteira de Câmbio	(Nota 16.b)	9.277	10.557
Sociais e Estatutárias	(Nota 16.c)	89.754	70.220
Fiscais e Previdenciárias	(Nota 16.d)	247.456	423.966
Negociação e Intermediação de Valores	(Nota 16.e)	153	693
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(Nota 16.f)	7.414.405	3.394.496
Diversas	(Nota 16.i)	3.242.834	2.385.420
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO.....		28.346.925	25.372.675
DEPOSITOS	(Nota 13.b)	5.082.000	4.538.156
Depósitos Interfinanceiros.....		60.306	141.985
Depósitos a Prazo.....		5.021.694	4.396.171
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	(Nota 13.c)	2.928	48.034
Carteira Própria.....		2.928	48.034
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	(Nota 15)	1.012.333	960.008
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....		1.012.333	960.008
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAIS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS	(Nota 14.c)	1.446.551	1.565.859
Tesouro Nacional.....		261	194
BNDES.....		1.367.019	1.462.390
FINAME.....		79.271	103.275
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	(Nota 14.d)	561.997	681.304
Repasse do Exterior.....		561.997	681.304
OUTRAS OBRIGAÇÕES		20.241.116	17.579.314
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(Nota 16.f)	14.378.737	11.785.391
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	(Nota 18)	2.118.431	1.898.225
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.....	(Nota 16.g)	1.000.000	1.000.000
Diversas.....		2.743.948	2.895.698
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 19)	3.288.522	3.035.195
CAPITAL		2.844.000	2.844.000
De Domiciliados no País.....		2.844.000	2.844.000
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO.....		12.829	15.556
RESERVAS DE LUCROS.....		1.379.691	771.046
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		(947.998)	(595.407)
TOTAL DO PASSIVO.....		50.614.703	42.680.676

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de Junho de 2017 e de 2016

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

		1º SEM/2017	1º SEM/2016
RECEITAS DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA.....		2.784.436	2.545.252
Operações de Crédito.....	(Nota 9.a.2)	949.780	1.041.458
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	(Nota 7.b)	1.764.113	1.695.757
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(Nota 7.d)	8.952	(255.902)
Resultado de Operações de Câmbio	(Nota 11.b)	62.507	43.137
Resultado das Aplicações Compulsórias	(Nota 8.b)	(916)	20.802
DESPESAS DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA.....		(2.157.368)	(1.935.107)
Operações de Captação no Mercado.....	(Nota 13.d)	(626.455)	(686.500)
Operações de Empréstimos e Repasses.....	(Nota 14.e)	(1.154.511)	(907.285)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(Nota 9.e)	(376.402)	(341.322)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA.....		627.068	610.145
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(Nota 20)	(338.090)	(273.228)
Receitas de Prestação de Serviços.....		1.156.523	1.073.029
Rendas de Tarifas Bancárias.....		32.763	29.345
Despesas de Pessoal:		(916.557)	(857.602)
Despesas de Pessoal.....		(816.452)	(764.359)
Benefícios Pós-Emprego.....		(100.105)	(93.243)
Outras Despesas Administrativas.....		(597.357)	(534.661)
Despesas Tributárias.....		(147.801)	(142.768)
Outras Receitas Operacionais.....		854.079	1.320.787
Outras Despesas Operacionais.....		(719.740)	(1.161.358)
RESULTADO OPERACIONAL		288.978	336.917
RESULTADO NAO OPERACIONAL.....		(2.393)	205
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES.....		286.585	337.122
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 21)	30.487	(96.367)
Provisão para Imposto de Renda.....		(18.600)	(88.424)
Provisão para Contribuição Social		(15.027)	(69.868)
Ativo Fiscal Diferido.....		64.114	61.925
PARTICIPAÇÕES ESTATUTARIAS NO LUCRO.....		(19.031)	(15.191)
LUCRO LIQUIDO.....		298.041	225.564
JUROS SOBRE O CAPITAL PROPRIO.....	(Nota 19.d)	(69.233)	(54.012)
Nº de Ações (em mil)		86.371	86.371
Lucro Líquido por Ação Básico/Diluído (em R\$).....		3,45	2,61

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO

Semestres findos em 30 de Junho de 2017 e de 2016

Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
	CAPITAL	ATIVOS PRÓPRIOS	LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 31.12.2015.....	2.844.000	16.621	200.726	397.703	(615.864)	-	2.843.186
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:							
Ajuste de TVM.....					117.384		117.384
Ganhos ou Perdas Atuariais.....					(96.927)		(96.927)
OUTROS EVENTOS:							
Reavaliação de Ativos:							
Realização de Reservas (Líquido dos Efeitos Tributários).....		(1.065)				1.065	-
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE.....						225.564	225.564
Destinações:							
Reservas.....			11.278	161.339		(172.617)	-
Provisão para Dividendos/JCP						(54.012)	(54.012)
SALDOS EM 30.06.2016.....	2.844.000	15.556	212.004	559.042	(595.407)	-	3.035.195
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....	-	(1.065)	11.278	161.339	20.457	-	192.009
SALDOS EM 31.12.2016	2.844.000	14.491	237.329	920.622	(653.947)	-	3.362.495
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES:							
Credores.....						2.898	2.898
Devedores.....						(12.035)	(12.035)
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:							
Ajuste de TVM.....					30.659		30.659
Ganhos ou Perdas Atuariais.....					(324.710)		(324.710)
OUTROS EVENTOS:							
Reavaliação de Ativos:							
Realização de Reservas (Líquido dos Efeitos Tributários).....		(1.662)				2.069	407
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE.....						298.041	298.041
Destinações:							
Reservas.....			14.902	206.838		(221.740)	-
Provisão para Dividendos/JCP						(69.233)	(69.233)
SALDOS EM 30.06.2017.....	2.844.000	12.829	252.231	1.127.460	(947.998)	-	3.288.522
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....	-	(1.662)	14.902	206.838	(294.051)	-	(73.973)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Semestres Findos em 30 de Junho de 2017 e de 2016
Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

	30/06/2017	30/06/2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Período.....	298.041	225.564
Ajustes ao Lucro Líquido:		
Despesas de Depreciação e Amortização.....	20.215	21.397
Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens.....	11	(10)
Provisão líquida para Créditos de Liquidação Duvidosa	275.342	338.833
Provisão líquida para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	101.060	2.489
Provisão líquida para Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FNE)	390.384	427.395
Provisão líquida para Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FDNE)	75	17
Provisão líquida para Contingências.....	16.396	72.000
Provisão líquida para outras Contingências.....	6.808	21.456
Provisão líquida (Benefícios pós-emprego)	99.452	92.813
Provisão Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.....	45.018	67.050
Atualização Monetária de Depósitos Judiciais.....	26.012	34.156
Atlvo Fiscal Diferido.....	64.115	61.925
Reversão/(Constituição) de Provisão para Perdas em Créditos Vinculados-SFH.....	(11.706)	14.544
Constituição/(Reversão) de Outras Provisões Operacionais	-	(185)
Lucro Líquido Ajustado.....	1.331.223	1.379.444
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	(455.586)	(5.484)
Relações Interfinanceiras e Interdependências	(217.544)	(58.828)
Operações de Crédito.....	708.635	447.418
Outros Créditos.....	(87.754)	297.658
Outros Valores e Bens.....	9.314	(3.036)
Depósitos.....	331.131	(690.611)
Captações no Mercado Aberto	23.197	(467.106)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	(68.896)	(187.620)
Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	(265.231)	(644.495)
Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(26.745)	236.021
Outras Obrigações.....	3.686.930	2.603.393
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos.....	(93.348)	(212.107)
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda.....	(4.168.291)	(6.216.247)
Ajuste de Períodos Anteriores.....	(9.137)	-
Reversão da Reserva de Reavaliação	407	-
CAIXA GERADO/(UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....	698.305	(3.521.600)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Inversões em Investimentos.....	(3)	(32)
Inversões em Imobilizado de Uso.....	(17.184)	(20.663)
Inversões em Intangível.....	-	(446)
Inversões em Bens Não de Uso Próprio.....	(399)	(153)
Alienação(Baixa) de Imobilizado de Uso.....	6.655	3.903
Alienação de Bens Não de Uso Próprio.....	15	63
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO.....	(10.916)	(17.328)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos.....	(69.021)	(17.722)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida.....	-	(393.390)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal.....	(213.928)	-
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....	(282.949)	(411.112)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	404.440	(3.950.040)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No Início do Período.....	9.429.229	12.587.311
No Fim do Período.....	9.833.669	8.637.271
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	404.440	(3.950.040)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Semestres findos em 30 de Junho de 2017 e de 2016

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

	30.06.2017	%	30.06.2016	%
RECEITAS	3.729.267		3.465.938	
Intermediação Financeira	2.784.436		2.545.252	
Prestações de Serviços e Tarifas Bancárias	1.189.286		1.102.374	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(376.402)		(341.322)	
Outras Receitas/Despesas	131.947		159.634	
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.780.966)		(1.593.785)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(557.510)		(494.581)	
Materiais, Energia e Outros	(45.373)		(42.050)	
Serviços de Terceiros	(271.485)		(257.971)	
Outras	(240.652)		(194.560)	
Processamento de Dados e Telecomunicações	(142.937)		(111.252)	
Propaganda, Promoções e Publicações	(12.918)		(6.712)	
Transportes	(13.608)		(13.360)	
Segurança	(30.075)		(26.778)	
Viagens	(6.919)		(6.710)	
Outras	(34.195)		(29.748)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.390.791		1.377.572	
RETENÇÕES	(20.215)		(21.397)	
Depreciação, amortização e exaustão	(20.215)		(21.397)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	1.370.576		1.356.175	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.370.576		1.356.175	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.370.576		1.356.175	
PESSOAL	805.078	58,7	753.576	55,6
REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	568.687	41,5	527.929	38,9
Proventos	549.656		512.738	
Participação nos lucros	19.031		15.191	
BENEFÍCIOS	193.925	14,1	186.655	13,8
Provisões (Benefícios pós-emprego)	100.106		93.243	
Benefícios - Outros	93.819		93.412	
FGTS	42.466	3,1	38.992	2,9
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	247.825	18,1	358.352	26,4
Federais	232.664		344.436	
Estaduais	31		17	
Municipais	15.130		13.899	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	19.632	1,4	18.683	1,4
Aluguéis	19.632		18.683	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	298.041	21,7	225.564	16,6
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	69.233	5,1	54.012	4,0
União	35.309		27.546	
Outros	33.924		26.466	
LUCROS RETIDOS NO PERÍODO	228.808	16,7	171.552	12,6

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de Junho de 2017 e de 2016

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 17- Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 5- Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 22- Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 24- Participação nos Lucros e Resultados (PLR)
Nota 10- Outros Créditos	Nota 25- Benefícios Pós-Emprego
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 26- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)
Nota 12- Permanente	
Nota 13- Depósitos e Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas	Nota 27- Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
	Nota 28- Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 29 - Partes Relacionadas
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	Nota 30- Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 16- Outras Obrigações	Nota 31- Evento Subsequente
	Nota 32- Outras Informações

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, e tem por missão: "Atuar como o Banco de Desenvolvimento da Região Nordeste". O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Possui o maior programa de microfinanças da América Latina, consolidado por meio do Crediamigo e do Agroamigo, que facilita o acesso ao crédito a pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços, nas áreas urbana e rural. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de, respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo CMN como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);

- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (Deliberação CVM nº 640, de 07.10.2010);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (Deliberação CVM nº 564, de 17.12.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC25–Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM nº 760, de 22.12.2016);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Resolução nº 4.424, de 25.06.2015, do CMN); e
- CPC 41 – Resultado por Ação (Deliberação CVM nº 636, de 06.08.2010).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo o regime de competência, e considerando o critério "*pro rata temporis*".

c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, estando os recursos disponíveis do FNE classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias da data de aplicação e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Os TVM estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela B3 S.A.

Hedge Accounting

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio do *Eurobonds – SeniorUnsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captado e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos IFD designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção e o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* (registrado como parte do seu valor contábil), são reconhecidos no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado ou fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge* compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por, no mínimo, cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

j) Permanente

Investimentos: estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso: está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Intangível: composto pelos desembolsos para aquisição de direitos de *software* que, no momento, encontra-se em fase de implantação, com vida útil estimada em 10 anos, a partir da data de sua disponibilidade para uso, e terá amortização linear. Quando aplicável, será ajustado por perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

k) Tributos

O encargo do Imposto de Renda (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 no exercício) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) à alíquota de 20% (em conformidade com a Lei nº 13.169 de 06.10.2015, vigorará até 31.12.2018) depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos fiscais diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, decorrentes de provisões para perdas de crédito, provisões para benefícios pós-emprego e ajustes aos valores de mercado de TVM, de IFD, de item objeto de hedge.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

l) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável”, além de plano de assistência médica e seguro de vida em grupo, ambos do tipo “benefício definido”.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, no Patrimônio Líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério “*pro-rata-die*”.

n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

o) Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e em conformidade com a Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010, do Bacen.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela área jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco; iii) antecedentes de perdas para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em

litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Exceto se obrigação legal, para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares.

Os ativos e os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

p) Dívidas Subordinadas

As dívidas subordinadas estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas pela taxa extramercado divulgada pelo Bacen quando os recursos estão disponíveis, e, quando aplicados, pelos encargos pactuados com os mutuários.

q) Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme disposto no Estatuto do Banco. Os JCP poderão ser imputados aos dividendos.

r) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

s) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

- a)** Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e
- b)** FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante os períodos findos em 30.06.2017 e 30.06.2016.

A tabela a seguir apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna “Total”:

Especificação	01.01 a 30.06.2017			01.01 a 30.06.2016		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	1.890.831	1.745.291	3.636.122	2.338.651	1.527.593	3.866.244
Receitas de Operações de Crédito	949.780	-	949.780	1.041.458	-	1.041.458
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	659.022	1.105.091	1.764.113	789.410	906.347	1.695.757
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	8.952	-	8.952	(255.902)	-	(255.902)
Resultado de Operações de Câmbio	62.507	-	62.507	43.137	-	43.137
Resultado de Aplicações Compulsórias	(916)	-	(916)	20.802	-	20.802
Outras Receitas	211.486	640.200	851.686	699.746	621.246	1.320.992
Despesas	(1.076.396)	(1.472.859)	(2.549.255)	(1.040.798)	(1.324.715)	(2.365.513)
Despesas de Captação no Mercado	(626.455)	-	(626.455)	(686.500)	-	(686.500)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(73.539)	(1.080.972)	(1.154.511)	(12.976)	(894.309)	(907.285)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 9.e)	(376.402)	(391.849)	(768.251)	(341.322)	(428.811)	(770.133)
Outros Passivos Contingentes	-	-	-	-	(947)	(947)
Provisão Proagro a Receber	-	(38)	(38)	-	(648)	(648)
Margem Financeira	814.435	272.432	1.086.867	1.297.853	202.878	1.500.731
Rendas de Prestação de Serviços	225.146	931.377	1.156.523	205.849	867.180	1.073.029
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	32.763	-	32.763	29.345	-	29.345
Pasep e Cofins	(13.234)	(118.841)	(132.075)	(54.414)	(73.870)	(128.284)
Resultado após Tarifas e Comissões	1.059.110	1.084.968	2.144.078	1.478.633	996.188	2.474.821
Despesas Administrativas			(1.513.914)			(1.392.263)
Despesas de Pessoal			(916.557)			(857.602)
Depreciação e Amortização			(20.215)			(21.397)
Outras Despesas Administrativas			(577.142)			(513.264)
Outras Despesas			(319.277)			(649.993)
Despesas de Provisões, exceto Crédito			(24.302)			(95.443)
Lucro antes da Tributação e Participações			286.585			337.122
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			30.487			(96.367)
Participações no Lucro			(19.031)			(15.191)
Lucro Líquido			298.041			225.564

NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	30.06.2017	30.06.2016
Disponibilidades em Moeda Nacional	117.543	144.423
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	36.905	89.055
Total da Disponibilidade de Caixa	154.448	233.478
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	9.679.221	8.403.793
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	9.833.669	8.637.271

⁽¹⁾ Operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação for igual ou inferior a 90 dias.

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição

Especificação	30.06.2017	30.06.2016
a) Aplicações no Mercado Aberto	10.136.676	8.477.049
Revendas a Liquidar-Posição Bancada	10.075.221	8.403.793
Revendas a Liquidar-Posição Financiada	61.455	73.256
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	218.761	-
Aplicações em Moedas Estrangeiras	62.125	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	156.636	-
Total	10.355.437	8.477.049
Saldo de Curto Prazo	10.355.437	8.477.049

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	01.01 a 30.06.2017	01.01 a 30.06.2016
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)	497.525	632.339
Posição Bancada	493.784	627.877
Posição Financiada	3.741	4.462
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)	6.286	-
Total	503.811	632.339

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão a seguir distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	30.06.2017	30.06.2016
Títulos Disponíveis para Venda	24.453.120	17.870.579
Títulos Mantidos até o Vencimento	191.218	179.849
Diferencial a Receber Swap	430.233	374.454
Total	25.074.571	18.424.882
Saldo de Curto Prazo	3.805.816	2.464.678
Saldo de Longo Prazo	21.268.755	15.960.204

a.2) Títulos Disponíveis para Venda

Especificação	30.06.2017								
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias				
Títulos de Renda Fixa	-	147.206	1.555.240	2.064.132	20.370.290	24.737.231	24.136.868	(600.363)	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.555.217	1.108.220	18.017.143	20.670.556	20.680.580	10.024	2017 a 2023
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.571.916	1.522.547	1.571.916	49.369	2050
Letras Financeiras	-	147.206	-	938.898	690.777	1.824.716	1.776.881	(47.835)	2017 a 2019
Debêntures	-	-	-	16.903	86.203	680.860	103.106	(577.754)	2018 a 2041
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	4.054	4.875	4.054	(821)	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	33.233	-	(33.233)	1993
Títulos da Dívida Agrária	-	-	23	111	197	444	331	(113)	2017 a 2022
Cotas de Fundos de Investimentos	358	-	-	-	-	1.953	358	(1.595)	
Fundos de Desenvolvimento Social (FDS)	-	-	-	-	-	1.595	-	(1.595)	Sem vencimento
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	339	-	-	-	-	339	339	-	Sem vencimento
Fundo de Garantia de Operações (FGO)	19	-	-	-	-	19	19	-	Sem vencimento
Títulos de Renda Variável	17.666	-	-	-	-	13.025	17.666	4.641	
Outros Incentivos Fiscais – Finor	118	-	-	-	-	109	118	9	Sem vencimento
Ações de Companhias Abertas	17.548	-	-	-	-	12.916	17.548	4.632	Sem vencimento
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	-	-	-	-	298.228	298.319	298.228	(91)	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	280.118	279.464	280.118	654	2020 a 2023
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	841	-	(841)	1993
Debêntures	-	-	-	-	18.110	18.014	18.110	96	2019
Total da Categoria	18.024	147.206	1.555.240	2.064.132	20.668.518	25.050.528	24.453.120	(597.408)	2016
Crédito Tributário (Nota 21.b)								273.893	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								(28.698)	
Total do Ajuste a Valor de Mercado								(352.213)	

Especificação	30.06.2016								
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias				
Títulos de Renda Fixa	-	-	175.076	1.980.745	15.382.330	18.240.735	17.538.151	(702.584)	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	17.812	1.853.037	12.279.627	14.162.108	14.150.476	(11.632)	2016 a 2022
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.466.176	1.504.102	1.466.176	(37.926)	2050
Letras Financeiras	-	-	141.023	127.603	1.555.667	1.870.108	1.824.293	(45.815)	2016 a 2019
Debêntures	-	-	16.216	-	75.199	665.613	91.415	(574.198)	2016 a 2035
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	5.342	5.323	5.342	19	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	32.882	-	(32.882)	1993
Títulos da Dívida Agrária	-	-	25	105	319	599	449	(150)	2016 a 2022
Cotas de Fundos de Investimentos	302	-	-	-	-	1.829	302	(1.527)	
Fundos de Desenvolvimento Social (FDS)	-	-	-	-	-	1.527	-	(1.527)	Sem Vencimento
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	291	-	-	-	-	291	291	-	Sem Vencimento
Fundo de Garantia de Operações (FGO)	11	-	-	-	-	11	11	-	Sem Vencimento
Títulos de Renda Variável	18.448	-	-	-	-	8.745	18.448	9.703	
Outros Incentivos Fiscais – Finor	62	-	-	-	-	163	62	(101)	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	18.386	-	-	-	-	8.582	18.386	9.804	Sem Vencimento
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	-	-	25.333	264.774	23.571	314.324	313.678	(646)	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	264.774	3.522	268.297	268.296	(1)	2017 a 2020
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	832	-	(832)	1993
Debêntures	-	-	-	-	20.049	19.888	20.049	161	2019
Letras Financeiras	-	-	25.333	-	-	25.307	25.333	26	2016
Total da Categoria	18.750	-	200.409	2.245.519	15.405.901	18.565.633	17.870.579	(695.054)	
Crédito Tributário (Nota 21.b)								299.661	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								(4.886)	
Total do Ajuste a Valor de Mercado								(400.279)	

⁽¹⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 244.380 (R\$ 215.669 em 30.06.2016); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 2.780 (R\$ 2.450 em 30.06.2016); Garantias em Processos Judiciais R\$ 25.901 (R\$ 73.330 em 30.06.2016); e Demais Garantias R\$ 25.167 (R\$ 22.229 em 30.06.2016).

A rubrica “Títulos Públicos Federais – Outros” dos itens Títulos de Renda Fixa e Títulos Dados em Garantia registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801, com vencimento em 31.08.1993, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional. Os referidos títulos registram uma desvalorização integral em função de seu vencimento, sem, no entanto, se enquadrar no conceito de Perda Permanente, na forma disciplinada na Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria “Títulos Disponíveis para Venda”, encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta “Ajustes a Valor de Mercado”, o valor de R\$ (597.408) ((R\$ 695.054) em 30.06.2016). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ (352.213) ((R\$ 400.279) em 30.06.2016).

a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento

Especificação	30.06.2017							
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Faixa de Vencimento
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Títulos de Renda Fixa	-	-	11.047	10.167	170.004	191.218	130.537	
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	-	161.750	161.750	101.070	2030
Cotas Fundo Investimento Criatec	-	-	11.047	-	-	11.047	11.046	2017
Cotas Fundo Investimento Criatec II	-	-	-	-	7.990	7.990	7.990	2023
Cotas Fundo Investimento Criatec III	-	-	-	-	234	234	234	2025
FIP Brasil Agronegócios	-	-	-	10.167	-	10.167	10.167	2018
Nordeste III FIP	-	-	-	-	30	30	30	2022
Total da Categoria	-	-	11.047	10.167	170.004	191.218	130.537	

Especificação	30.06.2016							
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Faixa de Vencimento
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Títulos de Renda Fixa	-	-	-	-	179.849	179.849	130.013	
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	-	150.126	150.126	100.290	2030
Cotas Fundo Investimento Criatec	-	-	-	-	10.676	10.676	10.676	2017
Cotas Fundo Investimento Criatec II	-	-	-	-	6.297	6.297	6.297	2023
FIP Brasil Agronegócios	-	-	-	-	12.547	12.547	12.547	2018
Nordeste III FIP	-	-	-	-	203	203	203	2022
Total da Categoria	-	-	-	-	179.849	179.849	130.013	

⁽¹⁾ Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

a.4) No 1º semestre de 2017 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.5) Para obtenção do valor de mercado são utilizados os critérios abaixo, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

1ª – preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e B3 S.A (Brasil Bolsa Balcão);

2ª – ágio/deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na B3 S.A.; e

3ª – cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio.

a.6) A administração do Banco declara que tem a capacidade financeira e a intenção de manter até às datas de vencimento os títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	01.01 a 30.06.2017	01.01 a 30.06.2016
Aplicações no Mercado Aberto (Nota 6.b)	497.525	632.339
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	6.286	-
Títulos de Renda Fixa	1.259.770	1.062.910
Títulos de Renda Variável	532	508
Total	1.764.113	1.695.757

c) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 30.06.2017, o Banco possui operações de “swap”, que se encontram registradas na B3 S.A., estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nocional) e o correspondente valor patrimonial nas contas “Diferencial a Pagar” e “Diferencial a Receber”, conforme apresentado nos quadros a seguir:

Composição em 30.06.2017								
Especificação	Valor Ncional	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo	
Posição Ativa								
Moeda Estrangeira (Dólar)	578.615	430.233	-	410.243	-	19.990	-	19.990
Posição Passiva								
Taxa Prefixada	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	578.615	430.233	-	410.243	-	19.990	-	19.990
Crédito Tributário (Nota 21.b)								-
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								7.996

Composição em 30.06.2016								
Especificação	Valor Ncional	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo	
Posição Ativa								
Moeda Estrangeira (Dólar)	578.615	374.454	-	377.270	-	16	-	2.832
Posição Passiva								
Taxa Prefixada	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	578.615	374.454	-	377.270	-	16	-	2.832
Crédito Tributário (Nota 21.b)								1.132
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								6

Especificação	30.06.2017		30.06.2016	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	-	-	-
3 a 12 meses	430.233	-	374.454	-
1 a 3 anos	-	-	-	-
3 a 5 anos	-	-	-	-
Total	430.233	-	374.454	-

c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *Hedge* de Risco de Mercado (*Hedge Accounting*)

Especificação	30.06.2017				
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Valor da Curva		Valor de Mercado		Ajuste a Valor de Mercado
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
<i>Swap</i> - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	999.335	589.092	1.019.325	589.092	19.990
Item Objeto de <i>Hedge</i>	Valor da Curva ⁽¹⁾		Valor de Mercado ⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i>	999.456		1.019.329		19.873
Crédito Tributário (Nota 21.b)					7.948

(1) Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 999, sobre os juros da operação.

Especificação	30.06.2016				
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Valor da Curva		Valor de Mercado		Ajuste a Valor de Mercado
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
<i>Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa</i>	969.610	592.340	966.793	592.340	(2.817)
Item Objeto de <i>Hedge</i>	Valor da Curva ⁽¹⁾		Valor de Mercado ⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i>	969.728		966.796		(2.932)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)					1.173

(1) Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 969, sobre os juros da operação.

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior por meio de *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, o Banco contratou operações de *swap* para proteção total dos valores de captação e correspondentes juros devidos, classificados segundo a sua natureza em *hedge* de risco de mercado. O principal protegido acrescido dos juros devidos é demonstrado pelo valor de mercado, sendo a variação registrada como parte de seu valor contábil e reconhecida no resultado do exercício.

Tendo em vista que o fluxo financeiro (principal e juros) do item objeto de *Hedge (Eurobonds – Senior Unsecured Notes)* e os fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (*swaps*) designados são idênticos, a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Bacen.

As operações foram avaliadas como efetiva na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de *hedge*, *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

Especificação	01.01 a 30.06.2017	01.01 a 30.06.2016
<i>Swap</i>	8.952	(255.902)
Total	8.952	(255.902)

NOTA 8 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados

Especificação	30.06.2017			30.06.2016		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios	298.875	-	298.875	84.523	-	84.523
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	120.226	-	120.226	95.365	-	95.365
Sistema Financeiro da Habitação (SFH)	72.803	(16.217)	56.586	74.642	(12.969)	61.673
Tesouro Nacional – Crédito Rural	-	-	-	621	(621)	-
Total	491.904	(16.217)	475.687	255.151	(13.590)	241.561
Saldo de Curto Prazo	419.101	-	419.101	180.024	(136)	179.888
Saldo de Longo Prazo	72.803	(16.217)	56.586	75.127	(13.454)	61.673

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	01.01 a 30.06.2017	01.01 a 30.06.2016
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	8.535	3.555
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	2.222	2.579
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	33	38
Valorização (Desvalorização) de Créditos Vinculados	(11.706)	14.630
Total	(916)	20.802

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito

Especificação	30.06.2017		30.06.2016	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	11.248.956	(1.094.527)	12.424.247	(1.010.588)
Curto Prazo	4.847.785	(593.877)	5.378.613	(487.041)
Longo Prazo	6.401.171	(500.650)	7.045.634	(523.547)
Outras Rubricas com Características de Crédito	706.413	(273.385)	763.399	(192.994)
Curto Prazo	703.961	(273.385)	760.894	(192.994)
Longo Prazo	2.452	-	2.505	-
Total	11.955.369	(1.367.912)	13.187.646	(1.203.582)

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	30.06.2017	30.06.2016
Adiantamentos a Depositantes	470	868
Empréstimos	4.773.251	5.464.910
Títulos Descontados	43.213	52.387
Financiamentos	2.174.530	2.307.334
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	39.288	9.243
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 29.a.1)	560.692	524.769
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.665.434	1.839.855
Financiamentos Imobiliários ⁽¹⁾	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	1.991.835	2.224.638
Subtotal de Operações de Crédito	11.248.956	12.424.247
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	9.679	33.829
Devedores por Compra de Valores e Bens	1.873	3.059
Títulos e Créditos a Receber	330.042	208.948
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾ (Nota 11.a)	364.819	517.563
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	706.413	763.399
Total	11.955.369	13.187.646

⁽¹⁾ Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

⁽²⁾ Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	01.01 a 30.06.2017	01.01 a 30.06.2016
Empréstimos e Títulos Descontados	498.918	567.021
Financiamentos	312.527	294.191
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	97.175	134.420
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	41.157	45.738
Outros Valores	3	88
Total	949.780	1.041.458

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2017	Total em 30.06.2016
Rural	10.225	3.360	17.905	25.534	5.877	1.547.833	1.610.734	1.781.148
Indústria	63.366	52.653	59.100	157.140	206.737	1.796.714	2.335.710	2.626.630
Governo	16.588	16.587	38.192	49.763	126.602	1.072.368	1.320.100	1.417.811
Outros Serviços	132.924	84.689	97.185	273.976	340.709	1.130.090	2.059.573	2.475.737
Comércio	685.397	571.079	473.775	833.376	362.917	555.396	3.481.940	3.922.640
Intermediários Financeiros	24	17	14	38	73	382	548	239
Habitação	70	21	12	32	47	346	528	782
Pessoas Físicas	27.610	12.641	8.372	14.487	13.772	16.273	93.155	100.278
Total 30.06.2017	936.204	741.047	694.555	1.354.346	1.056.734	6.119.402	10.902.288	-
Total 30.06.2016	1.196.980	809.994	722.284	1.477.094	1.291.945	6.826.968	-	12.325.265

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

b.2) Créditos em Atraso

Parcelas Vincendas								
Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2017	Total em 30.06.2016
Rural	1.552	13	34	272	315	3.076	5.262	3.955
Indústria	3.010	3.210	2.996	9.019	16.666	70.887	105.788	122.488
Outros Serviços	8.185	7.620	7.288	19.195	38.676	127.130	208.094	152.573
Comércio	15.678	15.329	12.297	28.641	41.703	82.732	196.380	197.724
Intermediários Financeiros	1	1	1	2	5	12	22	-
Pessoas Físicas	436	410	296	634	906	1.536	4.218	3.921
Total 30.06.2017	28.862	26.583	22.912	57.763	98.271	285.373	519.764	-
Total 30.06.2016	34.417	29.909	25.874	65.635	102.971	221.855	-	480.661

Parcelas Vincendas									
Tipo Cliente/Atividade	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2017	Total em 30.06.2016
Rural	13	79	110	1.506	1.779	44.624	-	48.111	50.800
Indústria	1.176	5.726	4.602	3.652	9.665	6.167	-	30.988	39.429
Outros Serviços	19.149	4.083	41.685	95.972	122.562	14.600	37	298.088	143.933
Comércio	4.509	11.224	19.371	17.144	36.475	52.432	476	141.631	129.087
Intermediários Financeiros	1	-	1	1	-	39	-	42	38
Habitação	-	6	-	-	6	219	-	231	471
Pessoas Físicas	65	1.270	1.242	1.473	3.405	6.769	2	14.226	17.962
Total 30.06.2017	24.913	22.388	67.011	119.748	173.892	124.850	515	533.317	-
Total 30.06.2016	9.243	32.232	93.859	33.405	73.337	94.589	45.055	-	381.720

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	30.06.2017				30.06.2016			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	4.894.666	-	4.894.666	-	4.820.512	-	4.820.512	-
A	3.827.174	-	3.827.174	(19.136)	4.087.421	-	4.087.421	(20.437)
B	1.007.214	41.789	1.049.003	(10.490)	2.045.846	54.325	2.100.171	(21.002)
C	72.108	69.082	141.190	(4.235)	311.298	165.642	476.940	(14.308)
D	385.299	121.391	506.690	(50.669)	286.087	68.191	354.278	(35.428)
E	46.037	68.169	114.206	(34.262)	107.738	56.322	164.060	(49.218)
F	198.894	54.146	253.040	(126.520)	67.770	64.380	132.150	(66.075)
G	92.721	63.279	156.000	(109.200)	100.406	82.926	183.332	(128.332)
H	378.175	635.225	1.013.400	(1.013.400) ⁽²⁾	498.186	370.595	868.782	(868.782)
Total	10.902.288	1.053.081	11.955.369	(1.367.912)	12.325.264	862.381	13.187.646	(1.203.582)

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

⁽²⁾ Incluem as provisões para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito com indícios de irregularidades no importe de R\$ 230

d) Movimentação da Provisão no Período

Especificação	30.06.2017	30.06.2016
Saldo Inicial da Provisão para Perdas da Carteira de Crédito	1.431.088	1.127.873
(+) Constituição/(Reversão) de Provisão no Período	376.742	341.166
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(439.918)	(265.457)
(=) Provisão Líquida para Perdas da Carteira de Crédito	1.367.912	1.203.582
Saldo Inicial da Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	28.824	46.804
(+) Constituição de Provisão no Período	586	287
(-) Reversão de Provisão no Período	(922)	(132)
(=) Provisão Líquida para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.e)	28.488	46.959
(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.396.400	1.250.541

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	01.01 a 30.06.2017	01.01 a 30.06.2016
(+) Constituição/(Reversão) de Provisão para Operações de Crédito	275.346	321.665
(+) Constituição/(Reversão) de Provisão para Outros Créditos	101.396	19.501
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito	376.742	341.166
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	549	194
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	(889)	(38)
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 4)	376.402	341.322

f) Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	30.06.2017		30.06.2016	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Vinculados ao Comércio Internacional de Mercadorias	3.151	-	-	-
Outras Fianças Bancárias	450	-	-	-
Setor Público	20.824.126	3.271.346	20.341.345	2.964.070
FDNE	123.218	679	115.403	671
FNE	20.699.908	3.270.661	20.222.087	2.962.289
Proagro	1.000	6	3.855	1.110

g) Concentração de Crédito

Especificação	30.06.2017		30.06.2016	
	Saldo	% da Carteira	Saldo	% da Carteira
10 Maiores devedores	2.685.862	22,47	2.652.605	20,11
50 maiores devedores	4.837.495	40,46	4.955.145	37,57
100 maiores devedores	5.509.140	46,08	5.733.863	43,48

h) No 1º semestre de 2017, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 41.156 (R\$ 45.738 em 30.06.2016) e as renegociações totalizaram em R\$ 384.167 (R\$ 904.098 em 30.06.2016).

NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	30.06.2017	30.06.2016
a) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	389.452	604.342
b) Rendas a Receber	19.127	31.688
c) Negociação e Intermediação de Valores	12	12
d) Diversos	3.966.249	3.154.125
Créditos Tributários - Provisões (Nota 21.b)	2.180.758	1.529.713
Créditos Tributários-TVM, Instrumentos Financeiros Derivativos e item objeto de <i>Hedge</i> (Notas 7.a.2, 7.c e 21.b)	281.841	300.795
Devedores por Depósitos em Garantia	718.323	671.390
Impostos e Contribuições a Compensar	62.328	144.911
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber (Nota 9.a.1)	330.042	208.948
Adiantamentos e Antecipações Salariais	36.685	33.127
Pagamentos a Ressarcir	13.463	13.155
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do FAT	-	2
Outros Valores	316.061	225.336
e) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(301.873)	(239.953)
Com Características de Concessão de Crédito (Nota 9.a)	(273.385)	(192.994)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(28.488)	(46.959)
Total	4.072.967	3.550.214
Saldo de Curto Prazo	1.815.953	2.773.463
Saldo de Longo Prazo	2.257.014	776.751

NOTA 11 – Carteira de Câmbio

a) Composição

Especificação	30.06.2017	30.06.2016
Ativo – Outros Créditos (Nota 10.a)	389.452	604.342
Câmbio Comprado a Liquidar	371.159	565.781
Direitos sobre Vendas de Câmbio	8.816	7.457
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(201)	(2.724)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	9.678	33.828
Ativo Circulante (Nota 10.a)	389.452	604.342
Passivo – Outras Obrigações (Nota 16.b)	9.277	10.557
Obrigações por Compras de Câmbio	365.271	520.842
Câmbio Vendido a Liquidar	8.824	7.277
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(364.819)	(517.563)
Outros Valores	1	1
Passivo Circulante (Nota 16.b)	9.277	10.557

b) Resultado de Câmbio

Especificação	01.01 a 30.06.2017	01.01 a 30.06.2016
Rendas de Câmbio	62.912	43.908
Despesas de Câmbio	(405)	(771)
Total	62.507	43.137

NOTA 12 – Permanente

a) Investimentos

Especificação	31.12.2016	01.01.2017 a 30.06.2017			30.06.2017	
	Saldo Contábil	Movimentações		Saldo Contábil	Valor de Custo	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões			
Ações e Cotas	652	-	-	652	652	652
Bens Artísticos e Valiosos	1.257	3	-	1.260	1.260	1.260
Total	1.909	3	-	1.912	1.912	1.912

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2016	01.01.2017 a 30.06.2017				30.06.2017		
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Depreciação				
Edificações	82.859	594	(422)	(5.114)	77.917	259.308	(181.391)	77.917
Sistema de Processamento de Dados	46.757	12.590	(5.623)	(10.385)	43.339	156.073	(112.734)	43.339
Móveis e Equipamentos de Uso	29.126	3.586	(380)	(2.754)	29.578	78.539	(48.961)	29.578
Terrenos	17.631	(55)	-	-	17.576	17.576	-	17.576
Instalações	5.536	43	(2)	(589)	4.988	20.762	(15.774)	4.988
Sistema de Comunicação	43	22	(6)	(7)	52	305	(253)	52
Sistema de Segurança	7.760	404	(222)	(664)	7.278	19.193	(11.915)	7.278
Sistema de Transporte	3.045	-	-	(702)	2.343	14.363	(12.020)	2.343
Total	192.757	17.184	(6.655)	(20.215)	183.071	566.119	(383.048)	183.071

c) Intangível

Especificação	31.12.2016	01.01.2017 a 30.06.2017				30.06.2017	
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Amortização			
Gastos com Intangíveis em Elaboração	19.903	-	-	-	19.903	19.903	19.903
Total	19.903	-	-	-	19.903	19.903	19.903

Em 30.06.2017 e 30.06.2016, não houve registro de impairment sobre o Ativo Permanente.

NOTA 13 – Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas

a) Distribuição dos Depósitos, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 Anos	Acima de 15 anos	Total em 30.06.2017	Total em 30.06.2016
Depósitos a Vista	288.938	-	-	-	-	-	288.938	328.953
Depósitos a Vista	288.938	-	-	-	-	-	288.938	328.953
Depósitos de Poupança	2.117.379	-	-	-	-	-	2.117.379	1.866.819
Depósitos Interfinanceiros	656.179	823.068	60.306	-	-	-	1.539.553	1.228.604
Depósitos a Prazo	1.225.027	771.872	2.773.216	1.045.541	1.179.947	22.990	7.018.593	6.669.916
Depósitos a Prazo	408.246	740.740	2.518.345	928.258	1.076.758	22.990	5.695.337	5.381.412
Depósitos Judiciais com Remuneração	557.307	-	-	-	-	-	557.307	492.121
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	247.486	-	179.366	59.788	59.787	-	546.427	503.084
FAT- Recursos Disponíveis	2.650	5.932	9.617	6.886	5.385	-	30.470	31.100
FAT- Recursos Aplicados	9.338	24.885	65.888	50.609	38.017	-	188.737	261.416
Outros	-	315	-	-	-	-	315	783
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	61.936	155.705	1.012.333	-	-	-	1.229.974	1.231.852
Eurobonds	-	7.995	1.012.333	-	-	-	1.020.328	967.765
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	61.936	147.710	-	-	-	-	209.646	264.087
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	-	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Dívidas Subordinadas	-	-	-	-	-	2.118.431	2.118.431	1.898.225
Total em 30.06.2017	4.349.459	1.750.645	3.845.855	1.045.541	1.179.947	3.141.421	15.312.868	-
Total em 30.06.2016	3.891.666	1.936.316	2.442.309	1.743.016	1.261.943	2.949.119	-	14.224.369

b) Depósitos

Especificação	30.06.2017	30.06.2016
Depósitos a Vista	288.938	328.953
Depósitos de Governos	15.997	4.410
Depósitos Vinculados	117.998	176.640
Pessoas Jurídicas	110.592	104.384
Pessoas Físicas	44.070	41.834
Outros Valores	281	1.685
Depósitos de Poupança	2.117.379	1.866.819
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	1.425.898	1.323.536
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	690.772	542.474
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	709	809
Depósitos Interfinanceiros	1.539.553	1.228.604
Depósitos a Prazo	7.018.593	6.669.916
Depósitos a Prazo	5.695.337	5.381.412
Depósitos Judiciais com Remuneração	557.307	492.121
Outros Depósitos a Prazo	765.949	796.383
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT (Nota 27 e Nota 29)	219.207	292.516
Recursos Disponíveis (Nota 27)	30.470	31.100
Proger Urbano	1.226	2.302
Protrabalho	6.575	520
Infraestrutura	19.605	23.826
PNMPO	3.064	4.452
Recursos Aplicados (Nota 27)	188.737	261.416
Proger Urbano	11.486	14.799
Protrabalho	52.552	69.700
Infraestrutura	41.961	79.206
PNMPO	82.738	97.711
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos (Lei nº 8.167/91)	546.427	503.084
Outros Valores	315	783
Total	10.964.463	10.094.292
Saldo de Curto Prazo	5.882.463	5.556.136
Saldo de Longo Prazo	5.082.000	4.538.156

c) Captação no Mercado Aberto

Especificação	30.06.2017	30.06.2016
Carteira Própria	931.379	1.130.882
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	931.379	1.130.882
Carteira de Terceiros	61.455	73.255
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	61.455	73.255
Total	992.834	1.204.137
Saldo de Curto Prazo	989.906	1.156.103
Saldo de Longo Prazo	2.928	48.034

d) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	01.01 a 30.06.2017	01.01 a 30.06.2016
Despesas de Captações	(572.559)	(576.081)
Depósitos a Prazo	(314.391)	(351.028)
Depósitos de Poupança	(51.895)	(55.408)
Depósitos Judiciais	(26.012)	(34.156)
Depósitos Interfinanceiros	(23.380)	(27.068)
Depósitos Especiais	(37.337)	(44.890)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(113.242)	(57.599)
Outros Depósitos	(6.302)	(5.932)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(53.896)	(110.419)
Carteira de Terceiros	(3.741)	(4.462)
Carteira Própria	(50.155)	(105.957)
Total	(626.455)	(686.500)

NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.06.2017	Total em 30.06.2016
Empréstimos no Exterior	210.196	283.183	-	-	-	-	493.379	606.818
Repasses do País	40.188	120.571	364.986	373.655	604.671	103.239	1.607.310	1.718.683
Repasses do Exterior	24.784	118.565	219.891	222.372	119.734	-	705.346	820.415
Total em 30.06.2017	275.168	522.319	584.877	596.027	724.405	103.239	2.806.035	-
Total em 30.06.2016	298.241	600.512	583.179	614.366	837.187	212.431	-	3.145.916

b) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2017	30.06.2016
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	493.379	606.818
Total		493.379	606.818
Saldo de Curto Prazo		493.379	606.818

c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2017	30.06.2016
Tesouro Nacional	IGP-DI + 2,00	447	444
BNDES		1.503.240	1.588.722
Programa de Operações Conjuntas (POC)	Pré 1,5 a 10,50/TJLP + 0,00 a 4,00/IPCA + 9,41/Variação Cambial + 2,00 a 4,00	1.111.406	1.201.075
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola		391.834	387.647
Finame		103.623	129.517
Programa Automático	Pré 1,5 a 7,00/TJLP + 0,00 a 4,00/Variação Cambial + 2,00 a 4,00	81.833	107.952
Programa Agrícola		21.790	21.565
Total (Nota 29.a.1)		1.607.310	1.718.683
Saldo de Curto Prazo		160.759	152.824
Saldo de Longo Prazo		1.446.551	1.565.859

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2017	30.06.2016
BID-Produtor I	USD + 4,82	239.947	325.793
BID-Produtor II	USD + 1,99	458.973	487.433
BID-Outros Programas	USD + 1,99	6.426	7.189
Total		705.346	820.415
Saldo de Curto Prazo		143.349	139.111
Saldo de Longo Prazo		561.997	681.304

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	01.01. a 30.06.2017	01.01. a 30.06.2016
Despesas de Obrigações por Repasses	(115.301)	(95.402)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(56.872)	(82.012)
Tesouro Nacional	-	(16)
BNDES	(55.374)	(79.051)
Finame	(1.498)	(2.945)
Despesas de Repasses do Exterior	(58.429)	(13.390)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(48.346)	(10.794)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(990.864)	(801.089)
Total	(1.154.511)	(907.285)

NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

a) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração o a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 30.06.2017 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 30.06.2017 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 30.06.2016 ⁽²⁾
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> ⁽¹⁾	03.05.2012	03.05.2019	4,375	300.000	1.000.455	1.020.328	967.765
Total				300.000	1.000.455	1.020.328	967.765
Saldo de Curto Prazo						7.995	7.757
Saldo de Longo Prazo						1.012.333	960.008

⁽¹⁾ As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

⁽²⁾ Considerando os efeitos tributários.

Conforme Nota 7.c.1, as operações de *swap* realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pelas captações de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge accounting* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

b) Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) Emitidas

Especificação	Remuneração a.a. (%)	Valor Nominal	30.06.2017	30.06.2016
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) ⁽¹⁾	81,18 CDI	198.049	209.646	264.087
Saldo de Curto Prazo			209.646	264.087

⁽¹⁾ Título com prazo médio de vencimento de 189 dias.

NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	30.06.2017	30.06.2016
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	21.481	43.894
Recursos do Proagro	1.236	364
Recebimento de Tributos Federais	15.248	39.382
IOF a Recolher	1.332	2.575
Outros Tributos e Assemelhados	3.665	1.573
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	9.277	10.557
c) Sociais e Estatutárias	89.754	70.220
Dividendos e Bonificações a Pagar	69.537	54.419
Participações nos Lucros	20.217	15.801
d) Fiscais e Previdenciárias	247.456	423.966
Provisão para Riscos Fiscais ⁽¹⁾	-	59.559
Impostos e Contribuições	-	1.196
Causas Fiscais (Nota 22.f.1)	-	58.363
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	142.609	107.253
TVM e IFD (Nota 21.c)	36.694	4.892
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos (Nota 21.c)	1.012	3.176
Decorrentes de Créditos Recuperados e Item Objeto de <i>Hedge</i> (Nota 21.c)	104.903	99.185
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 21.a.2)	25.687	167.735
Imposto de Renda	13.589	91.604
Contribuição Social	12.098	76.131
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	79.160	89.419
e) Negociação e Intermediação de Valores	153	693
f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	21.793.142	15.179.887
FNE (Nota 29.a.1)	20.858.342	14.216.345
Outros Valores	934.800	963.542
g) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 17 e Nota 29.a.1)	1.000.000	1.000.000
h) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18 e Nota 29.a.1)	2.118.431	1.898.225
i) Diversas	5.986.782	5.281.118
Provisão para Contingências	3.655.393	3.370.670
Trabalhistas (Nota 22.f.1.ii)	174.279	222.346
Cíveis (Nota 22.f.1.iii)	124.681	150.212
Outras (Nota 22.f.1.iv)	15.498	760
Fiscais (Nota 22.f.1.i)	69.589	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	3.271.346	2.997.352
FNE (Nota 22.f.2.i)	3.270.661	2.962.289
Repasse	1.184	1.020
Risco Integral BNB	148.029	145.556
Risco Compartilhado	3.121.448	2.815.713
FDNE (Nota 22.f.2.ii)	679	671

Proagro (Nota 22.f.2.iii)	6	1.110
Outros Passivos Contingentes	-	33.282
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.960.049	1.633.226
Benefícios a Empregados	1.623.324	1.199.704
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Notas 25.b e 29.a.2)	379.762	347.880
Plano de Assistência Médica (Notas 25.b e 29.a.2)	1.120.145	787.682
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego (Notas 25.b e 29.a.2)	123.417	64.142
Despesa de Pessoal	229.250	209.494
Outros Valores	62.783	46.563
Encargos Remuneratórios de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	44.692	72.515
Encargos Remuneratórios de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-	104.950
Outros Valores	371.340	277.222
Total	31.266.476	23.908.560
Saldo de Curto Prazo	11.025.360	6.329.246
Saldo de Longo Prazo	20.241.116	17.579.314

⁽¹⁾reclassificada para Provisão para Contingências Fiscais, conforme Carta-Circular Bacen nº 3.782, de 19.09.2016

NOTA 17 – Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (IECP)

Em 19.01.2016, o Banco e a União Federal celebraram contrato de mútuo, no valor de R\$ 1.000.000, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no artigo 16 da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31.12.2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20.02.2014, todas do CMN.

Os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até trinta dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

Caso o saldo de lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive reserva legal e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a título de juros vencidos e o saldo de principal, nessa ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive na forma de juros sobre capital próprio), até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sido pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente.

A obrigação não possui data de vencimento e o resgate ou recompra somente poderão ser realizados pelo emissor, condicionado à prévia autorização do Bacen.

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	30.06.2017	30.06.2016
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Notas 16.g e 29.a.1)	1.000.000	Rentabilidade sobre PL	19.01.2016	1.000.000	1.000.000
Saldo de Longo Prazo				1.000.000	1.000.000

NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

Especificação	30.06.2017	30.06.2016
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) ⁽¹⁾	2.118.431	1.898.225
Recursos disponíveis	1.621.165	1.316.793
Recursos aplicados	497.266	581.432
Total (Notas 16.h e 29.a.1)	2.118.431	1.898.225

⁽¹⁾ São constituídas por duas operações de captações com o FNE nos montantes originais de R\$ 600.000 e R\$ 400.000 de, respectivamente, 20.07.2009 e 01.03.2010.

NOTA 19 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social do Banco, no valor de R\$ 2.844.000 (R\$ 2.844.000 em 30.06.2016), é representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

Composição em 30.06.2017		
Acionistas	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.208.518	34,98
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.221.650	7,20
Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)	3.846.968	4,45
Outros	2.044.881	2,37
Total	86.371.464	100,00

Composição em 30.06.2016		
Acionistas	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.212.568	34,98
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.225.700	7,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)	3.846.968	4,45
Outros	2.036.781	2,36
Total	86.371.464	100,00

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 12.829 (R\$ 15.556 em 30.06.2016) refere-se ao saldo da reserva de reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008, do CMN. No semestre houve transferência de R\$ 2.069 (R\$ 1.065 em 30.06.2016) para Lucros ou Prejuízos Acumulados, e compôs a base de cálculo de distribuição do resultado.

c) Juros sobre o Capital Próprio (JCP) do 1º Semestre de 2017

O Estatuto do Banco assegura aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido apurado no semestre, ajustado conforme definido em Lei.

A Diretoria propõe ao Conselho de Administração, o pagamento antecipado de Dividendos sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), no valor de R\$ 69.233 (R\$ 54.012 em 30.06.2016), sendo R\$ 69.020 (R\$ 53.847 em 30.06.2016) imputados aos dividendos, correspondente a 25% sobre o lucro líquido ajustado do semestre.

Os JCP foram contabilizados em despesas, mas, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, reclassificados para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. O total dos JCP no semestre proporcionou redução da despesa com encargos tributários no montante de R\$ 30.324 (R\$ 23.981 em 30.06.2016).

d) Demonstrativo de cálculo dos JCP:

Especificação	30.06.2017	30.06.2016
1. Lucro Líquido do Semestre	298.041	225.564
2. Reserva Legal Constituída	(14.902)	(11.278)
3. Ajustes Devedores em Lucros ou Prejuízos Acumulados	(12.035)	-
4. Reserva de Reavaliação transferida para Lucros ou Prejuízos Acumulados	2.069	1.065
5. Ajustes Credores em Lucros ou Prejuízos Acumulados	2.898	-
6. Base de Cálculo dos Dividendos e JCP	276.071	215.351
7. JCP propostos no semestre	69.233	54.012
8. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(213)	(165)
9. JCP imputados aos dividendos (item 7 - item 8)	69.020	53.847
10. Valor bruto dos JCP: 25,08% (item 7 sobre item 6) (25,08% em 30.06.2016)	69.233	54.012
JCP de R\$ 0,801575959 por ação (em 30.06.2016: JCP de R\$ 0,625344509 por ação)	69.233	54.012
11. Valor líquido dos JCP: 25,00% (item 9 sobre item 6) (25,00% em 30.06.2016)	69.020	53.847

e) Reserva Legal

A Reserva Legal corresponde a 5% sobre o lucro líquido apurado no semestre e importa em R\$ 14.902 (R\$ 11.278 em 30.06.2016).

f) Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária representa o saldo remanescente do lucro líquido apurado no semestre após a constituição da Reserva Legal e a distribuição de JCP/Dividendos, e corresponde a R\$ 206.838 (R\$ 161.339 em 30.06.2016).

g) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Especificação	30.06.2017	30.06.2016
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para a Venda	30.659	117.384
Ganhos e Perdas Atuariais (Benefícios Pós-Emprego)	(324.710)	(96.927)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(294.051)	20.457

NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	01.01. a 30.06.2017	01.01. a 30.06.2016
a) Receitas de Prestação de Serviços	1.156.523	1.073.029
Administração de Fundos de Investimentos	16.276	15.082
Administração de Fundos e Programas	943.331	876.146
Prestação de Serviços	196.916	181.801
b) Rendas de Tarifas Bancárias	32.763	29.345
c) Despesas de Pessoal	(916.557)	(857.602)
Proventos	(542.681)	(506.346)
Encargos Sociais	(195.493)	(185.088)
Plano de Aposentadoria e Pensão - Capped Planos BD e CV I	(49.352)	(41.835)
Plano de Assistência Médica - Capped Plano Natural	(45.947)	(49.034)
Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego	(4.807)	(2.374)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(78.277)	(72.925)
d) Outras Despesas Administrativas	(597.357)	(534.661)
Processamento de Dados	(125.786)	(96.530)
Propaganda e Publicidade	(8.749)	(2.901)
Serviços de Terceiros	(238.493)	(228.794)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(40.336)	(37.651)
Viagens	(6.919)	(6.710)
Comunicações	(17.151)	(14.722)
Depreciação e Amortização	(20.215)	(21.397)
Manutenção e Conservação de Bens	(24.669)	(23.082)
Vigilância, Segurança e Transporte	(43.683)	(40.138)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(4.169)	(3.811)
Serviços do Sistema Financeiro	(19.339)	(14.855)
Serviços Técnicos Especializados	(13.653)	(14.322)
Seguros	(1.038)	(1.569)
Emolumento Judicial, Cartório e Honorários Advocatícios	(22.082)	(21.214)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(1.252)	(1.324)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(3.088)	(2.783)
FUNDECI-Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	(3.000)	-
Outros Valores	(3.735)	(2.858)
e) Despesas Tributárias (Nota 21.d)	(147.801)	(142.768)
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(132.111)	(128.307)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(14.260)	(13.012)
Outros Valores	(1.430)	(1.449)
f) Outras Receitas Operacionais	854.079	1.320.787
"Del credere" de Fundos Administrados	643.687	624.904
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	69.204	344.748
Variação Cambial Negativa de Despesa de Captação	47.940	230.940
Variação Cambial Negativa de Fundo Financeiro de Desenvolvimento	2.631	12.115
Reversão de Provisões Operacionais/Riscos c/Op. do FNE	412	1
Reversão de Provisão de IR e CSLL	-	299
Reversão de Provisões Operacionais	7.325	26.448
Recuperação de Encargos e Despesas	2.716	3.130
Juros e Comissões	2.204	3.610
Correção Monetária	47	2.281
Resultado da Marcação a Mercado	3.604	22.138
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	48.945	28.249
Outros Valores	25.364	21.924
g) Outras Despesas Operacionais	(719.740)	(1.161.358)
Variação Cambial da Área de Câmbio	(1.201)	-
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(74.611)	(365.516)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(30.219)	(39)

Descontos Concedidos em Renegociações	(15.565)	(903)
Encargos de Operações de Crédito	(9.714)	(1.688)
Riscos Fiscais	(4.687)	(13.479)
Riscos com Operações do FNE	(391.849)	(428.811)
Riscos com Operações do FDNE	(75)	(17)
Causas Trabalhistas	(12.190)	(61.454)
Causas Cíveis	(3.280)	(20.470)
Outras Causas	(4.145)	(40)
Outros Passivos Contingentes	-	(947)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-	(20.213)
Instrumentos de Dívida Elegível a Capital	(45.233)	(72.515)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(79.946)	(77.182)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(25.611)	(28.761)
Outros Valores	(21.414)	(69.323)
Total	(338.090)	(273.228)

NOTA 21 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) pela estimativa, podendo ser suspenso ou reduzido quando a apuração pelo Lucro Real for mais favorável ao Banco, quando comparada com a forma Estimativa. As despesas de IRPJ e CSLL estão demonstradas no quadro abaixo.

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 30.06.2017	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2017	01.01 a 30.06.2016
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	286.585	337.122	286.585	337.122
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(19.031)	(15.191)	(19.031)	(15.191)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	(69.233)	(54.012)	(69.233)	(54.012)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos JCP	198.321	267.919	198.321	267.919
Adições/Exclusões Permanentes	(14.446)	(9.698)	(14.402)	(9.369)
Adições/Exclusões Temporárias	(123.428)	122.104	(123.428)	122.104
Resultado Tributável	60.447	380.325	60.491	380.654
Despesas de Provisão de IRPJ e CSLL - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(15.099)	(95.069)	(12.098)	(76.131)
Deduções (Incentivos Fiscais)	1.511	3.464	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	(785)	484	(628)	387
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL - após os incentivos e Reserva de Reavaliação	(14.373)	(91.121)	(12.726)	(75.744)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e IFD	(4.227)	2.697	(2.301)	5.876
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(18.600)	(88.424)	(15.027)	(69.868)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões, IFD e Item Objeto de Hedge	52.780	46.109	11.334	15.816
Total de IRPJ/CSLL	34.180	(42.315)	(3.693)	(54.052)
Alíquota Efetiva (%)	(17,23)	(15,79)	(1,86)	(20,17)
a.2) Especificação da Provisão de IRPJ e CSLL	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016
Despesa de Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	14.374	91.120	12.726	75.744
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	(785)	484	(628)	387
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 16.d)	13.589	91.604	12.098	76.131
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(27.041)	(81.297)	(23.206)	(51.732)
Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período	(13.452)	10.307	(11.108)	24.399

b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os Créditos tributários de IRPJ e CSLL oriundos de diferenças temporárias das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) e Provisões para Benefícios Pós-Emprego são registrados conforme disposições das principais normas, quais sejam: Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002, Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002 e Instrução Normativa CVM nº 371, de 27.06.2002 e são fundamentados em Estudos Técnicos sobre Constituição de Ativos e Passivos Fiscais Diferidos, realizados semestralmente.

Quanto aos créditos tributários oriundos de Ajuste a Valor de Mercado, de acordo com as Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, foram constituídos créditos tributários sobre ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários (TVM), relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda, bem como sobre Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD).

Especificação	30.06.2017		30.06.2016		30.06.2017	30.06.2016
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Provisões						
Saldo Inicial	1.268.001	864.415	843.438	616.227	2.132.416	1.459.665
Constituição	625.914	500.741	234.452	187.571	1.126.655	422.023
Realização/Reversão	(582.156)	(496.157)	(183.267)	(168.708)	(1.078.313)	(351.975)
Saldo Final (Nota 10.d)	1.311.759	868.999	894.623	635.090	2.180.758	1.529.713
b) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)						
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-
Constituição	-	-	8.919	5.352	-	14.271
Realização/Reversão	-	-	(8.211)	(4.928)	-	(13.139)
Saldo Final (Nota 7.c)	-	-	708	424	-	1.132
c) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	2.632	1.579	5.786	3.472	4.211	9.258
Constituição	4.335	2.601	16.754	10.052	6.936	26.806
Realização/Reversão	(1.999)	(1.200)	(22.540)	(13.524)	(3.199)	(36.064)
Saldo Final (Nota 7.c.1)	4.968	2.980	-	-	7.948	-
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) TVM						
Saldo Inicial	174.065	110.746	223.773	151.483	284.811	375.256
Constituição	64.703	44.072	361.713	254.495	108.775	616.208
Realização/Reversão	(71.624)	(48.069)	(408.983)	(282.820)	(119.693)	(691.803)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	167.144	106.749	176.503	123.158	273.893	299.661

Os saldos dos créditos ativados e não ativados de IRPJ e CSLL estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016
1. Total das Diferenças Temporárias	6.549.464	5.831.045	6.549.464	5.831.045
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.637.366	1.457.761	1.309.893	1.148.022
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	1.311.759	894.623	868.999	635.090
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM, IFD e Item Objeto de Hedge	172.112	177.213	109.729	123.582
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3 + item 4) ⁽¹⁾	1.483.871	1.071.836	978.728	758.672
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) ⁽²⁾	153.495	385.925	331.165	389.350

⁽¹⁾ Os créditos ativados encontram-se registrados em "Outros Créditos-Diversos"

⁽²⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006, e considerando estudo técnico sobre a constituição de ativos e passivos fiscais diferidos.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de provisões, na posição de 30.06.2017, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média(%) ⁽¹⁾	IRPJ		CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2017	8,35	197.365	189.608	157.892	151.686	355.257	341.294
2018	8,24	212.316	188.444	169.853	150.755	382.169	339.199
2019	8,50	103.759	84.877	62.255	50.927	166.014	135.804
2020	8,40	122.194	92.212	73.316	55.327	195.510	147.539
2021	8,27	190.895	133.053	114.537	79.832	305.432	212.885
2022	8,27	224.474	144.507	134.684	86.703	359.158	231.210
2023	8,27	63.434	37.718	38.061	22.630	101.495	60.348
2024	8,27	61.574	33.815	36.945	20.289	98.519	54.104
2025	8,27	60.642	30.758	36.385	18.455	97.027	49.213
2026	8,27	51.890	24.309	31.134	14.586	83.024	38.895
Acima de 2026	8,27	23.216	14.677	13.937	8.811	37.153	23.488
Total		1.311.759	973.978	868.999	660.001	2.180.758	1.633.979

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas Over – Selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 30.06.2017.

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, dos Instrumentos Financeiros Derivativos e de Item Objeto de *Hedge* apurados pelo valor presente de realização, na forma das Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2017	8.925	8.925	7.140	7.140	16.065	16.065
2018	23.386	23.386	18.709	18.709	42.095	42.095
2019	8.780	8.780	5.268	5.268	14.048	14.048
2020	166	166	99	99	265	265
2021	680	680	408	408	1.088	1.088
2022	660	660	396	396	1.056	1.056
Acima de 2026	129.515	129.515	77.709	77.709	207.224	207.224
Total	172.112	172.112	109.729	109.729	281.841	281.841

Os valores totais previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 30.06.2017 estão a seguir demonstrados:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil ⁽²⁾	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2017	206.290	198.533	165.032	158.827	371.322	357.360
2018	235.702	211.830	188.562	169.464	424.264	381.294
2019	112.539	93.657	67.523	56.195	180.062	149.852
2020	122.360	92.378	73.415	55.426	195.775	147.804
2021	191.575	133.732	114.945	80.240	306.520	213.972
2022	225.134	145.167	135.080	87.099	360.214	232.266
2023	63.434	37.718	38.061	22.630	101.495	60.348
2024	61.574	33.815	36.945	20.289	98.519	54.104
2025	60.642	30.758	36.385	18.455	97.027	49.213
2026	51.890	24.309	31.134	14.586	83.024	38.895
Acima de 2026	152.731	144.192	91.646	86.520	244.377	230.712
Total	1.483.871	1.146.089	978.728	769.731	2.462.599	1.915.820

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 30.06.2017.

⁽²⁾ Considerando a alíquota de 20% até 31.12.2018 e 15% a partir de 01.01.2019.

c) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	30.06.2017		30.06.2016		30.06.2017	30.06.2016
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	2.661	1.597	5.782	3.469	4.258	9.251
Constituição	4.337	2.602	5.042	3.025	6.939	8.067
Realização/Reversão	(2.001)	(1.200)	(10.820)	(6.492)	(3.201)	(17.312)
Saldo Final (Nota 7.c e 16.d)	4.997	2.999	4	2	7.996	6
b) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-
Constituição	-	-	733	440	-	1.173
Realização/Reversão	-	-	-	-	-	-
Saldo Final (Nota 7.c.1 e Nota 16.d)	-	-	733	440	-	1.173
c) Reserva de Reavaliação						
Saldo Inicial	1.281	1.025	2.249	1.799	2.306	4.048
Constituição	25	20	-	-	45	-
Realização/Reversão	(744)	(595)	(485)	(387)	(1.339)	(872)
Saldo Final (Nota 16.d)	562	450	1.764	1.412	1.012	3.176
d) Decorrentes de Créditos Recuperados ⁽¹⁾						
Saldo Inicial	61.352	40.761	56.342	42.172	102.113	98.514
Constituição	2.311	1.499	2.353	1.539	3.810	3.892
Realização/Reversão	(421)	(599)	(5)	(4.389)	(1.020)	(4.394)
Saldo Final (Nota 16.d)	63.242	41.661	58.690	39.322	104.903	98.012
Efeito no Patrimônio Líquido						
e) TVM						
Saldo Inicial	12.311	8.359	947	667	20.670	1.614
Constituição	158.312	95.045	6.677	4.527	253.357	11.204
Realização/Reversão	(152.831)	(92.498)	(4.884)	(3.048)	(245.329)	(7.932)
Saldo Final (Nota 7.a.2 e Nota 16.d)	17.792	10.906	2.740	2.146	28.698	4.886

⁽¹⁾ Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

As provisões sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2017	1.161	1.161	929	929	2.090	2.090
2019	5.108	5.108	3.065	3.065	8.173	8.173
2022	779	779	468	468	1.247	1.247
2023	3.399	3.399	2.039	2.039	5.438	5.438
Acima de 2026	12.342	12.341	7.404	7.404	19.746	19.745
Total	22.789	22.788	13.905	13.905	36.694	36.693

As provisões sobre as Reservas de Reavaliação, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média(%) ⁽¹⁾	IRPJ		CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2017	8,35	482	463	386	370	868	833
2018	8,24	80	71	64	57	144	128
Total		562	534	450	427	1.012	961

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 30.06.2017.

As provisões sobre os Créditos Recuperados, na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média ⁽¹⁾	IRPJ		CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2017	8,35	8.250	7.926	6.600	6.341	14.850	14.267
2018	8,24	10.328	9.167	8.263	7.334	18.591	16.501
2019	8,50	8.992	7.356	5.395	4.413	14.387	11.769
2020	8,40	7.429	5.606	4.457	3.364	11.886	8.970
2021	8,27	4.564	3.181	2.738	1.909	7.302	5.090
2022	8,27	4.178	2.689	2.506	1.613	6.684	4.302
2023	8,27	4.242	2.522	2.545	1.513	6.787	4.035
2024	8,27	4.473	2.457	2.684	1.474	7.157	3.931
2025	8,27	4.192	2.126	2.515	1.276	6.707	3.402
2026	8,27	1.331	624	799	374	2.130	998
Acima de 2026	8,27	5.263	3.327	3.159	1.996	8.422	5.323
Total		63.242	46.981	41.661	31.607	104.903	78.588

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 30.06.2017.

Os valores totais das provisões dos Passivos Tributários, na posição de 30.06.2017, estão a seguir demonstrados:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil ⁽²⁾	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2017	9.894	9.550	7.915	7.641	17.809	17.191
2018	10.408	9.238	8.327	7.391	18.735	16.630
2019	14.099	12.463	8.459	7.477	22.558	19.940
2020	7.429	5.606	4.457	3.364	11.886	8.970
2021	4.564	3.181	2.739	1.909	7.303	5.090
2022	4.957	3.468	2.974	2.081	7.931	5.549
2023	7.641	5.921	4.584	3.552	12.225	9.473
2024	4.473	2.457	2.684	1.474	7.157	3.931
2025	4.192	2.126	2.515	1.276	6.707	3.402
2026	1.331	624	799	374	2.130	998
Acima de 2026	17.605	15.669	10.563	9.401	28.168	25.070
Total	86.593	70.303	56.016	45.940	142.609	116.244

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 30.06.2017.

⁽²⁾ Considerando a alíquota de 20% até 31.12.2018 e 15% a partir de 01.01.2019.

d) Despesas Tributárias

Especificação	01.01 a 30.06.2017	01.01 a 30.06.2016
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(132.111)	(128.307)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(14.260)	(13.012)
Outros Valores	(1.430)	(1.449)
Total (Nota 20.e)	(147.801)	(142.768)

NOTA 22 – Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos, conforme quadro a seguir:

Especificação	30.06.2017		30.06.2016	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
a) Contingenciais				
a.1) Fiscais (Nota 22 f.1.i)	3.344.920	69.589	1.929.046	58.363
i) Obrigação Legal	920	920	291	291
ii) Outras Obrigações-Diversas	3.344.000	68.669	1.928.755	58.072
Provável	68.669	68.669	58.072	58.072
Possível	3.142.549	-	1.736.292	-
Remota ⁽¹⁾	132.782	-	134.391	-
a.2) Trabalhistas	467.873	174.279	478.241	222.346
Provável (Nota 22 f.1.ii)	174.279	174.279	222.346	222.346
Possível	153.706	-	128.416	-
Remota	139.888	-	127.479	-
b) Outras Provisões Passivas				
b.1) Causas Cíveis	6.135.420	124.681	5.058.062	150.212
Provável (Nota 22 f.1.iii)	124.681	124.681	150.212	150.212
Possível	1.154.822	-	1.155.928	-
Remota ⁽²⁾	4.855.917	-	3.751.922	-
b.2) Outras (Nota 22 f.2.iv)				
i) Operações Securitizadas ⁽³⁾	11.496	11.496	11.900	11.900
ii) Outras	753.084	4.002	661.679	760
Provável	4.002	4.002	760	760
Possível	1.795	-	9.008	-
Remota	747.287	-	651.911	-

⁽¹⁾ O montante das contingências relacionadas às causas fiscais classificadas como risco remoto está concentrado em 01 (um) processo, que apresenta saldo da ordem de R\$ 111.334 na posição 30.06.2017. Na posição de 30.06.2016, o risco estava concentrado em 02 (dois) processos, que apresentaram saldo da ordem de R\$ 105.310.

⁽²⁾ O montante das contingências relacionadas às causas cíveis classificadas como risco remoto está concentrado em 05 (cinco) processos, que apresentaram saldo da ordem de R\$ 2.836.665, na posição 30.06.2017. Na posição de 30.06.2016, o risco estava concentrado em 05 (cinco) processos, que apresentaram saldo da ordem de R\$ 2.274.355.

⁽³⁾ Referem-se ao risco de crédito sobre operações securitizadas, com fundamento na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, que se encontram registradas em contas de compensação.

- b) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedades de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de cobrança de dívidas oriundas de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e do passivo contingente é realizada pela área jurídica do Banco.
- c) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados no quadro acima, têm como objeto de discussão os tributos municipais.
- d) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Fiscal

Seis ações que visam desconstituir auto de infração. As estimativas de perdas financeiras perfazem R\$ 2.975.295 na data base de 30.06.2017(R\$ 1.593.047 em 30.06.2016).

Cível

Ação que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.06.2017, R\$ 230.524 (R\$ 198.014 em 30.06.2016).

Ação que visa repetição de indébito. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.06.2017, R\$ 64.310 (R\$ 55.241 em 30.06.2016).

Ação que visa indenização. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.06.2017, R\$ 95.351 (R\$ 48.844 em 30.06.2016).

Ação que visa pagamento de honorários. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.06.2017, R\$ 44.906 (R\$ 77.139 em 30.06.2016).

Ação iniciada em 2014, relativamente a Benefícios Pós-Emprego. A estimativa de valor, de risco possível, perfaz, na data-base de 30.06.2017, R\$ 51.439 (R\$ 32.557 em 30.06.2016).

- e) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas, estão assim representados:

Especificação	30.06.2017	30.06.2016
Demandas Trabalhistas	483.643	460.860
Demandas Fiscais	130.218	120.561
Demandas Cíveis	73.944	89.969
Total	687.805	671.390

f) Movimentação das Provisões

f.1) Fiscais, Trabalhistas, Cíveis e Outras

Especificação	30.06.2017				
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Baixa	Saldo Final
i) Fiscais (Nota 16.i)	64.902	5.008	(321)	-	69.589
ii) Trabalhistas (Nota 16.i)	172.866	19.330	(7.580)	(10.337)	174.279
iii) Cíveis (Nota 16.i)	166.126	57.861	(55.194)	(44.112)	124.681
iv) Outras (Nota 16.i)	899	3.124	(21)	-	4.002

Especificação	30.06.2016				
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Baixa	Saldo Final
i) Fiscais (Nota 16.d)	46.515	16.156	(4.308)	-	58.363
ii) Trabalhistas (Nota 16.i)	249.461	25.170	(27.306)	(24.979)	222.346
iii) Cíveis (Nota 16.i)	142.592	25.242	(10.919)	(6.703)	150.212
iv) Outras (Nota 16.i)	720	122	(82)	-	760

f.2) Provisões para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	30.06.2017			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão/Utilização/ Baixa	Saldo Final
i) FNE	3.229.308	1.047.987	(1.006.634)	3.270.661
ii) FDNE	604	590	(515)	679
iii) Proagro	1.088	9	(1.091)	6

Especificação	30.06.2016			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão/Utilização/ Baixa	Saldo Final
i) FNE	2.792.367	801.771	(631.849)	2.962.289
ii) FDNE	654	17	-	671
iii) Proagro	2.644	530	(2.064)	1.110
iv) Outros Passivos Contingentes	37.800	947	(5.465)	33.282

NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em Reais)

a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	01.01 a 30.06.2017	01.01 a 30.06.2016
Máxima	39.548,87	36.619,33
Mínima	1.570,32	1.427,35
Média	10.427,58	9.337,48

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Período

Especificação	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual ⁽²⁾	446.262,79	482.490,59	25.400,22	33.571,14	31.115,26	31.513,14
Menor remuneração individual ⁽³⁾	284.788,76	333.559,85	25.400,22	25.725,06	25.400,22	25.725,06
Remuneração média individual ⁽⁴⁾	524.258,92	456.460,57	25.108,42	25.960,87	26.549,96	28.040,29
Número de membros ⁽⁵⁾	7	7	7	6	5	5

⁽¹⁾ Valores aprovados pela 99ª reunião da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14.12.2016.

⁽²⁾ Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

⁽³⁾ Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

⁽⁴⁾ Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período de cada órgão pelo número de membros.

⁽⁵⁾ O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Em 30.06.2017, o número de funcionários do Banco totalizava 7.187 (7.225 em 30.06.2016), registrando-se uma redução de 0,53% no quadro de pessoal.

NOTA 24 – Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A provisão para Participação nos Lucros e Resultados dos Empregados, no semestre, corresponde a R\$ 17.308 (R\$ 13.503 em 30.06.2016), o que equivale a 5,81% do lucro líquido do semestre (5,99% em 30.06.2016) e 25,00% (25,00% em 30.06.2016) sobre os JCP do semestre. A despesa de PLR do semestre importa em R\$ 19.131, sendo R\$ 17.308 referente aos Empregados e R\$ 1.723 aos Administradores.

NOTA 25 – Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada na Resolução nº 4.424, do CMN, que recepcionou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas, a seguir, as informações sobre benefícios pós-emprego. As avaliações atuariais são realizadas por atuário independente habilitado, com base em informações fornecidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Camed) e Banco.

a) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

a.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de previdência complementar denominados, Benefícios Definidos (BD) e Contribuição Variável (CV I) administrados pela Capef, entidade fechada de previdência complementar, que oferecem aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

Em termos gerais, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e o benefício de aposentadoria do INSS, ponderada pelo número de contribuições pagas ao plano, limitado a 360, incluindo eventual parcela de prorrogação de expediente proporcional ao número de contribuições pagas sobre esta parcela, todos vigentes em julho de 1997 e projetados, de acordo com o regulamento do plano até a data de aposentadoria do participante. Além disso, é descontada do benefício uma taxa equivalente a 21,25%, a título de contribuição extraordinária, resultando, de forma geral, 78,75% do salário de contribuição médio.

Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda certa com prazo certo, na modalidade Contribuição Definida (CD) e a segunda na forma de renda vitalícia na modalidade Benefício Definido (BD). Além disso, o plano oferece cobertura para benefícios não programados, como invalidez e morte em atividade, sendo estes benefícios avaliados pelo Banco como benefício definido.

O plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial que será utilizado para cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciais mutualistas e com o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, com o objetivo de suprir o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou morte do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos. O Fundo de Solvência Atuarial é formado por valores recebidos mensalmente dos participantes, a partir da aplicação da taxa de solvência atuarial sobre o valor das contribuições de participantes ativos; saldo da conta de patrocinador relativo ao participante ativo que tenha optado pelo instituto do resgate e pelo valor obtido pela recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do participante assistido em virtude de aposentadoria por invalidez, tendo retornado à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora. O Fundo Mutualista para Benefícios de Risco é constituído a partir da aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições recebidas mensalmente dos participantes ativos.

Segundo o estatuto da entidade, são responsáveis pela administração e fiscalização da Capef os seguintes órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal.

O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior, cabendo-lhe precipuamente a definição da política de administração da Capef e de seus planos de benefícios, sendo formado por representantes do Banco, por participantes ativos e representante dos participantes e beneficiários assistidos.

A Diretoria Executiva é responsável por executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto e nos regulamentos dos planos de benefícios e nos Convênios e Termos de Adesão.

O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo-lhe, principalmente, as funções de acompanhamento e fiscalização das atividades da Capef.

Os planos BD e CV I são regidos pela Resolução MPS/CGPC nº 26 de 29.09.2008, alterada pelas Resoluções CNPC nº 10, de 19.12.2012, nº 13, de 04.11.2013, nº 14, de 24.02.2014, nº 16, de 19.11.2014 e nº 22, de 25.11.2015 que preveem as condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário. De acordo com a legislação citada, o superávit do Plano CV I, no âmbito da Capef está integralmente alocado na Reserva de Contingência e para fins de atendimento ao disposto na Resolução nº 4.424, do CMN, que recepcionou o CPC 33 (R1), não é reconhecido pelo Banco, conforme citado no inciso II, do subitem b.1.

a.1.1) Regime Atuarial no âmbito dos Planos Administrados pela Capef

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

a.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.06.2017, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

a.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 30.06.2017, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2016, 1:1).

a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador e mantenedor de plano de saúde administrado pela Camed, denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

O plano natural está adaptado à Lei nº 9.656 de 03.06.1998, que regulamenta os planos de saúde no Brasil. A Camed encontra-se registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), órgão regulador do setor, sob o número 38.569-7.

A Camed está sujeita à constituição de garantias financeiras estabelecidas pela ANS, para atendimento aos requisitos de Patrimônio Mínimo Ajustado exigido para operação, Margem de Solvência e constituição de Provisões Técnicas no que diz respeito a garantir os pagamentos à rede de prestadores de serviços, mediante vinculação de ativos garantidores na forma estabelecida pela regulamentação.

A Camed tem como órgãos estatutários: Corpo Social, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

O Conselho Deliberativo da Camed é órgão de acompanhamento e de superior deliberação administrativa, sendo formado por representantes do Banco e do Corpo Social. A Diretoria Executiva é responsável por executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente e no Estatuto da Camed. .

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão da Camed, cabendo-lhe, essencialmente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da empresa.

a.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.06.2017, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

a.2.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade do Banco.

Em 2016, a Camed iniciou a devolução das contribuições anteriormente antecipadas pelo Banco, da seguinte forma: a) em pagamento único: R\$ 22.504; e b) o saldo restante em parcelas mensais de R\$ 432.

a.2.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Resolução nº 09, de 08.10.1996, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE), registrando em 30.06.2017, a relação contributiva de 1:1 (Em 30.06.2016, 1:1).

a.3) Seguro de Vida em Grupo

O Banco mantém como política de benefícios aos seus empregados, contrato de apólice coletiva de seguro de vida em grupo, destinada a seus empregados e ex-empregados aposentados. A apólice prevê cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por doença. Os prêmios de seguro são determinados pela aplicação de taxas por faixas etárias, contribuindo os empregados com 50% do valor desse prêmio e o Banco com os demais 50%, na forma do Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2018. Os ex-empregados aposentados são responsáveis pelo pagamento integral do valor do prêmio. A cada semestre, o Banco avalia atuarialmente o benefício, que se constitui em subsídio indireto aos assistidos.

a.3.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.06.2017, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido relativa ao seguro de vida.

a.4) Exposição ao risco

Os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida em Grupo estão expostos, principalmente, aos seguintes riscos:

Plano	Tipo de Risco	Descrição do Risco
BD/ CV I/ Natural	Risco Atuarial	O risco atuarial está relacionado à incapacidade do plano de honrar os pagamentos dos benefícios, devido à adoção de tábuas atuariais inadequadas, utilização de premissas atuarias não aderentes ou ainda descasamento entre ativos e passivos. No caso de planos de saúde refere-se à atividade de prestação de serviços por meio de rede credenciada e/ou reembolso de eventos de saúde suplementar. Está relacionado tanto a adequação das bases técnicas utilizadas na precificação como também à adequação do nível de provisionamento. Em algum momento, eventuais desequilíbrios nestas duas variáveis refletem na sinistralidade da Operadora.
BD/ CV I/ Natural	Risco de Liquidez	O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre os ativos negociados e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de dispor de recursos imediatos para pagamento dos benefícios e demais obrigações do plano.
BD/ CV I/ Natural	Risco Operacional/Legal	O risco operacional está associado a perdas resultantes da operação do plano e pode ser subdividido em quatro categorias: risco de pessoas (despreparo, negligência ou fraude); risco de processos (organização ineficiente, fluxo de informações e de processos deficiente, responsabilidades mal definidas, etc.); risco legal (decorrente de procedimentos e rotinas que desrespeitam o ordenamento jurídico); e risco de tecnologia (processamento de dados sujeitos a erros e falhas de equipamentos).
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Risco de Mercado	O risco de mercado está relacionado às variações nas taxas de juros e preços dos ativos que influenciam no desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios.
BD e CV I	Risco de Crédito	O risco de crédito surge quando as contrapartes não desejam ou não são capazes de cumprir suas obrigações contratuais. Seu efeito é medido pelo custo de reposição de fluxo de caixa em caso de inadimplência da contraparte. O rebaixamento da classificação por agências especializadas também pode gerar a elevação do risco de crédito, tendo em vista que a confiança dos investidores é impactada, podendo gerar redução no valor de mercado das organizações.
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Risco de longevidade	O valor presente do passivo dos planos é calculado com a melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Natural	Risco de despesas administrativas	Risco gerado pela possibilidade das despesas administrativas serem superiores às estimadas na avaliação, aumentando o passivo atuarial.
BD/ Natural	Risco de postergação de entrada em aposentadoria	O valor presente do passivo do plano é calculado considerando uma possibilidade de postergação da entrada em aposentadoria, caso essa postergação não se efetive valor do passivo tende a aumentar.
CV I	Risco de entrada em invalidez ou ocorrência de morte e cobertura de capitais complementares	Risco de o participante entrar em invalidez ou no caso de morte, sem a constituição de reserva suficiente para arcar com os benefícios.

a.5) Número de Participantes dos Planos de Benefícios Pós-emprego

Especificação	Ativos	Assistidos	Total
Plano BD	1.710	4.752	6.462
Plano CV I	5.120	110	5.230
Plano Natural	6.809	4.786	11.595
Seguro de Vida em Grupo	5.197	3.400	8.597

a.6) Estratégias de Confrontação de Ativos e Passivos

Os riscos atuariais associados ao Plano BD estão relacionados à variação e alterações da base cadastral e aos eventos expressos pelas tábuas atuariais. Não há expectativa de variação nos valores de salário de contribuição ou de benefício além daqueles previstos no regulamento do plano.

Em relação ao Plano CV I, o risco atuarial é reduzido, pois as obrigações relativas a contas individuais de participantes e a benefícios prestados em fase de renda certa a prazo certo apresentam proteção integral contra o surgimento de déficits atuariais, embora que as obrigações previdenciais, de menor dimensão, relativas aos benefícios prestados em fase de renda vitalícia possam eventualmente vir a desenvolver desequilíbrios atuariais. Para essas obrigações existem mecanismos de proteção contra o surgimento de déficits atuariais tais como: i) a constituição de fundos previdenciais; e ii) o reajuste de benefício calculado com base na taxa nominal de rentabilidade dos investimentos obtida, com as limitações previstas no

regulamento. Esse plano conta ainda com fundos previdenciais que têm por objetivo restabelecer o equilíbrio atuarial do plano quando ocorrer insuficiência atuarial e ainda prover a cobertura securitária dos benefícios decorrentes de invalidez ou óbito de participante. Além disso, para ambos os planos, são realizadas atualizações cadastrais periódicas, além de estudos técnicos específicos para aferir a aderência e convergência das hipóteses utilizadas nas avaliações atuariais dos planos.

A Capef conta com áreas específicas para administração dos investimentos, além de assessoria de gestão que reforça o monitoramento dos riscos de investimentos. Diariamente, os investimentos são acompanhados de modo a se verificar questões voltadas a enquadramentos, retornos dos ativos e acompanhamento da evolução da meta atuarial do plano. São realizadas reuniões mensais do Comitê de Investimento, onde são discutidos os riscos envolvidos nas operações, impactos no plano, questões de enquadramentos e análise de cenário econômico, bem como são elaborados relatórios trimestrais de risco, com simulação da rentabilidade mensal e anual, confrontação dos retornos dos ativos com a meta atuarial ao longo do tempo, liquidez do plano projetada no longo prazo, fronteira eficiente de "Markovitz" para os fundos de renda variável; acompanhamento dos ativos de títulos privados, comentários sobre os investimentos das diversas carteiras de investimentos, o VaR dos segmentos de renda fixa e renda variável. Anualmente é realizado o estudo de *Asset Liability Management* (ALM) que objetiva auxiliar os administradores do plano na escolha do portfólio mais adequado aos seus objetivos, levando em consideração as características e as particularidades dos ativos e da situação financeira do plano. O resultado desse estudo permite que sejam feitos investimentos de longo prazo, sem comprometer as obrigações, bem como o atingimento da meta atuarial.

Com relação ao plano natural, destaca-se o risco atuarial ou de subscrição, associado à atividade de prestação de serviços por meio de rede credenciada e/ou reembolso de eventos de saúde suplementar. Esse risco está relacionado tanto à adequação das bases técnicas utilizadas na precificação como também à adequação do nível de provisionamento. A avaliação dos riscos pela Camed é realizada mediante a elaboração de estudos atuariais, por meio de análise detalhada do plano.

A Camed possui instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Os critérios para aplicações financeiras consideram os limites de alocação de recursos em conformidade com a regulamentação estabelecida pela ANS e o risco de crédito associado a essas aplicações é atenuado pela restrição de suas operações a instituição financeira considerada de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações em títulos públicos e privados de renda fixa e curto prazo de vencimento. O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores de mensalidades e taxas que é mitigado pela possibilidade de cobrança em folha de pagamento e por meio de autorização de débito em conta corrente, bem como pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência. O gerenciamento de riscos acompanha as alterações nos cenários de exposição a que a Camed está sujeita.

b) Análise da Obrigação Atuarial

Na posição de 30.06.2017, os planos administrados pela Capef e Camed e o Seguro de Vida em Grupo encontram-se registrados, nas demonstrações financeiras do Banco, na seguinte situação:

b.1) Planos de Previdência Privada

- i. Plano BD: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 4.036.741 (R\$ 3.805.828 em 30.06.2016) encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 3.656.979 (R\$ 3.457.948 em 30.06.2016), resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 379.762 (R\$ 347.880 em 30.06.2016). A obrigação relativa aos participantes assistidos é de R\$ 3.251.620 (R\$ 3.115.384 em 30.06.2016) e aos participantes ativos é de R\$ 785.121 (R\$ 690.444 em 30.06.2016);
- ii. Plano CV I: para os benefícios não programados (parte BD), que possuem características de plano de benefício definido, o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 13.691 (R\$ 13.433 em 30.06.2016) é inferior ao valor justo dos ativos do plano no montante de R\$ 34.365 (R\$ 38.725 em 30.06.2016), resultando em um superávit de R\$ 20.674 (R\$ 25.292 em 30.06.2016), que não está sendo reconhecido, pois se destina à formação do fundo de solvência e do fundo mutualista do plano.

b.2) Plano de Assistência Médica: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 1.241.671 (R\$ 897.675 em 30.06.2016) encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 121.526 (R\$ 109.993 em 30.06.2016), resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 1.120.145 (R\$ 787.682 em 30.06.2016). A obrigação referente aos participantes assistidos é de R\$ 945.703 (R\$ 753.309 em 30.06.2016) e aos participantes ativos é de R\$ 295.968 (R\$ 144.366 em 30.06.2016).

b.3) Seguro de vida em grupo: o valor presente das obrigações atuariais descobertas é de R\$ 123.417 (R\$ 64.142 em 30.06.2016), inexistindo ativos para esse plano. A obrigação referente aos participantes assistidos

é de R\$ 115.365 (R\$ 39.267 em 30.06.2016) e aos participantes ativos é de R\$ 38.431 (R\$ 24.875 em 30.06.2016), desse total ainda é descontado o subsídio cruzado no valor de R\$ 30.379 (não havia saldo em 30.06.2016).

c) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Presente da Obrigação

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Início do Período	(3.870.805)	(3.287.131)	(12.024)	(9.502)
2. Custo dos Juros	(198.683)	(205.762)	(637)	(619)
3. Custo do Serviço Corrente	(4.237)	(3.837)	(94)	(264)
4. Benefícios Pagos pelo Plano	204.724	192.460	272	135
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(38.309)	(35.828)	-	-
6. Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte BD do plano	-	-	(107)	(1.475)
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	-	-	-	48
8. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais	(129.431)	(465.730)	(1.101)	(1.756)
8.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência	(14.559)	(104.525)	(911)	(1.276)
8.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	(114.872)	(361.205)	(190)	(480)
9. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Período	(4.036.741)	(3.805.828)	(13.691)	(13.433)

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Início do Período	(923.372)	(879.202)	(116.899)	(56.505)
2. Custo dos Juros	(47.701)	(56.773)	(6.099)	(3.544)
3. Custo do Serviço Corrente	(4.169)	(6.794)	(536)	(382)
4. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽¹⁾	39.898	31.620	5.639	3.098
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(9.169)	(8.700)	(1.528)	-
6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	5.644	5.061	-	-
7. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais	(302.802)	17.113	(3.994)	(6.809)
7.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência	(284.949)	188.435	(991)	755
7.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Demográficas	-	(35.678)	-	-
7.3. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	(17.853)	(135.644)	(3.003)	(7.564)
8. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Período	(1.241.671)	(897.675)	(123.417)	(64.142)

⁽¹⁾ Camed: Plano Natural - Líquidos das coparticipações pagas pelos associados.

d) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Justo dos Ativos dos Planos

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016
1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Período	3.507.687	3.051.653	29.300	31.247
2. Receita de Juros	181.391	192.588	1.658	2.125
3. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	35.522	33.358	745	694
4. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	218	231	747	694
5. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	38.309	35.828	-	-
6. Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte BD do plano	-	-	106	1.475
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	-	-	-	(48)
8. Benefícios Pagos pelo Plano	(204.724)	(192.460)	(272)	(135)
9. Retorno sobre os Ativos do Plano ⁽²⁾	98.576	336.750	2.081	2.673
10. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Período	3.656.979	3.457.948	34.365	38.725

⁽¹⁾ Capef – Plano BD: contribuições relativas a participantes ativos e assistidos;

⁽²⁾ Exceto receita de juros.

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016
1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Período	115.822	106.225	-	-
2. Receita de Juros	5.566	7.058	-	-
3. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	24.430	18.187	2.286	1.549
4. Devolução das Contribuições do Patrocinador	(2.589)	(23.726)	-	-
5. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	334	7.455	1.825	1.549
6. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	9.169	8.700	1.528	-
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(5.644)	(5.061)	-	-
8. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽²⁾	(39.898)	(31.620)	(5.639)	(3.098)
9. Retorno sobre os Ativos do Plano ⁽³⁾	14.336	22.775	-	-
10. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Período	121.526	109.993	-	-

⁽¹⁾ Camed – Plano Natural: contribuições relativas a associados e aposentados/pensionistas;

⁽²⁾ Camed – Plano Natural: líquidos das coparticipações pagas pelos associados; e

⁽³⁾ Exceto receita de juros.

e) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Efeito do Teto do Ativo

Especificação	Caped	
	Plano CV I	
	30.06.2017	30.06.2016
1. Efeito do Teto do Ativo, no Início do Período	(17.275)	(21.745)
2. Juros sobre o Efeito do Teto	(1.021)	(1.506)
3. Remensuração do Efeito do Teto do Ativo	(2.378)	(2.041)
4. Efeito do Teto do Ativo, no Fim do Período	(20.674)	(25.292)

f) Conciliação do Valor Presente da Obrigação e do Valor dos Ativos dos Planos, com os Ativos e os Passivos Reconhecidos no Balanço Patrimonial

Especificação	Caped			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Período	(4.036.741)	(3.805.828)	(13.691)	(13.433)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Período	3.656.979	3.457.948	34.365	38.725
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(379.762)	(347.880)	20.674	25.292
4. Efeito do Teto do Ativo, no Final do Período	-	-	(20.674)	(25.292)
5. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial no Final do Período (Nota 16.j)	(379.762)	(347.880)⁽¹⁾	-	-

(1) Considerando diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do plano BD:01.01 a 30.06.2016: R\$ 98.

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Período	(1.241.671)	(897.675)	(123.417)	(64.142)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Período	121.526	109.993	-	-
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(1.120.145)	(787.682)	(123.417)	(64.142)
4. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial no Final do Período (Nota 16.i)	(1.120.145)	(787.682)	(123.417)	(64.142)

g) Valores Reconhecidos no Resultado do Exercício

Especificação	Caped			
	Plano BD		Plano CV I	
	01.01 a 30.06.2017	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2017	01.01 a 30.06.2016
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(4.019)	(3.606)	653	430
1.1. Custo do Serviço	(4.237)	(3.837)	(94)	(264)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	218	231	747	694
2. Juros Líquidos	(17.292)	(13.174)	-	-
2.1. Custo dos Juros	(198.683)	(205.762)	(637)	(619)
2.2. Receita de Juros	181.391	192.588	1.658	2.125
2.3. Juros sobre o Efeito do Teto	-	-	(1.021)	(1.506)

3. Valores Reconhecidos no Resultado do Exercício (item 1 + item 2)	(21.311)	(16.780)⁽¹⁾	653⁽²⁾	430⁽²⁾
--	-----------------	-------------------------------	--------------------------	--------------------------

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos, ressarcidas ao Banco, Plano BD: 01.01 a 30.06.2016: R\$ 4.

⁽²⁾ Esse valor foi registrado na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais".

Especificação	Camed Plano Natural		Seguro de Vida	
	01.01 a 30.06.2017	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2017	01.01 a 30.06.2016
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(3.835)	661	1.289	1.167
1.1. Custo do Serviço	(4.169)	(6.794)	(536)	(382)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	334	7.455	1.825	1.549
2. Juros Líquidos	(42.135)	(49.715)	(6.099)	(3.544)
2.1. Custo dos Juros	(47.701)	(56.773)	(6.099)	(3.544)
2.2. Receita de Juros	5.566	7.058	-	-
3. Valores Reconhecidos no Resultado do Exercício (item 1 + item 2)⁽¹⁾	(45.970)	(49.054)	(4.810)	(2.377)

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos, ressarcidas ao Banco, plano Natural: 01.01.a 30.06.2017: R\$ 23; 01.01 a 30.06.2016: R\$ 20 ; e Seguro de Vida: 01.01.a 30.06.2017: R\$ 3; 01.01 a 30.06.2016: R\$ 3.

As contribuições referentes à parte CD do plano CV I foram contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	01.01 a 30.06.2017	01.01 a 30.06.2016
1. Contribuições (Parte CD) ⁽¹⁾	(25.076)	(22.123)

⁽¹⁾ Inclusive contribuições de funcionários cedidos: 01.01 a 30.06.2017 - R\$ 124; e 01.01 a 30.06.2016 - R\$ 153.

As despesas administrativas do plano BD estão contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo.

Especificação	01.01 a 30.06.2017	01.01 a 30.06.2016
1. Despesas Administrativas	(3.089)	(3.089)

h) Valores do Período Reconhecidos no Patrimônio Líquido

As perdas por ajuste de experiência, em 30.06.2017, relativas ao plano BD são decorrentes da redução do quantitativo populacional, bem como do ajuste no cálculo das pensões e aumento no valor dos benefícios médios. Já no plano CV I, os ajustes por experiência são oriundos do aumento no valor dos salários e benefícios médios. No plano Natural as perdas são justificadas pelo ajuste na metodologia de cálculo da taxa de administração e da elevação dos custos assistenciais. No Seguro de Vida em Grupo a perda foi causada pelo aumento no valor das indenizações.

As perdas atuariais decorrentes de premissas financeiras, em 30.06.2017, dizem respeito às alterações nas taxas de juros em relação a 31.12.2016, que passaram de 10,71% (31.12.2016) para 10,00% (30.06.2017), nos planos BD e Natural, de 10,73% (31.12.2016) para 10,02% (30.06.2017) no plano CV I e de 10,75% (31.12.2016) para 10,02% (30.06.2017) no Seguro de Vida em Grupo.

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	01.01 a 30.06.2017	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2017	01.01 a 30.06.2016
1. Retorno sobre os Ativos do Plano	98.576	336.750	2.081	2.673
2. Ganhos (Perdas) atuariais sobre a Obrigação	(129.431)	(465.730)	(1.101)	(1.756)
2.1. Ajustes de Experiência	(14.559)	(104.525)	(911)	(1.276)
2.2. Alterações de Premissas Financeiras	(114.872)	(361.205)	(190)	(480)
3. Efeito do teto do ativo	-	-	(2.378)	(2.041)
4. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido no final do Período (item 1 + item 2 + item 3)	(30.855)	(128.980)⁽¹⁾	(1.398)	(1.124)

⁽¹⁾ Inclusive diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do plano BD: 01.01 a 30.06.2016: R\$ 98.

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	01.01 a 30.06.2017	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2017	01.01 a 30.06.2016
1.Retorno sobre os Ativos do Plano	14.336	22.775	-	-
2.Ganhos (Perdas) atuariais sobre a Obrigação	(302.802)	17.113	(3.994)	(6.809)
2.1. Ajustes de Experiência	(284.949)	188.435	(991)	755
2.2. Alterações de Premissas Demográficas	-	(35.678)	-	-
2.3. Alterações de Premissas Financeiras	(17.853)	(135.644)	(3.003)	(7.564)
3. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido no final do Período (item 1 + item 2 + item 3)	(288.466)	39.888	(3.994) ⁽¹⁾	(6.809)

⁽¹⁾ Inclusive diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do Seguro de Vida em grupo: 01.01 a 30.06.2017: R\$ 2.

i) Conciliação de movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Período

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Início do Período	(363.118)	(235.478)	-	-
2. Contribuições do Empregador	35.522	33.358 ⁽¹⁾	745	694
3. Valores Reconhecidos no Resultado	(21.311)	(16.780)	653	430
4. Valores Reconhecidos no Patrimônio do Período	(30.855)	(128.980)	(1.398)	(1.124)
5. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Final do Período (Nota 16.j)	(379.762)	(347.880)	-	-

⁽¹⁾ Inclusive diferença de contribuições estimadas no cálculo atuarial do plano BD: 01.01 a 30.06.2016: R\$ 98.

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Início do Período	(807.550)	(772.977)	(116.899)	(56.505)
2. Contribuições do Empregador	24.430	18.187	2.286	1.549
3. Devolução de contribuições do patrocinador	(2.589)	(23.726)	-	-
4. Valores Reconhecidos no Resultado	(45.970)	(49.054)	(4.810)	(2.377)
5. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	(288.466)	39.888	(3.994)	(6.809)
6. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Final do Período (Nota 16.j)	(1.120.145)	(787.682)	(123.417)	(64.142)

j) Política de Investimento e Alocação dos Valores Justos dos Planos

As políticas de investimentos, para os planos BD e CV I, são elaboradas anualmente para um período de 5 (cinco) anos, sendo objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo da Capef e têm como principal objetivo definir procedimentos norteadores para administração dos ativos em confronto com as despesas de benefícios, buscando o equilíbrio atuarial de cada plano. A meta do plano BD a ser alcançada em seus investimentos é representada por INPC + 5,50% a.a. e do plano CV I, IPCA + 5,50% ao ano.

Para formulação da política são analisados os critérios e objetivos de investimento dos recursos do plano de custeio e benefícios, considerando: a) taxa esperada de retorno; b) preservação de capital; c) diversificação; d) tolerância a risco; e) estabilidade; f) liquidez e g) regra de reajuste de benefícios. Com base nesses critérios são definidos mecanismos de investimento e a melhor estratégia na diversificação das carteiras: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes.

Para alocação dos recursos e os limites por segmento de aplicação são consideradas as diretrizes da Resolução nº 3.792, de 24.09.2009 do Conselho Monetário Nacional e suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano. A proposta de alocação de recursos é revisada a qualquer tempo, em razão de fato relevante que venha alterar substancialmente as premissas macroeconômicas consideradas.

As deliberações sobre investimentos do plano natural são aprovadas pela Diretoria Executiva e submetidas ao Conselho Deliberativo da Camed. Para os investimentos que possuem vinculação com garantias financeiras junto ao órgão regulador, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), são observados os limites e condições estabelecidos nos normativos da ANS.

Especificação	Capef				Camed	
	Plano BD (%)		Plano CV I (%)		Plano Natural (%)	
	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016
Renda Fixa	89,69	89,05	93,66	93,74	78,57	74,63
Renda Variável	0,19	0,17	-	-	20,72	24,94
Investimentos Imobiliários	7,35	7,82	-	-	0,71	0,43
Investimentos Estruturados	0,25	0,23	1,22	1,47	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Participantes	2,02	2,71	5,12	4,79	-	-
Outros	0,02	0,02	-	-	-	-
Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos						
Em instrumentos financeiros no Banco	0,19	0,17	-	-	78,57	74,63
Em propriedades/outras ativos utilizados pelo Banco	0,96	1,04	-	-	0,71	0,43

k) Premissas utilizadas

k.1) Premissas Demográficas

As premissas demográficas utilizadas no cálculo da obrigação dos planos baseiam-se nas adotadas em avaliações atuariais, no âmbito da Capef, embasadas em estudos estatísticos, de adequação das hipóteses, elaborados por consultorias especializadas, contratadas por aquela entidade. À exceção é para a hipótese do tempo de adiamento da aposentadoria do participante ativo do plano BD, que foi estimado pelo percentil 50%, em relação ao efetivo tempo de adiamento da aposentadoria verificado para o conjunto dos atuais participantes ativos, que já se encontravam elegíveis para o benefício de aposentadoria programada na data da avaliação atuarial. Para o plano Natural são utilizadas as premissas demográficas do plano BD e para o Seguro de Vida em Grupo as do plano CV I, considerando as características populacionais.

Especificação	Plano BD (Capef) e Plano Natural (Camed)	
	30.06.2017	30.06.2016
Tábuas de Mortalidade		
Ativos/Aposentados	RP2000 – Suavizada em 15% ⁽¹⁾	RP2000 – Suavizada em 15% ⁽¹⁾
Inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas – (A10)	Álvaro Vindas – (A10)

⁽¹⁾ Tábua de mortalidade segregada por sexo, sendo 70% para o sexo masculino e 30% para o sexo feminino.

Especificação	Plano CV I (Capef)	
	30.06.2017	30.06.2016
Tábuas de Mortalidade		
Ativos/Aposentados	RP 2000 Proj. 2014 Unisex (70%M) (D20)	RP 2000 Proj. 2014 Unisex (70%M) (D20)
Inválidos	Experiência do IAPC (suavizada 50%)	Experiência do IAPC (suavizada 50%)
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas (suavizada 50%)	Álvaro Vindas (suavizada 50%)

Especificação	Seguro de Vida	
	30.06.2017	30.06.2016
Tábuas de Mortalidade		
Ativos/Aposentados	RP 2000 Proj. 2014 Unisex (70%M) (D20)	RP2000 – Suavizada em 15% ⁽¹⁾
Inválidos	Experiência do IAPC (suavizada 50%)	Winklevoss
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas (suavizada 50%)	Álvaro Vindas – (A10)

⁽¹⁾ Tábua de mortalidade segregada por sexo, sendo 70% para o sexo masculino e 30% para o sexo feminino.

k.2) Premissas Financeiras

Especificação	Capef (% a.a.)			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	10,00	11,80	10,02	11,81
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	5,63	5,97	5,65	5,98
Taxa média de inflação anual	4,14	5,50	4,14	5,50
Taxa nominal de crescimento salarial ⁽¹⁾	5,18	6,56	7,05 ⁽²⁾	5,50
Taxa nominal de aumentos dos benefícios	4,14	5,50	4,14	5,50

⁽¹⁾ Plano BD: a taxa de crescimento salarial real de 1% é aplicada até que o participante atinja a data prevista para aposentadoria (360 contribuições).

⁽²⁾ Plano CV I: a projeção de crescimento real de salário de cada participante segue as regras do plano de cargos e salários do Banco e em hipótese de progressão da verba de adicional de função em comissão (AFC).

Especificação	Camed (% a.a.)		Seguro de Vida	
	Plano Natural			
	30.06.2017	30.06.2016	30.06.2017	30.06.2016
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	10,00	11,80	10,02	11,80
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	5,63	5,97	5,65	5,97
Taxa média de inflação anual	4,14	5,50	4,14	5,50
Taxa nominal de crescimento salarial ⁽¹⁾	5,18	6,56	5,18	-
Taxa nominal de aumentos médio dos benefícios ⁽¹⁾	2,72 ⁽²⁾	7,81 ⁽³⁾	5,18	Não se aplica
Taxa de evolução dos custos médicos em decorrência do envelhecimento (<i>Aging Factor</i>)	3,05	3,11	Não se aplica	Não se aplica
Taxas de crescimento dos custos de saúde (HCCTR)	2,72 ⁽²⁾	2,19 ⁽³⁾	Não se aplica	Não se aplica

⁽¹⁾ No caso do seguro de vida, trata-se da projeção de aumento do capital segurado.

⁽²⁾ Na posição de 30.06.2017, para o plano Natural, foi calculada taxa de inflação médica considerando a experiência do plano nos últimos 8 (oito) anos. A taxa encontrada foi de 2,72%, acima do "aging factor" e da inflação geral de preços de 4,14% a.a., e decresce gradualmente em 7 (sete) anos, a partir de 2017, permanecendo a partir do 8º (oitavo) ano em 1% a.a.

⁽³⁾ Na posição de 30.06.2016, para o plano Natural, foi calculada taxa de inflação médica considerando a experiência do plano nos últimos 7 (sete) anos. A taxa encontrada foi de 2,19%, acima do "aging factor" e da inflação geral de preços de 5,50% a.a., e decresce gradualmente em 8 (oito) anos, a partir de 2017, permanecendo a partir do 9º (nono) ano em 1% a.a.

k.3) A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do "floating" inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

k.4) É utilizado como método de avaliação atuarial o Método de Crédito Unitário Projetado a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, o custo do serviço passado.

k.5) A taxa de desconto equivale à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da *duration* dos planos, conforme metodologia prevista no item 83 do Pronunciamento CPC 33 (R1), recepcionado pela Resolução 4.424, do CMN. Na posição de 30.06.2017, foram apuradas as seguintes *durations*: para os planos Capef BD e Camed Natural: 12,69 anos (12,17 anos em 30.06.2016), para o plano Capef CV I: 20,25 anos (22,75 anos em 30.06.2016) e para o Seguro de Vida: 18,33 anos (11,04 anos em 30.06.2016).

I) Análise de sensibilidade das principais hipóteses

A análise de sensibilidade considera o acréscimo ou decréscimo de 1 (um) ano na idade do participante ou assistido, do aumento ou da redução de 0,25% na taxa de juros, para os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida, bem como da taxa de crescimento dos custos de saúde para o plano Natural. O cálculo foi efetuado com base no método da unidade de crédito projetada, estimando-se o valor presente da obrigação na posição de 30.06.2017.

Capef - Plano BD	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	30.06.2017	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(4.036.741)	(3.934.476)	(4.137.212)	(3.952.704)	(4.124.117)
Valor Justo dos Ativos	3.656.979	3.656.979	3.656.979	3.656.979	3.656.979
Superávit (Déficit) Técnico	(379.762)	(277.497)	(480.233)	(295.725)	(467.138)
Variações:					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(2,5)	2,5	(2,1)	2,2
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(26,9)	26,5	(22,1)	23,0

Capef - Plano CV I	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	30.06.2017	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(13.691)	(13.720)	(13.664)	(13.318)	(14.086)
Valor Justo dos Ativos	34.365	34.365	34.365	34.365	34.365
Superávit (Déficit) Técnico ⁽¹⁾	20.674	20.645	20.701	21.047	20.279
Variações:					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		0,2	(0,2)	(2,7)	2,9
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(0,1)	0,1	1,8	(1,9)

⁽¹⁾ Valor não reconhecido tendo em vista efeito do teto do ativo

Camed - Plano Natural	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		HCCTR		Taxa de Juros	
	30.06.2017	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(1.241.671)	(1.175.862)	(1.307.479)	(1.281.280)	(1.201.061)	(1.202.185)	(1.281.156)
Valor Justo dos Ativos	121.526	121.526	121.526	121.526	121.526	121.526	121.526
Superávit (Déficit) Técnico	(1.120.145)	(1.054.336)	(1.185.953)	(1.159.754)	(1.080.535)	(1.080.659)	(1.159.630)
Variações:							
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(5,3)	5,3	3,2	(3,2)	(3,2)	3,2
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(5,9)	5,9	3,5	(3,5)	(3,5)	3,5

Seguro de Vida	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	30.06.2017	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(123.417)	(133.284)	(113.780)	(117.987)	(129.200)
Superávit (Déficit) Técnico	(123.417)	(133.284)	(113.780)	(117.987)	(129.200)
Variações:					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(8,0)	(7,8)	(4,4)	4,7
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(8,0)	(7,8)	(4,4)	4,7

m) Impactos nos Fluxos de Caixas Futuros

m.1) Contribuições Esperadas para o 2º semestre de 2017

Especificação	Capef		Camed	Seguro de Vida
	Plano BD ⁽¹⁾	Plano CV I ⁽²⁾	Plano Natural	
1. Contribuições do Empregador	44.569	837	24.765	1.921
2. Contribuições de Empregados	202	826	-	1.460
3. Contribuições de Assistidos	44.367	-	9.719 ⁽³⁾	1.690

⁽¹⁾ Exceto contribuições destinadas ao custeio administrativo: 01.01 a 30.06.2017: Empregador: R\$ 3.876 e Empregados/Assistidos R\$ 3.876;

⁽²⁾ Exceto contribuições destinadas a parte CD do plano: 01.01 a 30.06.2016: Empregador: R\$ 28.165 e Empregados: R\$ 28.182;

⁽³⁾ Exceto coparticipações.

m.2) Pagamentos de Benefícios Esperados

Especificação	Capef ⁽¹⁾		Camed ⁽¹⁾⁽²⁾	Seguro de Vida ⁽¹⁾
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
Até 1 ano	353.678	1.520	74.255	10.241
De 1 ano a 2 anos	351.769	1.356	74.737	12.684
De 2 anos a 3 anos	349.773	1.228	74.444	13.822
De 3 anos a 4 anos	345.294	1.104	74.943	14.953
Acima de 4 anos	5.899.895	27.463	1.396.689	1.046.917
Total	7.300.409	32.671	1.695.068	1.098.617

⁽¹⁾ Os valores de benefícios esperados foram calculados sem descontar a valor presente.

⁽²⁾ Líquidos de coparticipação de assistidos.

n) Estimativa de Despesas para o 2º Semestre de 2017

Especificação	Capef		Camed	Seguro de Vida
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(4.036)	732	(4.169)	924
2. Juros Líquidos	(17.292)	-	(42.135)	(6.099)
3. Total da (Despesa)/Receita a Reconhecer	(21.328)	732	(46.304)	(5.175)

NOTA 26 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

- a) O patrimônio do FNE, no montante de R\$ 71.118.490 (R\$ 63.470.927 em 30.06.2016), está registrado em contas de compensação do Banco “Patrimônio de Fundos Públicos Administrados”.
- b) As disponibilidades e os recursos comprometidos com operações de crédito, que representam as disponibilidades do FNE, no valor total de R\$ 20.849.478 (R\$14.207.550 em 30.06.2016), registrados no título “Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento” são remunerados pela taxa extramercado. No semestre, a despesa com remuneração dessas disponibilidades foi de R\$ 975.415 (R\$ 788.367 em 30.06.2016).
- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- c.1) nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
 - c.2) para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e as operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e
 - c.3) o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 616, de 26.05.2003. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em “Provisão para Garantias Financeiras Prestadas” do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 30.06.2017	Provisão em 30.06.2016
AA	10.384.164	-	-
A	12.575.317	31.568	29.499
B	7.265.523	36.759	49.236
C	2.113.232	31.663	36.275
D	1.517.822	75.849	44.482
E	617.767	92.168	82.772
F	718.838	180.002	111.320
G	703.087	246.100	252.800
H	5.070.276	2.576.552 ⁽¹⁾	2.355.904
Total	40.966.026	3.270.661	2.962.289

⁽¹⁾ Em 30.06.2017, inclui R\$ 39.788 referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito com indícios de irregularidades. (R\$ 19.965, em 30.06.2016, registrada em Outros Passivos Contingentes – Nota 22.f.2.iv)

d) para as operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 639.788 (R\$ 621.245 em 30.06.2016).

e) a taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do FNE, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. No período, a taxa de administração foi de R\$ 751.099 (R\$ 694.058 em 30.06.2016).

NOTA 27 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

O FAT é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade	30.06.2017	30.06.2016
Proger-Urbano Investimento	017/2006	1.681	4.103
FAT - Infraestrutura	018/2006	161.144	185.647
Protrabalho Investimento	004/2007	169.463	193.417
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)	001/2010	89.550	128.142
Total		421.838	511.309

As obrigações contraídas junto ao FAT, registradas em “Depósitos Especiais com Remuneração”, da ordem de R\$ 219.207(R\$ 292.516 em 30.06.2016) têm custo de captação com base na taxa Selic enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa Selic, totalizam R\$ 30.470 (R\$ 31.100 em 30.06.2016).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT (Tade), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos; e
- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			30.06.2017		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	5.511	225	1.225	11.486	12.711
FAT – Infraestrutura ⁽⁴⁾	18/2006	RA	48.340	2.675	19.606	41.961	61.567
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	15.725	117	6.575	52.552	59.127
PNMPO	01/2010	RA	23.256	582	3.064	82.738	85.802
Total (Nota 13.b e Nota 29.a.1)			92.832	3.599	30.470	188.737	219.207

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			30.06.2016		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	9.833	387	2.302	14.799	17.101
FAT – Infraestrutura ⁽⁴⁾	18/2006	RA	51.608	3.269	23.826	79.206	103.032
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	18.562	43	520	69.700	70.220
PNMPO	01/2010	RA	27.788	788	4.452	97.711	102.163
Total (Nota 13.b e Nota 29.a.1)			107.791	4.487	31.100	261.416	292.516

⁽¹⁾ RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo);

⁽²⁾ Recursos remunerados pela Taxa Selic;

⁽³⁾ Recursos remunerados pela TJLP; e

⁽⁴⁾ Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 28– Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores e de mecanismos de mitigação de riscos.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez. O Comitê de Gestão de Riscos aprecia e encaminha, para deliberação da Diretoria Executiva, as propostas de criação e ajustes nas estratégias, políticas, modelos e procedimentos para gestão de riscos, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco a coordenação da sua implementação e desempenho no Banco, por meio de unidade específica que gerencia, em nível corporativo, os riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

Maiores informações relativas ao gerenciamento de riscos, focadas em questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme prescreve a Circular nº 3.678, de 31.10.2013, do Bacen, podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br link "Sobre o Banco".

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria Executiva é responsável pela definição da estrutura de gerenciamento de capital do Banco, incluindo o Plano de Capital para o período de 2017 a 2019, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 30.11.2016. É da responsabilidade da Diretoria de Controle e Riscos, o gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo CMN, em sua Resolução nº 3.988, de 30.06.2011. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser consultadas no portal www.bnb.gov.br link "Sobre o Banco".

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Especificação	Exposição	
	30.06.2017	30.06.2016
Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas	32.198.462	33.500.488
Público	1.377.784	1.473.877
Privado	30.820.678	32.026.611
Comércio	3.910.336	3.953.334
Comércio Exterior	408.382	410.586
Habitação	242	170
Indústria	8.738.028	9.433.189
Infraestrutura	3.114.938	2.790.895
Microfinança Urbana	2.717.271	2.905.473
Pessoas Físicas	124.687	132.011
Rural	7.125.896	7.249.729
Outros Serviços	4.680.898	5.151.224
Operações de Mercado	36.837.204	28.612.446
Títulos Públicos Federais	33.828.546	25.649.365
Operações Compromissadas	12.062.125	10.740.851
Outras	21.766.421	14.908.514
Depósitos Interfinanceiros	156.636	-
Outros Títulos e Valores Mobiliários	1.751.222	1.979.988
Outras Operações	1.100.800	983.093
Demais Ativos	5.126.928	3.784.793
Total	74.162.594	65.897.727

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, controlar e mitigar o risco, de forma a assegurar a exposição ao risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, relatórios

gerenciais, sistema de classificação de risco e de apuração de despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral, pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza, finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 4.733.017 (R\$ 4.759.903 em 30.06.2016). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 6.025.135 (R\$ 4.447.960 em 30.06.2016).

c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu volume ser maior que o normalmente transacionado pelo mercado ou em razão de alguma descontinuidade deste.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções para estimar as variações de caixa e gerenciar sua capacidade de honrar os compromissos futuros, comunicando a situação de liquidez da empresa à administração por meio de relatórios diários.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez contempla, dentre outros elementos, o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo desse índice são compostas por reservas bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

Especificação		30.06.2017 (%)	30.06.2016 (%)
Índice de Liquidez	Na data-base	718,29	531,96
	Média dos últimos 12 meses	568,50	393,81
	Máximo dos últimos 12 meses	726,50	531,99
	Mínimo dos últimos 12 meses	444,62	249,52

d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos, resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- a) *Value at Risk (VaR)* de operações ativas e passivas das carteiras de negociação e bancária, por fator de risco;
- b) Mapa de exigência de capital, para cobertura dos riscos de mercado e liquidez;
- c) relatório de exposição cambial;
- d) análise de sensibilidade;
- e) testes de estresse;
- f) testes de aderência (*back testing*); e
- g) relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos

relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> Carteira de Negociação: 1% do valor do Patrimônio de Referência Carteira Bancária: 5% do valor do Patrimônio de Referência 	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.

Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de Negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	9.186.398	9.171.818	(14.580)	9.157.584	(28.814)
Carteira Bancária						
Cupom de Dólar	Redução do cupom	(142.121)	(144.609)	(2.488)	(147.308)	(5.187)
Cupom de Euro	Aumento do cupom	(2.924)	(2.925)	(1)	(2.926)	(2)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	923.791	886.218	(37.573)	851.602	(72.189)
Cupom de IPCA	Redução do cupom	1.573.265	1.302.809	(270.456)	1.103.506	(469.759)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	183.281	182.542	(739)	181.822	(1.459)
Cupom de TR	Aumento do cupom	(1.992.062)	(2.016.859)	(24.797)	(2.034.957)	(42.895)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	3.224.002	3.155.080	(68.922)	3.100.940	(123.062)

Para efeito dos cálculos acima, no cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na B3 S.A. Para a construção dos cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco mercado considerados, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do cenário 1 e os saldos dos cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)	Cenário 3 (Variação de 50%)
<i>Derivativos para Hedge</i>	Aumento da taxa referencial B3 S.A DI x Dólar	Swap Dólar x DI	1.031.705	1.042.799	1.054.141
		Passivo em ME	(1.045.442)	(1.056.625)	(1.068.057)
		Exposição Líquida	(13.737)	(13.826)	(13.916)

Foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes de um possível aumento estressado do cupom cambial nas operações em moeda estrangeira.

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *hedge* cambial e respectivos títulos consistiu em apurar os saldos das operações passivas indexadas ao dólar e das operações de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (B3 S.A). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 2 – neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 3 – neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

e) Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas, decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas, e sistemas, ou resultantes de eventos externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial mitigar a possibilidade e o impacto das perdas operacionais.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa dar suporte ao cumprimento da política corporativa, em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária.

O gerenciamento do risco operacional corporativo no Banco atua em uma visão de processos e é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações de riscos nos processos de suporte e de negócios da Instituição, tendo como referência maior as Resoluções do Banco Central. Sob o enfoque qualitativo, são utilizadas metodologias de avaliação de riscos em processos, acompanhamento de ações de mitigação e relatórios gerenciais. Outra metodologia utilizada é a de autoavaliação de riscos e de controles em processos – *Risk and Control Self Assessment (RCSA)* –, que permite simular os riscos inerentes a atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto. Além disso, permite a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter visão ampliada dos riscos em processos e aprimoramento do seu gerenciamento.

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R\$ 103.992 (R\$ 35.939 em 30.06.2016 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	30.06.2017	30.06.2016	Especificação	30.06.2017	30.06.2016
Disponibilidades	36.905	89.055	Depósitos	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	62.125	-	Relações Interdependências	21.271	5.561
Operações de Crédito	679.338	786.642	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	72.661	79.443
Outros Créditos	420.126	608.852	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	1.725.674	1.788.181
			Outras Obrigações	502.205	614.096
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	1.198.494	1.484.549	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	2.321.811	2.487.281
Operações de Swap	1.019.325	966.793			
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	2.217.819	2.451.342	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	2.321.811	2.487.281

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos, (5% do Patrimônio de Referência).

g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Em 30.06.2017, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do RBAN) de 14,28% (11,81% em 30.06.2016) e os índices de Nível I e de Capital Principal ficaram, ambos, em 9,97% (7,58% em 30.06.2016). O PR apurado foi de R\$ 5.958.135 (R\$ 4.648.057 em 30.06.2016), o Nível I e o Capital Principal apresentaram o mesmo valor de R\$ 3.861.357 (R\$ 2.802.307 em 30.06.2016), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 38.731.141 (R\$ 36.973.189 em 30.06.2016).

i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	30.06.2017	30.06.2016
Patrimônio de Referência (PR)	5.958.135	4.648.057
. Nível I	3.861.357	2.802.307
. Capital Principal	3.861.357	2.802.307
. Nível II	2.096.778	1.845.750
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	38.731.141	36.973.189
. Parcela RWACPAD	30.167.509	30.029.367
. Parcela RWACAM	444.809	36.942

. Parcela RWAJUR	101.103	55.544
. Parcela RWACOM	5.621	9.650
. Parcela RWAOPAD	8.012.099	6.841.686
Valor do RBAN	2.995.685	2.396.024
Margem sobre o PR Requerido (PR – [RWA * 9,25%])¹	2.375.505	996.955
Margem sobre o PR Requerido Considerando o RBAN {PR – ([RWA + RBAN] * 9,25%)}⁽¹⁾	2.098.404	760.347
Margem sobre o PR Nível I Requerido (PR Nível I - RWA * 6%)	1.537.489	583.916
Margem sobre o Capital Principal Requerido (Capital Principal - RWA * 4,5%)	2.118.456	1.138.513
Adicional de Capital Requerido-ACP (RWA * 1,25%)⁽²⁾	484.139	231.083
Margem sobre o Adicional de Capital Requerido (menor entre as margens - ACP Requerido)	1.053.350	352.833
Índices de Basileia:		
. Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	9,97%	7,58%
. Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	9,97%	7,58%
. Índice de Basileia (Requerimento mínimo de 9,25%) ⁽¹⁾	15,38%	12,57%
. Índice de Basileia incluindo RBAN	14,28%	11,81%

⁽¹⁾ em dezembro/2016 era 9,875%.

⁽²⁾ em dezembro/2016 era 0,625%.

Onde:

- . RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.
- . RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.
- . RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.
- . RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.
- . RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.
- . RBAN: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação

ii. Detalhamento do PR – (Basileia III)

Especificação	30.06.2017	30.06.2016
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	5.958.135	4.648.057
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I	3.861.357	2.802.307
Capital Principal	3.861.357	2.802.307
Capital Social	2.844.000	2.844.000
Reservas de Lucros	1.379.691	771.046
Reservas de Capital e de Reavaliação	12.829	15.556
Ganhos ou Perdas Não Realizadas – Avaliação Patrimonial e TVM	(947.998)	(595.407)
Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal	1.000.000	-
Ajustes Prudenciais	(427.165)	(232.888)
Ajuste Prudencial – Ativos Intangíveis	(9.525)	(5.436)
Ajuste Prudencial – Ativos Diferidos	-	(3)
Ajuste Prudencial – Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	(401.451)	(165.668)
Ajuste Prudencial – Diferença a Menor – Ajustes da Res. CMN nº 4.277	(16.189)	(61.781)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II	2.096.778	1.845.750
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	2.118.431	1.898.225
Investimento em Outras Entidades, deduzido do Nível II	(21.653)	(52.475)

Os contratos de Dívida Subordinada firmados junto ao FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, do CMN, de acordo com o § 2º do seu artigo 23, serão elegíveis até sua amortização.

Em 21.12.2016, o Bacen autorizou a inclusão no Patrimônio de Referência (PR) de Nível I, do Banco, na condição de Capital Principal, o contrato de novação e confissão de dívida firmado junto à União Federal, denominado Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal, que substituiu o contrato de Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, que estava registrado no Nível II do PR até 31.12.2015.

iii. Razão de Alavancagem (RA)

A Razão de Alavancagem, conforme metodologia aprovada pela Circular Bacen nº 3.748, de 27.02.2015, corresponde ao resultado da divisão do PR de Nível I, pela Exposição Total. A Razão de Alavancagem do Banco está demonstrada no quadro abaixo:

Especificação	30.06.2017	30.06.2016
PR Nível I	3.861.357	2.802.307
Exposição Total	72.295.672	63.966.791
Razão de Alavancagem (%)	5,34	4,38

iv. Índice de Imobilização

O índice de imobilização do Banco, calculado na forma das disposições da Resolução CMN nº 2.669, de 25.11.1999, encontra-se demonstrado a seguir:

Especificação	30.06.2017	30.06.2016
Patrimônio de Referência	5.958.135	4.648.056
Limite para Imobilização (50% do PR ajustado)	2.979.067	2.324.028
Situação	195.361	224.891
Margem	2.783.707	2.099.137
Índice de imobilização	3,28%	4,84%

NOTA 29 – Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.06.2017	30.06.2016
Ativos		
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	560.692	524.769
Total	560.692	524.769

Especificação	30.06.2017	30.06.2016
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.b e Nota 27)	219.207	292.516
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.c)	1.607.310	1.718.683
Tesouro Nacional	447	444
BNDES	1.503.240	1.588.722
Finame	103.623	129.517
Outras Obrigações	24.826.382	17.997.188
FNE (Nota 16.f)	20.858.342	14.216.345
FDNE	744.334	773.192
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	105.275	109.426
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 16.g e Nota 17)	1.000.000	1.000.000
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.h e Nota 18)	2.118.431	1.898.225
Total	26.652.899	19.125.769

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários do Banco, Capec e Camed, apresentam a seguinte composição:

Especificação	30.06.2017	30.06.2016
Passivos		
Benefícios Pós-Emprego – Capec Plano BD (Notas 16.i e 25.b)	379.762	347.880
Benefícios Pós-Emprego – Camed Plano Natural (Notas 16.i e 25.b)	1.120.145	787.682
Benefícios Pós-Emprego – Seguro de Vida (Notas 16.i e 25.b)	123.417	64.142
Total	1.623.324	1.199.704

a.3) As principais receitas e despesas com partes relacionadas estão relacionadas abaixo:

Especificação	30.06.2017	30.06.2016
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal	32.373	55.360
Depósitos a Prazo - FAT	(37.337)	(44.890)
Tesouro Nacional	-	(17)
BNDES	(55.374)	(79.051)
Finame	(1.498)	(2.945)
FMM	(5.287)	(2.055)
FNE	(44.038)	78.813
FDNE	14.469	14.152
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	-	(72.515)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(45.234)	(20.213)
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	(79.946)	(77.182)
Benefícios Pós-Emprego – Capec Plano BD	(24.400)	(19.865)
Benefícios Pós-Emprego – CVI	(24.299)	(21.540)
Benefícios Pós-Emprego – Camed Plano Natural	(45.947)	(49.034)
Benefícios Pós-Emprego – Seguro de Vida	(4.807)	(2.374)

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	01.01 a 30.06.2017	01.01 a 30.06.2016
Honorários	1.927	1.865
Diretoria	1.655	1.588
Conselho de Administração	152	148
Conselho Fiscal	120	129
Outros	1.101	904
Remuneração Variável Anual (RVA) - exclusiva para diretores (*)	739	770
Total dos Benefícios de Curto Prazo	3.767	3.539
Benefícios Pós-Emprego	105	103
Total	3.872	3.642

(*) 50% da RVA correspondem a instrumento baseado em ações, tendo como parâmetro para a provisão e para o pagamento em dinheiro o preço de cotação das ações do Banco na Bovespa. Os valores constantes do quadro acima correspondem à provisão dos pagamentos a ocorrerem no exercício, bem como às parcelas diferidas a serem liquidadas nos três anos seguintes, em conformidade com a Resolução CMN nº3.921, de 25.11.2010.

O Banco oferta aos diretores, como benefícios pós-emprego, Plano de Previdência e de Assistência Médica, nas mesmas condições oferecidas aos empregados.

O Banco não realiza operações de crédito com seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Bacen.

NOTA 30 – Demonstração do Resultado Abrangente

Especificação	01.01 a 30.06.2017	01.01 a 30.06.2016
Lucro Líquido	298.041	225.564
Outros Resultados Abrangentes	(292.390)	21.522
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	49.604	196.250
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(18.946)	(78.866)
Realização da Reserva de Reavaliação	2.955	1.936
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(1.293)	(871)
Ganhos ou Perdas Atuariais	(324.710)	(96.927)
Resultado Abrangente	5.651	247.086

Nota 31 – Evento Subsequente

Em 03.07.17, o Conselho de Administração do Banco aprovou um Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) destinado a funcionários que se encontram aposentados ou em condições de requerer a aposentadoria de acordo com as normas da Previdência Social (INSS). Foi estabelecido o período de 24.07 a 04.08.2017 para adesão ao PID pelos funcionários que atendam às condições estabelecidas no regulamento do Programa. A despesa será reconhecida contabilmente ao final do período de adesão, limitada a R\$ 54.400, que corresponde ao valor do orçamento do PID.

NOTA 32 - Outras Informações**a) Declaração de Conformidade**

Confirmamos que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão do Banco.

b) Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, por meio de reunião realizada em 8 de agosto de 2017.

Fortaleza (Ce), 8 de agosto de 2017

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Contingências

Conforme mencionado na nota explicativa 22, o Banco é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. Consideramos um assunto relevante de auditoria devido ao fato de que a expectativa de perda e os montantes atribuídos envolverem julgamentos da Administração e de seus assessores jurídicos, sobre temas muitas vezes complexos.

Abordagem de auditoria:

Dentre outros procedimentos, obtivemos confirmações, quanto aos processos em andamento, diretamente dos assessores jurídicos do Banco e confrontamos as estimativas de perda e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis do Banco. Para os processos mais relevantes, testamos o cálculo dos valores registrados e divulgados e analisamos a razoabilidade das estimativas em relação a jurisprudência e teses jurídicas conhecidas. Analisamos, também, as comunicações recebidas dos reguladores relacionadas a processos, autuações das quais o Banco é parte, e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas.

2. Planos de benefício pós-emprego

O Banco possui passivos relevantes relacionados a planos de benefícios pós-emprego que, conforme mencionado na nota explicativa 25, compreendem benefícios de aposentadoria, saúde e seguro de vida. Consideramos um assunto relevante de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: mortalidade geral; entrada em invalidez; custos médicos; crescimento salarial; composição familiar; taxa de desconto e inflação.

Abordagem de auditoria:

Dentre outros procedimentos, analisamos, com o suporte de nossos especialistas, a metodologia e as principais premissas utilizadas pela Administração na avaliação das obrigações atuariais decorrentes dos planos de benefício pós-emprego, verificando a acurácia matemática do cálculo e analisando a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria, testes das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós-emprego.

3. Créditos tributários

O Banco possui ativo fiscal diferido, constituído sobre diferenças temporárias na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes principalmente de despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD (perdas de crédito), despesas de outras provisões contingenciais, ajustes a valor de mercado das operações de TVM, SWAP e EUROBÔNUS.

Consideramos um assunto relevante de auditoria devido ao expressivo montante registrado, e pelo fato do estudo de realização desses ativos envolver um alto grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco, conforme descrito na nota explicativa 21.

Abordagem de auditoria:

Dentre outros procedimentos, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela administração no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a acuracidade matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como as avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Também analisamos a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

4. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Conforme mencionado na nota explicativa 7, o cálculo do valor justo dos títulos de renda fixa de risco privado considerados de baixa liquidez, classificados como disponíveis para venda, a exemplo das Letras Financeiras e das Debêntures atualmente em carteira, é realizado com base em modelo de precificação próprio do Banco, que considera o spread de risco de crédito do emissor, determinado de acordo com as políticas do Banco e dos fluxos de caixa estimados. Consideramos a determinação do valor justo dos ativos financeiros não cotados em mercado, como um dos principais assuntos de auditoria, em função da relevância dos valores e da subjetividade inerente nas avaliações baseadas em modelos próprios.

Abordagem de auditoria:

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação da metodologia de precificação do Banco, a adequação das principais premissas utilizadas e a acuracidade matemática na aplicação dos modelos. Revisamos, também, a avaliação econômica e financeira feita pelo Banco no momento de classificação do risco dos emissores, os fluxos de caixa esperados, as taxas de desconto utilizadas na precificação dos títulos e a suficiência das divulgações nas notas explicativas.

5. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Conforme mencionado na nota explicativa 9, o Banco classifica o nível de risco das operações de crédito, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, as garantias atreladas, os atrasos e o histórico de renegociações, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682. Consideramos um assunto relevante de auditoria devido à relevância dos montantes, e pelo fato da classificação de nível de risco dos clientes e da avaliação das garantias envolverem julgamento por parte da Administração.

Abordagem de auditoria:

Efetuamos, entre outros testes, análise da avaliação econômica e financeira realizada pelo Banco no momento de classificação de nível de risco dos clientes, por meio de uma

amostra selecionada para teste e recalculamos a provisão para crédito de liquidação duvidosa com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682. Analisamos também a suficiência das divulgações em notas explicativas.

6. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria.

Abordagem de auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI ("ITGC") implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGC incluiu procedimentos de auditoria para avaliar os controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos lógicos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pelo Banco.

Nos processos considerados significativos para as demonstrações financeiras, identificamos os principais controles automatizados ou que dependem de TI, para, em bases amostrais, efetuarmos testes com foco no desenho e na efetividade operacional de tais controles.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período findo em 30 de junho de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins de práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras, e incluem a Administração, o Comitê de Auditoria e o Conselho Fiscal do Banco.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos

todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 08 de agosto de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen
Contador CRC- 1SP184050/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2017, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do semestre e no Relatório dos Auditores Independentes – ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S., sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A..

Fortaleza (CE), 8 de agosto de 2017

O Conselho Fiscal

II. RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1 - Introdução

O Comitê de Auditoria é um órgão colegiado estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração instituído na forma da Resolução CMN 3198/2004 do Conselho Monetário Nacional. O Regimento Interno e o endereço eletrônico do Comitê de Auditoria do BNB estão disponíveis na internet em www.bnb.gov.br, na área “Sobre o Banco – Relação com os Acionistas”.

Compete ao Comitê de Auditoria avaliar a qualidade e integridade das Demonstrações Financeiras, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores externos e da Auditoria interna e a qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e gestão de riscos

Os administradores do Banco do Nordeste do Brasil são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das Demonstrações Financeiras, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivos e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

Em conformidade com as normas aplicáveis, compete à Auditoria Externa avaliar a qualidade e a adequação do sistema de controles internos e emitir opinião, sustentada em procedimentos e padrões estabelecidos em normas que regem o exercício da profissão, sobre as Demonstrações Financeiras.

Compete à Auditoria Interna monitorar, avaliar e aferir, de forma independente, a qualidade do sistema de controles internos e da gestão de riscos do Banco, assim como certificar o atendimento aos requerimentos legais aplicáveis.

2 – Atividades

Em cumprimento às suas atribuições e no âmbito das suas competências o Comitê realizou reuniões regulares com a Diretoria Executiva e principais executivos e gestores das principais áreas de negócio do Banco, Controles Internos, Gestão de Riscos, Contabilidade, Segurança, Governança, Crédito, Finanças, Ouvidoria, Tecnologia da Informação, ocasiões em que foram abordados os principais assuntos relacionados a cada área, tendo sido quando aplicável feitas recomendações de aprimoramentos. O Comitê participou, quando convidado, das reuniões do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Foram também realizadas reuniões periódicas com as Auditorias Interna e Externa, onde foram apreciados os seus respectivos planejamentos e resultados dos principais trabalhos realizados.

Com base nas atividades desenvolvidas no âmbito das suas competências, o Comitê de Auditoria concluiu que:

- a) O sistema de controles internos do Banco do Nordeste do Brasil mantém-se, de forma geral, capaz de identificar fatores adversos, permitindo a implementação de ações mitigadoras e de aprimoramento permanente. As fragilidades identificadas nos processos e as falhas nas operações não têm impactado de forma significativa a saúde financeira do Banco. Diversas medidas aprovadas e implementadas já tiveram efeito no período, enquanto que outras ainda demandarão tempo adicional e monitoramento permanente para atingir os resultados propostos.

Paralelamente, o Banco vem trabalhando na implementação de melhorias nos controles e na gestão de risco em cumprimento ao que estabelece, dentre outras, a lei 13.303/2016, regulamentada pelo decreto 8.945/2016 e Resolução 4557/2017, do Conselho Monetário Nacional, que trata das estruturas de gerenciamento de risco e de capital;

- b) Auditoria Interna desempenha suas funções com independência, objetividade, qualidade e efetividade. Embora o desempenho venha mostrando melhorias, medidas adicionais requeridas vêm sendo implementadas principalmente, entre outras, relacionadas à otimização e padronização de processos, metodologias e sistemas que certamente contribuirão para o aprimoramento da qualidade dos trabalhos e fortalecimento dos controles internos;
- c) Não foram identificados fatos relevantes que pudessem comprometer a efetividade da atuação, objetividade e independência da Ernst & Young Auditores Independentes S/S;
- d) A elaboração das Demonstrações Financeiras ocorreu em conformidade com a legislação societária aplicável e com as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

Fortaleza (CE), 8 de agosto de 2017.

O Comitê de Auditoria



Demonstrações Financeiras

B A N C O

Em R\$ MIL

POSIÇÃO: 30.06.2017

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

(Lei nº 7.827, de 27.09.1989)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Semestres findos em 30 de Junho de 2017 e de 2016

(Valores em R\$ Mil)

ATIVO				PASSIVO			
		30.06.2017	30.06.2016			30.06.2017	30.06.2016
CIRCULANTE		32.411.927	24.926.176	CIRCULANTE		29	40
DISPONIBILIDADES	(Nota 4.b.1)	14.451.298	8.749.833	Obrigações Diversas.....		29	40
RECURSOS COMPROMETIDOS COM OPERAÇÕES DE CREDITO.....		6.398.180	5.457.717	Provisões para Pagamentos a Efetuar.....		29	40
VALORES A RECEBER-CEF-EQUALIZ. BONUS ADIMPL-PROFROTA.....		316	237				
CREDITOS VINCULADOS		313	2.129	PATRIMONIO LIQUIDO	(Nota 4.c)	71.118.490	63.470.927
Crédito Rural - Proagro a Receber.....		313	2.129	TRANSFERENCIAS DA UNIAO:			
DEVEDORES POR REPASSES.....		52.799	55.591	No Semestre.....		3.755.497	3.470.289
Devedores por Repasses-Outras Instituições		52.799	55.591	Em Exercícios Anteriores.....		68.524.309	61.208.063
OPERAÇÕES DE CREDITO	(Nota 4.b.2 e Nota 6)	11.500.153	10.651.619	RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES.....		(1.095.846)	(1.315.352)
Financiamentos.....		5.042.925	4.440.799	RESULTADO DO SEMESTRE.....		(65.470)	107.927
Financiamentos a Exportação.....		128.596	106.503				
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento.....		363.153	480.630				
Financiamentos Agroindustriais.....		226.694	244.051				
Financiamentos Rurais.....		6.427.331	6.077.282				
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa).....		(688.546)	(697.646)				
OUTROS CREDITOS	(Nota 4.b.8)	8.864	8.795				
Direitos s/Bens Recebidos em Operações de Crédito.....		8.864	8.795				
OUTROS VALORES E BENS	(Nota 4.b.9)	4	255				
Títulos de Cobertura do Proagro.....		4	4				
Títulos da Dívida Agrária.....		-	251				
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		38.706.592	38.544.791				
CREDITOS VINCULADOS		686	1.725				
Crédito Rural - Proagro a Receber.....		686	1.725				
DEVEDORES POR REPASSES.....		2.263.922	2.044.836				
Devedores Por Repasses-Bco. Nord.-Lei 7.827-Art. 9-A	(Nota 8)	2.118.430	1.898.225				
Devedores por Repasses-Outras Instituições.....		145.492	146.611				
OPERAÇÕES DE CREDITO	(Nota 4.b.2 e Nota 6)	36.441.218	36.497.477				
Financiamentos.....		18.930.840	18.707.533				
Financiamentos a Exportação.....		698	-				
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento.....		3.593.103	3.840.624				
Financiamentos Agroindustriais.....		782.517	686.361				
Financiamentos Rurais.....		13.134.060	13.262.959				
OUTROS VALORES E BENS	(Nota 4.b.9)	766	753				
Títulos da Dívida Agrária.....		897	998				
(Provisão para Desvalorização de Títulos).....		(131)	(245)				
TOTAL DO ATIVO		71.118.519	63.470.967	TOTAL DO PASSIVO		71.118.519	63.470.967

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Semestres findos em 30 de Junho de 2017 e de 2016 (Valores em R\$ Mil)			
		1º Sem/2017	1º Sem/2016
RECEITAS			
De Operações de Crédito	(Nota 6.h)	382.971	638.299
De Remuneração das Disponibilidades		975.415	788.367
De Reversão de Provisões Operacionais.....		229	254
DESPESAS			
De Administração.....	(Nota 4.a.9)	(751.099)	(694.058)
De Pronaf-Remuneração do Agente Financeiro/Prêmio de Performance.....		(180.278)	(173.122)
De Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Desvalorização de Títulos		(492.645)	(451.776)
De Auditoria.....		(63)	(37)
LUCRO(PREJUÍZO) NO SEMESTRE		(65.470)	107.927

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Semestres findos em 30 de Junho de 2017 e de 2016 (Valores em R\$ Mil)				
EVENTOS		TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2015	(Nota 7)	61.208.063	(1.314.952)	59.893.111
Transferências da União no Semetre.....		3.470.289	-	3.470.289
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	(400)	(400)
Lucro do Semestre.....		-	107.927	107.927
SALDOS EM 30.06.2016.....		64.678.352	(1.207.425)	63.470.927
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....		3.470.289	107.527	3.577.816
SALDOS EM 31.12.2016.....		68.524.308	(1.095.760)	67.428.548
Transferências da União no Semestre.....		3.755.497	-	3.755.497
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	(85)	(85)
Prejuízo do Semestre.....		-	(65.470)	(65.470)
SALDOS EM 30.06.2017.....		72.279.805	(1.161.315)	71.118.490
MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....		3.755.497	(65.555)	(3.689.942)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de Junho de 2017 e de 2016

(Valores em R\$ Mil)

	30.06.2017	30.06.2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (Prejuízo) do Semestre.....	(65.470)	107.927
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Desvalorização de Títulos.....	492.645	451.776
Reversões de Provisões Operacionais.....	(229)	(254)
Provisão para Pagamentos a Efetuar.....	(2)	(20)
Lucro do Semestre Ajustado.....	426.944	559.429
Créditos Vinculados.....	5.637	3.495
Devedores por Repasses.....	(100.565)	(109.312)
Operações de Crédito.....	96.405	(1.039.975)
Valores a Receber-CEF-Equaliz. Bonus Adimp. Profrota.....	(219)	(171)
Outros Créditos.....	352	(352)
Outros Valores e Bens.....	215	207
Ajustes de Exercícios Anteriores.....	(85)	(400)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....	428.684	(587.079)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Transferências da União.....	3.755.497	3.470.289
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....	3.755.497	3.470.289
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	4.184.181	2.883.210
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:		
No início do Semestre.....	16.665.297	11.324.340
No fim do Semestre.....	20.849.478	14.207.550
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	4.184.181	2.883.210

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Semestres findos em 30 de Junho de 2017 e de 2016
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1 – Histórico	Nota 6 – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas
Nota 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 7 – Ajustes de Exercícios Anteriores
Nota 3 – Administração	Nota 8 – Repasses ao Banco com base no Artigo 9º- A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989
Nota 4 – Principais Práticas Contábeis	Nota 9 – Registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)
Nota 5 – Fiscalização	Nota 10 – Outras Informações

NOTA 1 – Histórico

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) originou-se de dispositivo inserido na Constituição Federal de 1988 (Artigo 159, inciso I, alínea “c”), sendo regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27.09.1989, alterada pelas Leis Complementares nºs 125, de 03.01.2007 e 129, de 08.01.2009, pelas Leis nºs 9.126, de 10.11.1995, 9.808, de 20.07.1999, 10.177, de 12.01.2001, 11.011, de 20.12.2004, 11.524, de 24.09.2007, 11.945, de 04.06.2009, 12.249, de 11.06.2010, 12.716, de 21.09.2012, 12.793, de 02.04.2013, pela Medida Provisória nº 2.196-1, de 28.06.2001 e suas reedições, bem como pelo Artigo 13 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24.08.2001. Seu objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, por meio do Banco do Nordeste do Brasil S.A., mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento, com tratamento preferencial às atividades de mini e pequenos produtores rurais, às desenvolvidas por micro e pequenas empresas, às que produzem alimentos básicos e aos projetos de irrigação, sendo vedada a aplicação de recursos a fundo perdido.

NOTA 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com observância das disposições da legislação societária, quando aplicáveis, e da regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais.

NOTA 3 – Administração

Ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. cabe: aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito; definir normas, procedimentos e condições operacionais; enquadrar as propostas de financiamentos nas faixas de encargos e deferir os créditos; formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional; prestar contas sobre os resultados alcançados; exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos, inclusive renegociar e liquidar dívidas, nos termos definidos nos artigos 15-B, 15-C e 15-D da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 4 – Principais Práticas Contábeis

O FNE tem contabilidade própria valendo-se do sistema contábil do Banco para registro de seus atos e fatos, em subtítulos específicos, com apuração de resultados à parte.

O exercício financeiro do FNE coincide com o ano civil, para fins de apuração de resultados.

São as seguintes as principais práticas contábeis:

a) Apropriação de Receitas e Despesas

a.1) As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. São receitas do FNE os encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito e a remuneração paga pelo Banco sobre os recursos do Fundo momentaneamente não aplicados.

a.2) A Resolução CMN nº 4.423, de 25.06.2015, alterou os encargos financeiros para as operações rurais realizadas com recursos do FNE no período de 01 de julho de 2015 a 30 de junho de 2016, que passaram a variar de 7,65% a 12,35% a.a. para os produtores rurais e suas cooperativas, consoante a finalidade do crédito e a receita bruta anual do produtor ou cooperativa. Permaneceram inalteradas as taxas de encargos para os demais setores, definidas na supracitada Resolução nº 4.395.

A Resolução CMN nº 4.452, de 17.12.2015, alterou os encargos financeiros para as operações dos demais setores realizadas com recursos do FNE no período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, que passaram a variar de 11,80% a 20,24% ao ano. Esses encargos

financeiros e bônus de adimplência não se aplicam aos beneficiários de financiamentos com base no Artigo 8º-A da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, e os arts. 9º e 9º-A da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, nem aos agricultores familiares enquadrados no Pronaf, definidos na legislação e no regulamento daquele Programa.

A Resolução CMN nº 4.503, de 30.06.2016, alterou os encargos financeiros para as operações rurais realizadas com recursos do FNE no período de 01 de julho de 2016 a 30 de junho de 2017, que passaram a variar de 7,65% a 12,35% a.a. para os produtores rurais e suas cooperativas, consoante a finalidade do crédito e a receita bruta anual do produtor ou cooperativa. Permaneceram inalteradas as taxas de encargos para os demais setores, definidas na supracitada Resolução nº 4.395.

A Resolução CMN nº 4.542, de 21.12.2016, alterou os encargos financeiros dos financiamentos realizados com recursos do FNE no período de 01 de janeiro a 31 de março de 2017, que passaram a variar de 8,10% a 15,90% ao ano. O bônus de adimplência foi fixado em 15% (quinze por cento) sobre os encargos financeiros, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento. Esses encargos financeiros e o bônus de adimplência estabelecidos na citada Resolução não se aplicam aos beneficiários das linhas de crédito de que trata o art. 8º-A da Lei nº 10.177, de 2001, nem aos financiamentos de operações rurais de que trata a Resolução CMN nº 4.503, de 30 de junho de 2016.

A Resolução CMN nº 4.561, de 31.03.2017, definiu os encargos financeiros dos financiamentos realizados com recursos do FNE no período de 01.04.2017 a 31.12.2017 a taxas que variam de 7,65% ao ano a 15,23% ao ano, conforme a finalidade do crédito e o porte do tomador. Sobre esses encargos financeiros será concedido bônus de adimplência de 15%, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento. Esses encargos e os bônus de adimplência não se aplicam aos beneficiários das linhas de crédito de que trata o Art. 8º-A da Lei nº 10.177, de 2001, nem aos financiamentos de operações rurais de que trata a Resolução nº 4.503, de 30.06.2016.

A Resolução CMN nº 4.578, de 07.06.2017, fixou os encargos financeiros das operações rurais realizadas com recursos do FNE no período de 01.07.2017 a 30.06.2018 a taxas que variam de 6,65% ao ano a 11,35% ao ano, de acordo com a finalidade do crédito e o porte do produtor. Sobre esses encargos financeiros será concedido bônus de adimplência de 15%, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento. Esses encargos financeiros e o bônus de adimplência não se aplicam aos beneficiários das linhas de crédito de que trata o Art. 8º-A da Lei nº 10.177, de 2001, e os Arts. 9º e 9º-A da Lei nº 12.844, de 19.07.2013, nem aos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), definidos na legislação e no regulamento daquele Programa.

Os encargos financeiros para a situação de normalidade, às taxas previstas em Lei, são contabilizados nas adequadas contas de resultado do Fundo. Sobre os valores vencidos e não pagos, incidem encargos de inadimplemento, pactuados contratualmente, sendo contabilizada, como rendas a apropriar do Fundo, a parcela desses encargos que supera as taxas previstas na legislação.

O reconhecimento da despesa relativa aos bônus é feito concomitantemente com o pagamento dos encargos pelo mutuário.

Nas operações de financiamento no âmbito do Pronaf são aplicados os encargos financeiros estabelecidos pelo CMN, conforme a legislação e o regulamento do Programa constante no Manual de Crédito Rural, Capítulo 10, do Bacen.

- a.3)** A Medida Provisória nº 1.727, de 06.11.1998, e suas reedições, que resultaram na Lei nº 10.177, de 12.01.2001, estipulou em 3% (três por cento) ao ano o *del credere* do Banco, a partir de 1º de dezembro de 1998, nas operações contratadas com recursos do FNE.
- a.4)** A Medida Provisória nº 2.196-1, de 28.06.2001, e suas reedições, que estabeleceu o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, define o que segue, relativamente ao *del credere* a que faz jus o Banco, sobre os financiamentos com recursos do FNE:
- nas operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero, mantendo-se inalterados os encargos pactuados com os mutuários; e
 - nas operações resultantes de repasses de recursos ao Banco, para que este, em nome próprio e com seu risco exclusivo, realize operações de crédito, o *del credere* será de 6% ao ano.
- a.5)** Na forma do Decreto nº 5.818, de 26.06.2006, combinado com a Resolução CMN nº 3.293, de 28.06.2005, nas operações do Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota Pesqueira) com empresas de grande porte, com risco compartilhado, o *del credere* do Banco será de 2,5% ao ano.
- a.6)** A Portaria nº 616, de 16.05.2003, do Ministério da Integração Nacional, estabelece que, nas operações de repasses para instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, o Banco faz jus ao *del credere* negociado com as instituições operadoras, respeitado o limite estabelecido na legislação.

- a.7) Nos financiamentos enquadrados no Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Semiárido, Floresta, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio não há incidência de *del credere* em favor do Banco, conforme previsto na legislação e no regulamento do Programa.
- a.8) Para as operações de crédito reclassificadas nos termos do Artigo 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, a Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, determina o *del credere* do Banco de 3% a.a. nas hipóteses definidas em seu Artigo 1º, incisos I a IV, e o *del credere* de 6% a.a. nas hipóteses definidas em seu Artigo 1º, parágrafo único.
- a.9) Constituem despesas do FNE os valores relativos à taxa de administração a que o Banco faz jus como gestor do Fundo, à remuneração do Banco sobre os saldos dos financiamentos no âmbito do Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido Seca-2012 – Grupo B, Semiárido Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012–Custeio – Grupo B, Seca-2012-Custeio – Outros Grupos e Demais Pronafs com risco compartilhado, à remuneração do Banco sobre os desembolsos do Pronaf A/Microcrédito, B, Semiárido, Floresta e demais Pronafs com risco compartilhado, ao prêmio de desempenho sobre os reembolsos do Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Semiárido, Floresta, Semiárido-Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012-Custeio - Outros Grupos e demais Pronafs com risco compartilhado, à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de que trata a Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, e à contratação de auditoria externa, além dos bônus e descontos definidos na legislação.
- A taxa de administração, de 3% a.a., paga ao Banco pelo FNE, é apropriada mensalmente à base de 0,25% sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de repasse ao Banco, de repasses a outras instituições conforme Portaria nº 616, de 26.05.2003, do Ministério da Integração Nacional e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf Grupo A/Agroamigo, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido Seca-2012 – Grupo B, Semiárido Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012–Custeio – Grupo B e Seca-2012-Custeio – Outros Grupos, ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional, consoante Decreto nº 5.641, de 26.12.2005.
- A remuneração do Banco sobre os saldos dos financiamentos do Pronaf, a remuneração sobre os desembolsos e o prêmio de desempenho sobre os reembolsos seguem os percentuais e critérios definidos na legislação e no Regulamento do Programa.

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

São apresentados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

- b.1) O Caixa e Equivalentes de Caixa são formados pelas Disponibilidades, que representam os recursos livres para aplicação em operações de crédito, e os Recursos Comprometidos com Operações de Crédito, que representam as disponibilidades comprometidas, referentes às parcelas ainda não liberadas das operações contratadas, correspondentes aos valores pendentes de liberação até a data da apuração, acrescidos das liberações previstas para os 90 dias seguintes e de eventuais descasamentos entre os valores a liberar após esses 90 dias e a estimativa de ingressos de recursos no Fundo ao longo desse período. As disponibilidades do Fundo em poder do Banco são remuneradas com base na taxa extramercado, divulgada pelo Bacen.

Especificação	30.06.2017	30.06.2016
Disponibilidades	14.451.298	8.749.833
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito	6.398.180	5.457.717
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	20.849.478	14.207.550

- b.2) O total das Operações de Crédito é apresentado pelo valor de principal acrescido dos encargos financeiros, retificados por rendas a apropriar e pela provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6).
- b.3) A Lei nº 11.322, de 13.07.2006, dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações.
- b.4) A Lei nº 11.775, de 17.09.2008, dispõe sobre a liquidação, regularização, renegociação ou reclassificação de dívidas originárias de operações de crédito enquadradas, dentre outras, nas Leis nº 9.138, de 29.11.1995, nº 10.437, de 25.04.2002 e nº 11.322, de 13.07.2006, Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.08.2001, Resolução CMN nº 2.471, de 26.02.1998, no Pronaf, no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecir – Fase III) e contratadas com recursos do FAT pelos agentes financeiros, concedendo descontos,

bônus de adimplência sobre saldo devedor, dispensas, manutenção ou reescalamentos de prazos.

- b.5)** A Lei nº 12.249, de 11.06.2010, dispõe, em seus Artigos 69 e 70, sobre a remissão de dívidas rurais renegociadas com base no Artigo 2º da Lei nº 11.322, de 13.07.2006, ou enquadráveis naquele Artigo, bem como a concessão de rebates para liquidação de dívidas rurais renegociadas com base no Artigo 2º da Lei nº 11.322 não remitidas, lastreadas com recursos do FNE ou com recursos mistos do FNE com outras fontes. A mesma Lei, em seus Artigos 71 e 72, dispõe sobre a remissão de dívidas referentes a operações rurais com produtores enquadrados no Grupo B do Pronaf, bem como sobre a concessão de rebates para as dívidas não remitidas, lastreadas com recursos do FNE.
- b.6)** A Lei nº 12.716, de 21 de setembro de 2012, autorizou o Poder Executivo a instituir linhas de crédito especiais com recursos do FNE, destinadas a atender aos setores produtivos rural, industrial, comercial e de serviços dos municípios com situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo Federal. Essa mesma Lei, em seu Artigo 5º, autorizou a instituição de linha de crédito rural com recursos do FNE para liquidação, até 31 de dezembro de 2013, de operações de crédito rural de custeio e de investimento com risco compartilhado ou integral do Tesouro Nacional, do FNE ou das instituições financeiras oficiais federais. Referida linha de crédito foi regulamentada por meio da Resolução CMN nº 4.147, de 25.10.2012.
- b.7)** A Lei nº 13.340, de 28.09.2016, autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas do crédito rural contratadas até 31.12.2011 com recursos do FNE e com mix de recursos de outras fontes com o FNE, estabelecendo, para os casos de liquidação, rebates sobre o saldo devedor atualizado, conforme os critérios ali definidos, autorizando o FNE a assumir os ônus decorrentes da medida.
- b.8)** São registrados na rubrica “Outros Créditos” os direitos do FNE sobre bens móveis ou imóveis recebidos pelo Banco para amortização ou liquidação de dívidas. Após a alienação dos bens, os valores obtidos na venda são rateados entre o Fundo e o Banco, na proporção do risco assumido, conforme dispõe o Artigo 7º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.
- b.9)** Os valores recebidos em Títulos da Dívida Agrária, para o pagamento de créditos concedidos com recursos do FNE, e aqueles recebidos para cobertura de créditos concedidos ao amparo do Proagro, são registrados na rubrica “Outros Valores e Bens” e estão contabilizados pelo valor de face, acrescido da remuneração prevista para cada papel, e são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

c) Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do FNE tem como origens:

- transferências da União, na proporção de 1,8%, extraídas do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), realizadas decenalmente;
- retornos e resultados operacionais; e
- resultado da remuneração dos recursos do Fundo momentaneamente não aplicados, paga pelo Banco.

d) Isenção Tributária

O FNE goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de qualquer tributo, contribuição ou outro gravame, na forma da Lei nº 7.827, de 27.09.1989 e alterações posteriores.

e) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do FNE é o Real.

NOTA 5 – Fiscalização

O Banco mantém, permanentemente, à disposição dos órgãos de fiscalização competentes, os demonstrativos dos recursos, aplicações e resultados do Fundo, com posição de final de mês. Na forma da legislação, os balanços do FNE, devidamente auditados, são publicados semestralmente e encaminhados ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.

NOTA 6 – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas

a) Composição da Carteira de Crédito

a.1) Carteira Total

Financiamentos	30.06.2017			30.06.2016		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	23.268.245	705.520	23.973.765	22.559.112	589.220	23.148.332
Financiamentos à Exportação	123.034	6.260	129.294	105.899	604	106.503
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	3.956.255	-	3.956.255	4.244.915	76.339	4.321.254
Financiamentos Agroindustriais	932.988	76.224	1.009.212	851.189	79.223	930.412
Financiamentos Rurais	18.543.155	1.018.236	19.561.391	18.408.756	931.485	19.340.241
Subtotal	46.823.677	1.806.240	48.629.917	46.169.871	1.676.871	47.846.742
Repasse ao BNB	2.118.431	-	2.118.431	1.898.225	-	1.898.225
Repasse a Outras Instituições	198.291	-	198.291	202.202	-	202.202
Total da Carteira	49.140.399	1.806.240	50.946.639	48.270.298	1.676.871	49.947.169
Provisão	(168.421)	(520.125)	(688.546)	(250.579)	(447.067)	(697.646)
Total Líquido ⁽¹⁾	48.971.978	1.286.115	50.258.093	48.019.719	1.229.804	49.249.523

a.2) Carteira com Risco Integral do BNB

Financiamentos	30.06.2017			30.06.2016		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	6.347	2.058	8.405	7.732	922	8.654
Financiamentos Agroindustriais	1.652	-	1.652	1.696	-	1.696
Financiamentos Rurais	263.860	14.692	278.552	300.373	12.544	312.917
Subtotal	271.859	16.750	288.609	309.801	13.466	323.267
Repasse ao BNB	2.118.431	-	2.118.431	1.898.225	-	1.898.225
Repasse a Outras Instituições	145.178	-	145.178	149.421	-	149.421
Total da Carteira	2.535.468	16.750	2.552.218	2.357.447	13.466	2.370.913
Total Líquido ⁽¹⁾	2.535.468	16.750	2.552.218	2.357.447	13.466	2.370.913

a.3) Carteira com Risco Compartilhado

Financiamentos	30.06.2017			30.06.2016		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	23.150.262	696.248	23.846.510	22.488.661	581.168	23.069.829
Financiamentos à Exportação	123.034	6.260	129.294	105.899	604	106.503
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	3.956.255	-	3.956.255	4.244.915	76.339	4.321.254
Financiamentos Agroindustriais	864.351	71.066	935.417	784.074	72.714	856.788
Financiamentos Rurais	11.105.775	558.989	11.664.764	10.595.373	549.051	11.144.424
Subtotal	39.199.677	1.332.563	40.532.240	38.218.922	1.279.876	39.498.798
Total da Carteira	39.199.677	1.332.563	40.532.240	38.218.922	1.279.876	39.498.798
Provisão	(48.021)	(303.546)	(351.567)	(67.952)	(278.512)	(346.464)
Total Líquido ⁽¹⁾	39.151.656	1.029.017	40.180.673	38.150.970	1.001.364	39.152.334

a.4) Carteira com Risco Integral do FNE

Financiamentos	30.06.2017			30.06.2016		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	111.636	7.214	118.850	62.719	7.130	69.849
Financiamentos Agroindustriais	66.985	5.157	72.142	65.419	6.509	71.928
Financiamentos Rurais	7.173.520	444.555	7.618.075	7.513.010	369.890	7.882.900
Subtotal	7.352.141	456.926	7.809.067	7.641.148	383.529	8.024.677
Repasse a Outras Instituições	53.113	-	53.113	52.781	-	52.781
Total da Carteira	7.405.254	456.926	7.862.180	7.693.929	383.529	8.077.458
Provisão	(120.400)	(216.579)	(336.979)	(182.627)	(168.555)	(351.182)
Total Líquido ⁽¹⁾	7.284.854	240.347	7.525.201	7.511.302	214.974	7.726.276

(1) Para a situação "Normal", foram consideradas as provisões resultantes de renegociações/aquisições e a provisão extraordinária constituída sobre operações de crédito com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna. Para a situação "Atraso", foram consideradas as provisões em decorrência apenas do atraso.

b) O risco sobre as operações com recursos do FNE está assim distribuído, consoante a legislação que regulamenta os Fundos Constitucionais de Financiamento, o Pronaf e o disposto no Art. 8º na Lei nº 13.001, de 20.06.2014:

b.1) Operações contratadas até 30.11.1998:

- o risco é atribuído integralmente ao FNE; e
- nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen o risco é de 100% para o FNE. De acordo com cláusula específica inserida nos contratos de repasses, o risco dos financiamentos concedidos aos mutuários finais é assumido integralmente pela instituição operadora;

b.2) Operações contratadas a partir de 01.12.1998:

- nos financiamentos enquadrados no Programa da Terra, o risco é do FNE;
- nas operações no âmbito do Pronaf A, A/Microcrédito, B e A/C e programas Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio, o risco é de 100% para o FNE;
- nos repasses ao Banco, para que este, em nome próprio, realize operações de crédito, o risco das operações é integralmente assumido pelo Banco;
- nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, contratados a partir da vigência da Portaria nº 616, de 26.05.2003, o Banco detém 100% do risco. Consoante prevê a citada Portaria, e de acordo com cláusula específica constante dos contratos de repasses, o risco dos financiamentos realizados é assumido integralmente pela instituição operadora;
- nas operações de que trata o Artigo 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o risco é de 100% para o Banco, quando o risco da operação original for integralmente atribuído ao Banco, ou compartilhado, na hipótese de a operação renegociada ter este tipo de risco; e
- nas demais operações, o risco é de 50% para o FNE, cabendo 50% de risco ao Banco, onde são observadas as disposições da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999.

c) De acordo com a faculdade prevista no parágrafo único do Artigo 3º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, na contabilidade do FNE, segue os critérios definidos no inciso I, alíneas "a" e "b", desse mesmo artigo, que determina a constituição de provisão para as parcelas com atraso superior a 180 dias, de acordo com o risco assumido pelo Fundo. A movimentação do saldo da provisão no semestre é demonstrada no quadro a seguir:

Especificação	30.06.2017	30.06.2016
Saldo Inicial da Provisão para Perdas em Operações de Créditos	712.903	689.634
. Risco Integral do FNE	307.956	364.652
. Risco Compartilhado	404.947	324.982
(+) Constituição de Provisão Líquida no Semestre	492.514	451.531
Despesa de Provisão para Perdas em Operações de Crédito	492.514	451.531
. Risco Integral do FNE	199.239	174.685
. Provisão por Atraso/Renegociações	207.515	178.039
. Ajustes de Provisão por Deságio	(8.276)	(3.354)
. Risco Compartilhado	293.275	276.846
. Provisão por Atraso/Renegociações	298.433	280.378
. Ajustes de Provisão de Operações Irregulares	(5.158)	(3.532)
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Semestre	516.871	443.519
. Risco Integral do FNE	170.215	188.155
. Risco Compartilhado	346.656	255.364
(=) Saldo Final da Provisão para Perdas em Operações de Crédito	688.546	697.646
. Risco Integral do FNE	336.980	351.182
. Risco Compartilhado	351.566	346.464

d) De acordo com o disposto na Portaria Interministerial nº 46, de 07.03.2007, são constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para as operações renegociadas ao amparo da Lei nº 11.322, de 13.07.2006, da seguinte forma:

- d.1)** para as operações com outras fontes de recursos adquiridas pelo FNE: em valor igual ao deságio apurado na aquisição pelo Fundo, registradas em contrapartida a operações de crédito; e
- d.2)** nas operações do FNE objeto de renegociação: correspondente ao valor da provisão já existente no mês imediatamente anterior ao da renegociação mais os valores eventualmente já baixados do ativo como prejuízo, registrados em contrapartida a Despesas de Provisões para Perdas em Operações de Crédito. No semestre foi registrada uma redução de provisão no valor de R\$ 23.900 (redução de R\$ 12.599 em 30.06.2016), sendo R\$ 21.241 (redução de R\$ 10.867 em 30.06.2016) referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 2.660 (redução de R\$ 1.732 em 30.06.2016) às operações com risco compartilhado. Essas reduções incluem R\$ 7.810 (redução de R\$ 1.617 em 30.06.2016) resultantes de rebates e remissões de operações enquadradas na Lei nº 12.249, de 11.06.2010, na Lei nº 12.716, de 21.09.2012 e na Lei nº 13.340, de 28.09.2016, sendo R\$ 7.147 (redução de R\$ 1.542 em 30.06.2016) referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 663 (redução de R\$ 75 em 30.06.2016) referentes às operações de risco compartilhado. Estes valores encontram-se inclusos no subitem "Provisão para Perdas em Operações de Crédito" do quadro apresentado na alínea "c" desta Nota.
- e)** A Portaria Interministerial nº 244, de 14.10.2008, estabelece que serão constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para as operações renegociadas ao amparo da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, da seguinte forma:
- e.1)** nas operações do FNE objeto de renegociação: correspondente ao valor da provisão já existente no mês imediatamente anterior ao da renegociação mais os valores eventualmente já baixados do ativo como prejuízo, registrados em contrapartida a Despesas de Provisões Operacionais; e
- e.2)** para as operações do FNE renegociadas, foi registrada uma redução de provisão no montante de R\$ 8.974 (redução de R\$ 4.604, em 30.06.2016) sendo R\$ 7.292 (R\$ 3.792 em 30.06.2016) referentes às operações com risco integral para o Fundo e R\$ 1.682 (R\$ 812 em 30.06.2016) às operações com risco compartilhado. Esses valores incluem a redução de R\$ 4.762 (R\$ 542 em 30.06.2016) decorrentes de rebates e remissões de operações enquadradas na Lei nº 12.249, de 11.06.2010, na Lei nº 12.716, de 21.09.2012 e na Lei nº 13.340, de 28.09.2016, sendo R\$ 4.273 (R\$ 485 em 30.06.2016) referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 489 (R\$ 57 em 30.06.2016) referentes às operações de risco compartilhado. Estes valores encontram-se inclusos no subitem "Provisão para Perdas em Operações de Crédito" do quadro apresentado na alínea "c" desta Nota.
- f)** Em 30.06.2017, encontra-se registrado em Provisão para Perdas em Operações de Crédito o montante de R\$ 34.936 (R\$ 46.714 em 30.06.2016), referente à provisão extraordinária para fazer face ao risco do Fundo em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna do Banco. Nesse caso, foram considerados os saldos das operações, conforme o risco atribuído ao FNE, efetuando-se a complementação para aquelas que já registravam provisão por atraso na forma da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.
- g)** As renegociações formalizadas no período, com base nas Leis nºs 11.775, de 17.09.2008, 9.138, de 29.11.1995, 10.437, de 25.04.2002 e 11.322, de 13.07.2006, Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.08.2001, e as remissões e rebates concedidos ao amparo da Lei nº 12.249, de 11.06.2010 e da Lei nº 12.716, de 21.09.2012, elevaram o resultado do Fundo em R\$ 23.012 (aumento de R\$ 10.840 em 30.06.2016). Este efeito inclui custos decorrentes da renegociação de operações contratadas com outras fontes ou fontes mistas, adquiridas ou reclassificadas para o Fundo, conforme autorização das leis supracitadas, demonstrados no quadro a seguir:

Especificação	30.06.2017	30.06.2016
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	10.889	3.613
Despesas - Bônus e Dispensas	(56.155)	(13.762)
Efeito Líquido em Provisões	68.278	20.989
Total	23.012	10.840

- h)** Nas Demonstrações do Resultado, as "Receitas de Operações de Crédito" estão registradas pelo seu valor líquido, apresentando a seguinte composição:

Especificação	30.06.2017	30.06.2016
Rendas de Operações de Crédito	1.822.298	1.728.538
Despesa de <i>del credere</i> do Banco	(639.788)	(621.245)
Despesa de <i>del credere</i> de Outras Instituições	(1.699)	(1.684)

Despesas de Atualização Monetária Negativa	(26.947)	(714)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(249.383)	(7.625)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Operações Contratadas pelo Banco	(500.820)	(452.781)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Repasses Lei nº 7.827-Artigo 9º-A	(4.282)	(4.752)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Repasses a Outras Instituições	(867)	(979)
Despesas de Rebate Principal Operações com Recursos do FAT-BNDES - Lei nº 10.193, de 14.02.2001	-	(1)
Despesas com Outras Operações BNB – Rebate Leis nºs 12.249 e 12.844, de 11.06.2010 e 19.07.2013	(9.395)	(40)
Despesas com Operações do FNE Honradas pelo Banco – Rebate Leis nºs 12.249 e 12.844, de 11.06.2010 e 19.07.2013	(6.145)	(417)
Baixa de Valores Contábeis Excedentes Valor Recebimento de Bens	-	(1)
Ajuste de Valores Decorrentes da Alienação de Bens	(1)	-
Total	382.971	638.299

i) Reconhecimento de Perdas e Devolução da Parcela de Risco do Banco

- i.1)** Não obstante a faculdade prevista no Parágrafo único do Artigo 3º da Portaria Interministerial nº 11, segundo o qual o reconhecimento de perdas na contabilidade do FNE pode ser feito por parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 360 dias, conforme o percentual de risco assumido pelo Fundo, o Banco reconhece as perdas nessas operações considerando as parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 329 dias.
- i.2)** A devolução ao FNE dos recursos relativos à parcela de risco do Banco é realizada no segundo dia útil após o reconhecimento das perdas pelo Fundo, segundo o critério previsto no inciso II, alínea “a”, do Artigo 5º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, observado o disposto na alínea j.1 precedente.
- i.3)** No semestre, o Banco devolveu ao FNE recursos no montante de R\$ 350.085 (R\$ 258.888 em 30.06.2016), relativos à parcela de risco do Banco nas operações com valores enquadrados como prejuízo e naquelas liquidadas ao amparo da Resolução nº 30, de 29.04.2010, do Conselho Deliberativo da Sudene (Condel), conforme segue:

Especificação	30.06.2017	30.06.2016
Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005 – Risco Compartilhado	346.657	255.364
Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005 – Risco Integral do Banco	3.428	3.524
Total	350.085	258.888

j) Renegociação e Reclassificação de Operações de Crédito

A Lei nº 11.775, de 17.09.2008, instituiu medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e fundiário, com os seguintes impactos para o FNE:

- j.1)** renegociação de financiamentos contratados com recursos do próprio Fundo;
- j.2)** contratação de novas operações com recursos do FNE para liquidação de dívidas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, realizadas com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional, do Estado da Bahia e do FNE;
- j.3)** contratação de novas operações com recursos do FNE para liquidação de dívidas no âmbito do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – Prodecir – Fase III;
- j.4)** reclassificação para o Fundo de operações no âmbito do Pronaf realizadas com risco da União;
- j.5)** reclassificação para o Fundo de operações realizadas com recursos do FAT; e
- j.6)** reclassificação para o FNE de operações realizadas com recursos mistos de outras fontes.

O mesmo dispositivo legal autorizou a substituição dos encargos financeiros das operações rurais e não rurais em curso, contratadas até 14.01.2001 com encargos pós-fixados e lastreadas com recursos do FNE, pelos encargos prefixados estabelecidos na legislação para esses financiamentos.

No semestre, foram reclassificados créditos para o FNE ou contratadas novas operações para liquidação de financiamentos com recursos de outras fontes, com risco integral para o Fundo, no montante de R\$ 15 (R\$ 74 no primeiro semestre de 2016), ao amparo da referida Lei, conforme quadro a seguir:

Especificação	30.06.2017	30.06.2016
Artigo 7º (Operações Lavoura Cacaueira Baiana)	-	74
Artigo 19 (Operações com Risco da União – Recursos FAT)	15	-
Total	15	74

No mesmo período, as contratações de novas operações para liquidação de financiamentos com recursos de outras fontes, com risco integral do Banco, ao amparo da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, alcançaram R\$ 1.422 mil (não houve contratações no primeiro semestre de 2016), conforme quadro a seguir:

Especificação	30.06.2017	30.06.2016
Artigo 31 (Operações com <i>mix</i> de Recursos de Outras Fontes/FNE)	1.422	-
Total	1.422	-

NOTA 7 - Ajustes de Exercícios Anteriores

Em 30.06.2017, o ajuste líquido negativo de R\$ 85 (negativo em R\$ 400 em 30.06.2016), refere-se a recálculos de encargos sobre operações de crédito.

NOTA 8 – Repasses ao Banco com base no Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989

O saldo devedor dos repasses realizados ao Banco, mediante Instrumento de Dívida Subordinada, apresenta a seguinte composição:

Especificação	30.06.2017	30.06.2016
Recursos Disponíveis	1.621.165	1.316.793
Recursos Aplicados	497.265	581.432
Total	2.118.430	1.898.225

Em Recursos Disponíveis são registrados os valores momentaneamente não aplicados em operações de crédito pelo Banco, sendo remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen.

Os Recursos Aplicados correspondem aos valores liberados aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco, atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, na forma da legislação e do Instrumento de Dívida Subordinada firmado.

NOTA 9 - Registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)

Em cumprimento ao disposto na Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, as informações contábeis relativas ao FNE são disponibilizadas no Siafi, observando as características peculiares do Fundo.

NOTA 10 - Outras Informações

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco do Nordeste, por meio de reunião realizada em 8 de agosto de 2017.

Fortaleza (Ce), 8 de agosto de 2017

A Diretoria

Obs: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores do

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE

(Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (“Fundo”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2, 4 e 6.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para as notas explicativas 2, 4 e 6 às demonstrações financeiras, que descrevem sua base de elaboração. As demonstrações financeiras foram elaboradas pela administração do Fundo para cumprir os requisitos do conjunto de normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2, 4 e 6 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de agosto de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen
Contador 1SP184050/O-6

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Ricardo Soriano de Alencar (Presidente) – Alan Gutierri Brasileiro de Sousa – Jeferson Luis Bittencourt – José Lucenildo Parente Pimentel – Júlio Alexandre Menezes da Silva – Marcos Costa Holanda

DIRETORIA: Marcos Costa Holanda (Presidente) – Antônio Rosendo Neto Júnior (Diretor de Negócios) – Claudio Luiz Freire Lima (Diretor de Administração) – Nicola Moreira Miccione (Diretor de Controle e Risco) – Perpétuo Socorro Cajazeiras (Diretor de Planejamento) – Romildo Carneiro Rolim (Diretor Financeiro e de Crédito)

CONSELHO FISCAL: Maria Teresa Pereira de Lima (Presidente) – Carlos Henrique Soares Nuto – Frederico Schettini Batista – Manuel dos Anjos Marques Teixeira

COMITÊ DE AUDITORIA: Manoel das Neves (Presidente) – Cleber Santiago (Membro Titular) – José Wilkie Almeida Vieira (Membro Titular em exercício)

SUPERINTENDENTE: José Alan Teixeira da Rocha (Controle Financeiro)

CONTADORA: Aíla Maria Ribeiro de Almeida Medeiros – CRC-CE 016318/O-7
